de Crítica Feminista

reflexões feministas para transformação social





# reflexões feministas para transformação social

Cadernos Ano I, N. 0 – dez. 2007 de Crítica Feminista





# Coordenação Editorial

Maria Betânia Ávila, Taciana Gouveia, Eleny Xavier, Ana Paula Portella, Carmen Silva

# **Editoras**

Carmen Silva Paula de Andrade

# Revisão

Fátima Ferreira

# Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Carlos Pellegrino

# **Fotos**

Acervo SOS Corpo, Acervo Agência Brasil, Alice da Silva, Ana Bosch, Ângela Freitas, Carla Batista, Cláudia Rangel, Elaine Cristine Rodrigues, Fátima Ferreira, Ghustavo Távora, Ilca Márcia, Roberta Gusmão, Sara Rufino, Shirley do Nascimento, Solange Rocha, Vanete Almeida, Vera Guedes, Wédja Martins

# Tiragem

2 mil exemplares

# Impressão

Provisual

# Apoio

Oxfam-GB, EED, Oxfam-Novib

# SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena, Recife PE, cep 50610 Tel.: + 55 81 30872086 Fax: + 55 81 3445 1905 e-mail sos@soscorpo.org.br www.soscorpo.org.br

# Sumário





04	Primeiras palavras
	Maria Betânia Ávila

- 06 Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia Maria Betânia Ávila
- 12 *'Nós Mulheres'* e nossa experiência comum Sílvia Camurça
- 26 Raízes das Desigualdades Carmen Silva
- 38 Notas sobre o Trabalho Doméstico Maria Betânia Ávila
- 56 Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares Taciana Gouveia
- 74 Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos Verônica Ferreira
- 84 Um fórum pelos direitos das mulheres na Previdência Paula de Andrade
- 96 Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais: impasses e desafios do Movimento Feminista Ana Paula Portella
- 109 A AIDS na vida das mulheres Simone Ferreira
- 116 Cuidando da Vida no Morro da Conceição: uma experiência educativa sobre AIDS Vera Guedes
- 122 Aborto: uma questão de direito Carla Batista
- 128 Enfrentamento à violência contra as mulheres em Pernambuco Ana Paula Portella
- 140 Vigília Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres: uma Experiência de Mobilização Joana Santos Pereira
- 148 Ampliar a participação para garantir direitos Carmen Silva
- 158 A dimensão de gênero no fortalecimento das organizações Márcia Larangeira Jácome
- 170 SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia: Projeto Institucional 2007-2010
- 178 Sobre as Autoras

# Primeiras palavras...

# Maria Betânia Ávila

Com esta publicação o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia inaugura uma nova coletânea intitulada "Cadernos de Crítica Feminista", da qual este volume é o de número zero. Consideramos que a produção do conhecimento crítico é um elemento fundamental para sustentar os processos de transformação social, compreendendo que conhecer e agir são dimensões inseparáveis do sujeito. O objetivo é criar mais um espaço para o debate teórico e político sobre questões do feminismo. Neste sentido, será uma publicação aberta à contribuição de todas aquelas e todos aqueles que, nas universidades, nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais e governamentais e outras e outros queiram aportar análises e idéias situadas nesta perspectiva. Buscaremos estas contribuições também fora do Brasil, uma vez que para nós, a dimensão internacionalista, ou mundialista, é constitutiva da práxis feminista.

Neste número de lançamento, e só neste caso, os textos apresentados são todos de autoria das educadoras e pesquisadoras do próprio Instituto, as quais estão, todas, engajadas na militância do movimento feminista. Alguns textos são inéditos, outros já apareceram em outras publicações, todos foram produzidos nos últimos quatro anos. O que marca a diferença é o fato de estarem juntos pela primeira vez, conformando uma produção coletiva que reflete os vários campos de



trabalho nos quais estamos envolvidas. Um aspecto a ser salientado é a diversidade de formatos dos textos. Isso se deve à própria diversidade de experiências inscritas em nossa práxis. Mas, essa diversidade deverá se constituir, também, como um elemento metodológico que orientará a produção geral dessa coletânea.

Uma breve síntese do programa de ação do projeto institucional do SOS Corpo para o período 2007-2010 será também apresentada nesta edição. Dessa forma, podemos socializar de maneira mais ampla nossa grade de trabalho atualizada e os nossos objetivos. Fundada em 1981, há portanto, vinte e seis anos, as questões relativas ao corpo, saúde, direitos reprodutivos, direitos sexuais, trabalho, violência e participação política se constituíram como centrais para esta organização. Essa grade temática constitui os campos de intervenção, os quais são sempre considerados a partir da análise do contexto social e das prioridades colocadas pelo movimento de mulheres, levando em conta que, em nossa perspectiva analítica, as desigualdades de gênero, classe e raça são estruturantes da realidade social. Desde o início trabalhamos nos contextos urbanos e rurais, mas, nestes últimos anos, a cidade e a agroecologia se tornaram objetos de reflexão e intervenção próprias, no entanto, essas duas áreas não estão contempladas como parte dos textos que formam este volume.

Esperamos que os "Cadernos de Crítica Feminista" possam contribuir para o fortalecimento do projeto feminista de emancipação das mulheres, como também para o avanço da democracia em nosso país, pensando que a construção de meios alternativos de difusão de conhecimento e de informação é uma dimensão fundamental para a democratização da sociedade.

# Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia

Maria Betânia Ávila

Podemos definir democracia como governo pelo povo ou governo pelo poder do povo. Mas quando foi, de fato, que o povo governou? Para o feminismo, desde a sua origem, impõe-se a questão sobre as mulheres como parte do povo que governa. A esfera política foi historicamente construída como um domínio dos homens e está relacionada com a dominação sobre as mulheres no espaço da vida privada. O feminismo, como movimento político, nasce confrontando a relação entre liberdade pública e dominação privada – o que já traz uma exigência de radicalidade, de pensar a democracia, não só como um sistema político, mas como uma forma própria de organização da vida social.

A organização política do feminismo surge com a revolta das mulheres, forjada em uma experiência histórica concreta de relações sociais de desigualdade. A práxis feminista é ação política e pensamento crítico. Portanto, a radicalidade da ação está relacionada com a reinvenção da prática política e com a produção teórico-analítica feminista nos vários campos do saber. Para a construção do sujeito, conhecer e agir são dimensões inseparáveis. Isso fica mais claro quando constatamos que a produção de saber é também uma esfera da dominação masculina. Dominação simbólica diretamente voltada para reprodução da dominação e da exploração material – patriarcal e capitalista.



# **Enfrentando os conflitos**

Há, no movimento feminista, diversidade de organizações e lutas e há desigualdade entre as mulheres que as compõem: mulheres de classes desiguais; de raças diferentes (transformadas, historicamente, em desigualdades); mulheres negras; mulheres indígenas e rurais; trabalhadoras domésticas, que constituem, majoritariamente, a classe das mulheres pobres; mulheres cujas desigualdades de classe, de raça e de gênero encontram-se entrelaçadas; mulheres lésbicas, que radicalizam contra as heranças do padrão heterossexual dominante; portadoras de necessidades especiais; mulheres de várias gerações, que trazem os conflitos inerentes entre transmissão e reinvenção.

Por isso, a necessidade de radicalizar, de viver o conflito interno no movimento – enfrentando democraticamente as várias tendências e proposições – de produzir conflito na sociedade em torno das suas proposições, de entender que radicalizar também é ser referência para outras mulheres fora do espaço da sua própria organização.

A radicalização do feminismo diz respeito a sua própria forma de organização e a sua ação no mundo. Se o movimento é radical, a sua organização exige, de imediato, os meios para enfrentar as contradições da mulher na vida cotidiana, que deve exercer o direito de existir como sujeito político – já que uma das conquistas do feminismo é a instituição da mulher como sujeito.

Para pensarmos em uma proposta radical de luta feminista, é importante pensarmos no acesso aos espaços de luta. para a construção do sujeito, conhecer e agir são dimensões inseparáveis

Caso contrário, a desigualdade social e as discriminações se transformam perversamente em um déficit do sujeito. No cotidiano, há bloqueios para as mulheres se movimentarem entre as esferas pública e privada, como a violência sexual e doméstica, o preconceito, a dupla jornada de trabalho e a falta de tempo.

O trabalho das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva está marcado pela desigualdade da divisão sexual do trabalho. Precisamos responder teórica e politicamente à transformação dos fundamentos econômicos dessa divisão e das relações sociais por ela produzida.

A mercantilização do corpo das mulheres, do prazer, e a banalização da exploração sexual são dimensões importantes da globalização econômica. As mulheres são consideradas alvos estratégicos do consumismo e o apelo sexual é o elemento central deste método. A indústria cultural, por intermédio dos diversos meios de comunicação, produz, cotidianamente, as mais enlouquecidas formas de alienação e apreensão de todas as propostas de liberdade e igualdade. É também no terreno da sexualidade que a força repressiva das instituições religiosas e fundamentalistas tem produzido controle e abusos em nome de princípios transcendentes.

A ilegalidade e a clandestinidade do aborto, por exemplo, sempre serviram aos interesses mercantis e ao poder das igrejas na dominação sobre a vida das mulheres. Na América Latina e no Caribe, o poder do Estado esteve historicamente nas mãos de homens, em sua maioria, ligados aos senhores da terra, da indústria e do capital financeiro, subordinados e aliados dos senhores do Norte.

O patrimonialismo, que teve grande peso na conformação desses Estados, a violência no campo, a violência sexual, o racismo, a homofobia, a violência sobre o povo indígena, a concentração de renda e seu reverso, a pobreza, são marcas que persistem a partir de uma imbricada relação entre dominação simbólica e reprodução da desigualdade social.

# Atuação mais popular

Um projeto político que propõe a democratização da vida social deve ser, radicalmente, contra o racismo, a heterossexualidade como modelo hegemônico, as formas autoritárias de gerir o poder político e contra as instituições que sustentam a dominação e a exploração: igreja, família, Estado e mercado. Enfim, deve ser radical no seu confronto com o sistema capitalista e patriarcal.

As mulheres, sobretudo negras e indígenas, são a maioria nos povos pobres da América Central, da América do Sul e do Caribe. Assim, se o feminismo, na América Latina e no Caribe, não enfrentar a pobreza das mulheres, a democratização da terra – e o acesso das mulheres à ela – e o direito ao próprio corpo, não pode radicalizar. O feminismo deve se popularizar e se estender por todos os cantos onde as mulheres são exploradas e violentadas, criar raízes como uma organização política voltada para a transformação social.

Por isso, duas questões devem ser assinaladas como relações dialéticas entre o feminismo e o movimento de mulheres no geral: qual é a capacidade do movimento feminista de reconhecer todas as expressões de lutas cotidianas de milhares de mulheres que produzem mudanças nas comunidades onde vivem, nas instituições onde trabalham, que se definem como feministas (ou não), e que forjam um amplo movimento de mulheres? Como o feminismo se relaciona com essa movimentação de mulheres?

A radicalidade também passa pela não aceitação da idéia de que os fins justificam os meios. Radicalizar é lutar contra a hegemonia de uma visão liberal de democracia, contra a visão da democracia liberal como a única experiência histórica e a única definição possível de democracia.

# Recuperar a utopia

Quais são as formas de democracia política que forjamos, teorizamos, praticamos, defendemos e alteramos? É a representativa, a participativa, a democracia direta? Como podemos democratizar o sistema de poder político? Como o feminismo enfrenta, de

o feminismo deve se popularizar e se estender por todos os cantos onde as mulheres são exploradas e violentadas, criar raízes como uma organização política voltada para a transformação social



fato, o sistema de poder político, produz crítica e confronto? Como se apresenta, agora, para o movimento feminista, a questão do poder?

Enfrentar este sistema – no qual as estruturas que reproduzem as desigualdades se imbricam – requer uma capacidade imensa de organização, solidariedade e generosidade em nossas articulações, bem como uma capacidade crítica para combater, em nós mesmas, as formas de agir, herdadas da tradição desse sistema e das tradições políticas autoritárias. Entre a fragmentação atomizada e os modelos totalitários, temos que inventar processos de democracia radical, capazes de alterar a ordem social vigente e as formas de fazer política.

A capacidade de enfrentar as diferenças e os conflitos, democraticamente, por meio do diálogo, é um desafio para a organização do feminismo. Negar o conflito só fragiliza a luta e diminui a capacidade de organizar uma resistência coletiva. A democracia política radical exige uma nova cultura política. É preciso repensar os métodos feministas utilizados para construir autonomia e relações não hierárquicas dentro do movimento e também em relação a outros movimentos, reafirmando sempre a pluralidade dos sujeitos. O Fórum Social Mundial nos impõe um grande desafio nesse sentido.

Diante dos desafios que temos, a mobilização e a consciência crítica são elementos estratégicos. Logo, a organização política, a socialização

# temos que fortalecer as bases organizacionais de um internacionalismo crítico e ativo, capaz de se opor, verdadeiramente, ao neoliberalismo

dos saberes e os processos educativos voltados para a formação de sujeitos são indissociáveis como método para uma práxis transformadora. Há uma relação dialética entre os processos coletivos de ação política transformadora e as experiências alternativas, as "microrevoltas", as aquisições de direitos e a luta dentro das instituições que, na vida cotidiana, forjam novas experiências.

Temos que fortalecer as bases organizacionais de um internacionalismo crítico e ativo, capaz de se opor, verdadeiramente, ao neoliberalismo, ao terror e à guerra, à mercantilização da vida e dos bens comuns da natureza, ao fundamentalismo. Um internacionalismo que atravesse, desde a luta na aldeia mais recôndita, até os grandes centros urbanos.

Devemos recuperar a utopia – no sentido defendido pela filósofa feminista Françoise Collin – como fratura permanente com o que há, como abertura para transformar e não como representação de um modelo. A feminista Cristina Buarque defende a necessidade de mostrar, claramente, o que rejeitamos, de expressar com determinação o nosso confronto. O momento da ação política transformadora também é o momento da invenção de novas relações, de construção de subjetividade e, portanto, da reinvenção coletiva e da reinvenção de nós mesmas.

Conferência realizada no X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em outubro de 2005, São Paulo, Brasil.

# *'Nós Mulheres'* e nossa experiência comum

Sílvia Camurça

"Um movimento não consiste apenas em avançar por um caminho, mas em traçar esse caminho; a cartografia da opressão e o desenho da libertação nunca estão terminados".

Christine Delphy

Em seu instigante artigo – "Para redescobrir o feminismo" - Christine Delphy analisa o difícil contexto que o feminismo enfrenta, nos dias de hoje, na França: "os ataques masculinistas, a reação adversa ideológica, a má vontade política, a repetição insistente do mito da igualdade já conquistada". Entre as questões organizativas do movimento apresentadas por Delphy, neste artigo, uma tarefa por ela apontada me parece central também para o feminismo no Brasil: a tarefa de "mobilizar as mulheres conscientes de sua força de oprimidas" (Delphy, 2004).

Para ser um texto do séc. XXI, a proposição de Delphy poderia parecer redundante, afinal esta é a razão de ser de todo movimento social. Mas, no caso do feminismo, esta proposição toma uma dimensão de resistência contra-hegemônica. Pois, ao contrário do senso comum e do pensamento pós-moderno, Delphy nos convoca a seguir fazendo feminismo, mobilização e, como muita de nós, reconhece que segue havendo opressão das mulheres. Trata-se mesmo de re-descobrir o feminismo como movimento social.



Se o feminismo instituiu as mulheres como sujeito político (Ávila, 2005), a arena política mantém-se sob controle dos homens e não nos acolhe como tal. Se cada vez precisamos de mais mulheres em movimento, continua sendo necessária a tomada de consciência sobre as novas e velhas formas de dominação das mulheres. É sobre este ponto que pretendo deter minha atenção, a dimensão pedagógica deste desafio político. Sim, pois o feminismo, como todo movimento social, tem um desafio político e pedagógico, o desafio da formação. A tomada de consciência sobre a própria opressão e exploração é resultante, e pressuposto, do processo de formar-se mulher feminista. Sem o que, não há movimento.

Não farei, entretanto, uma discussão sobre métodos de formação. Penso que o desafio maior, hoje, concentra-se no marco teórico referencial para a formação feminista, uma vez que os referentes do feminismo dos anos 1970 foram, há algum tempo, postos em questão. Refiro-me a uma vertente importante da nossa formação – feministas brasileiras – que está ancorada na prática da reflexão coletiva sobre a experiência de ser mulher sob o sistema patriarcal. Nesta proposta a reflexão coletiva, o processo de mobilização e tomada de consciência da própria opressão, realiza-se no encontro de dois vetores principais, ainda que não sejam os únicos. O esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação.

Com este desafio, a práxis educacional feminista confronta-se a cada novo encontro de formação, a cada palestra, vídeo, intercâmbios e literaturas que produz. Um desafio permanente na formação feminista e tão desafiante hoje, quanto nos primórdios do movimento, embora por razões distintas.

No presente, percebo duas questões problematizadoras que desafiam o feminismo em sua práxis educacional. Formulo estas questões nos seguintes termos:

I- Como compreender e interpretar as mulheres em suas singularidades? Em tempos de políticas identitárias é possível tomar as mulheres como uma unidade de análise?

II- Como organizar a ação do movimento frente às múltiplas problemáticas que nós, mulheres, vivenciamos? É possível ao movimento, hoje tão múltiplo, ter unidade em torno a prioridades?

Não tenho as respostas, mas algumas pistas venho amadurecendo e ouso, neste artigo, apresentá-las como possibilidades de respostas. Defendo o uso da categoria mulheres e apresento sugestões para um referencial explicativo comum, seguramente não universal, que podemos adotar para promover a reflexão coletiva sobre o contexto da vida das mulheres no Brasil. Com um referencial explicativo comum, possivelmente poderemos encontrar convergências e pontos de unidade entre os diferentes movimentos de mulheres que fazem o feminismo brasileiro.

# As mulheres existem!

Há, pelo menos, duas décadas, o uso da categoria mulher está questionado. Este é o tempo em que reverbera no movimento "a crítica feminista negra ao feminismo branco" (Lovell, 1996). Mas, não apenas esta. Também ecoa a crítica feminista latino-americana ao feminismo do primeiro mundo e a crítica elaborada pelo feminismo lésbico (Curiel, 2003). Por estas críticas, o pensamento feminista das "brancas-heterossexuais-de classe médiado primeiro mundo", foi corretamente denunciado como insuficiente.

A questão chave levantada foi o suposto universalismo da condição da mulher. A teoria feminista, em seus primórdios, desconheceu a diversidade de experiências e situações das mulheres no mundo. Desconsiderou, por exemplo, a relação entre colonização-patriarcado-racismo na América

Latina. Desconheceu, também, a heterossexualidade como norma patriarcal. Tudo isso aquele pensamento não alcançou. E, pela contribuição de feministas negras, latinas e lésbicas, temos, hoje, a confirmação do quanto havia de brechas, lacunas, ausências, naquele

se por um lado, é preciso afastar tendências essencialistas sobre "a mulher" e o feminino universal, e, de outro lado, negar validade a uma identidade homogênea comum a "todas as mulheres", é preciso, sem dúvida, afirmar as mulheres como identidade política

feminismo. As mulheres feministas sabem, agora, o que nos diz Delphy, a cartografia da opressão nunca está terminada, nem mesmo agora.

Mais recentemente e por razões variadas, o uso da categoria mulheres também entrou em questão. A própria idéia de auto-organização das mulheres ficou sob ataque. Não são poucas as pessoas que propõem um feminismo misto, de homens e mulheres. Um feminismo desencarnado dos corpos. Outros e outras, dada a diversidade de situações entre as mulheres, concluem pela absoluta impossibilidade, senão a impropriedade, de qualquer generalização sobre as mulheres, que, por suposto, não existiriam como tal.

Se é assim, que fazer então do feminismo, movimento e teoria que assenta-se sobre o conceito de mulheres? Lovell e Curiel nos advertem sobre isto. Para Lovell, abandonar a categoria mulheres é por em risco os conceitos dos quais o feminismo contemporâneo depende (Lovell, 1996). Para Curiel, afirmar as diferenças é fortalecer novo feminismo. Neste sentido, é relevante como estratégia política. Entretanto "o processo de construção dos sujeitos políticos deve ser a reafirmação e, ao mesmo tempo, a desconstrução de identidades" (Curiel, 2003), caso contrário corremos o risco de permanecer na sujeição.

Assim, compreendo que, se por um lado, é preciso afastar tendências essencialistas sobre "a mulher" e o feminino universal e, de outro lado, negar validade a uma identidade homogênea comum a "todas as mulheres", é preciso, sem dúvida, afirmar as mulheres como identidade política. Estou mesmo firmemente convencida de que segue sendo necessário um movimento de mulheres, formado por mulheres com consciência feminista de sua opressão e exploração e, mais importante, tendo bem



identificado os inimigos comuns que sustentam o sistema de dominação. Ou seja, compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e compartilhando formas de lutas e articulação.

Na formação feminista estamos sempre às voltas com a discussão da identidade, mesmo quando não a enfrentamos. É que estamos comprometidas com o processo de construção do sujeito político da luta feminista, esta revolução levada adiante por uma imensa massa de corpos políticos construídos pelas mulheres. São movimentos, centros feministas, coletivos, redes, comissões, sub-comissões, núcleos, articulações e mulheres, muitas mulheres, milhões de mulheres. É inevitável a pergunta sobre quem sou eu? E quem somos nós?

O feminismo, como sujeito político, se faz somente através das mulheres e de sua movimentação. É imprescindível termos um NÓS MULHERES, a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação. Sem este "nós mulheres" não há como o feminismo seguir sendo um sujeito político com força transformadora. Na formação feminista há, portanto, que se valorizar a reflexão sobre a identidade e experiência das mulheres. Na teoria feminista, precisamos da categoria política "mulheres". Na luta feminista, deveremos sempre reafirmar nossa identidade política de mulheres "conscientes da sua força de oprimidas".

A biografia tem sido fundamental para romper com o pensamento conservador sobre as mulheres, mesmo em sua versão essencialista-genero-

# estamos comprometidas com o processo de construção do sujeito político da luta feminista, esta revolução levada adiante por uma imensa massa de corpos políticos construídos pelas mulheres

sa, aquela que trata as mulheres como poço de virtudes humanitárias. Para Aspásia Camargo, as biografias e história de vida possibilitariam superar a dicotomia entre determinismo e livre arbítrio e, portanto, a meu entender, enfrentar a dicotomia clássica nas ciências sociais entre indivíduo e sociedade. Nas palavras da própria Aspásia Camargo a biografia "cria um tipo especial de documento, no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica, diluindo antagonismos entre subjetividade e objetividade" (*Apud* Goldenberg, 2001. p.37).

No feminismo, a biografia tem sido utilizada nos grupos de autoconsciência na forma de LINHA DA VIDA. Trago aqui um pouco desta experiência, porque sua análise, ainda por ser realizada, talvez nos dê pistas sobre a dinâmica de articulação entre subjetividade e historicidade nas práticas de formação, entre unidade e diversidade na formação feminista.

A linha da vida é um exercício de produção coletiva de conhecimento sobre a situação das mulheres, realizado com variações no método. No primeiro momento, cada participante recorda os momentos marcantes de suas vidas - elege três mais marcantes e escreve sobre eles. No segundo momento, cada participante conta sua história de vida, enquanto as demais escutam e uma facilitadora registra, em grande papel no chão, para que todas possam ir acompanhando os registros. Uma após outra, as histórias vão se sucedendo e as semelhanças emergindo. Para cada história busca-se, coletivamente, pelos personagens e as situações ou problemáticas vividas, sublinhar elementos da opressão e da exploração

também. A etapa final, a de análise, faz-se por comentários de todas sobre os registros, identificando similaridades, levantando interrogações - ou seriam hipóteses? - estabelecendo relações com a experiência e o que nos diz o pensamento crítico feminista.

A produção coletiva da reflexão se faz na articulação entre a biografia individual de cada participante e seu contexto social e histórico. Ali, as pesquisadoras-educandas se percebem mulher, e compreendem o ser mulher como uma experiência socialmente compartilhada e historicamente situada, ainda que seja uma experiência singular para cada uma. Este conhecimento se faz identificando e analisando, coletivamente, as experiências e os significados das práticas sociais que contextualizam esta experiência: formas sociais do lidar com a menstruação e a puberdade nas meninas, a atenção com a virgindade, a solidão vivida no casamento, a exploração do trabalho das mulheres na movimentada vida doméstica, os desafios na busca da autonomia econômica, as injustiças no mundo do trabalho, a dupla jornada.

"Eu era médico, me formei como médico e segui sendo médico até hoje. Agora sei que sou uma médica". (Depoimento de participante de grupo de reflexão feminista. Recife. Arquivo pessoal, notas de oficinas. 1987).

Dos grupos feministas de autoconsciência, a linha da vida transbordou para as práticas da educação popular feminista. Distintas organizações do movimento de mulheres fizeram muitas linhas da vida em seus processos de formação. Em pequenos grupos e oficinas, no campo e nas cidades. Em grandes grupos, nos encontros nacionais feministas. Muitas linhas da vida. Penso, entretanto, que esta reflexão deva estar orientada para a busca de compreender aquilo, que estando fora de nós e de nossa experiência, explica esta identidade e experiência (Scott, 1999).

# A formação feminista é parte essencial do movimento feminista

"A conscientização das mulheres não é um estágio no movimento feminista, mas parte essencial da sua estratégia. Esta conscientização é norteada por princípios políticos que devem conduzir-nos às fontes originais de nossa opressão, tanto históricas, quanto pessoais, e permitir-nos ir até as mulheres, ir até a experiência para formar a teoria e a estratégia de ação. A importância de escutarmos os sentimentos de uma mulher está em analisarmos a situação das mulheres em geral e não em analisarmos a mulher em questão." (Lima, 1988, p.43)

Na práxis educacional feminista, analisar coletivamente a situação das mulheres faz-se pela troca de experiências e saberes em confronto com o "pensamento pensado" (Collin, 1994) por outras mulheres, sistematizado na forma de teoria feminista. Um processo, portanto, que nada tem a ver com doutrinação ou teoria feminista universal. Mas, tampouco, é um processo espontâneo. A formação feminista exige marcos de referência para o pensar coletivo.

Quais seriam então os marcos que, adequadamente, podem balizar o intercâmbio pedagógico entre o "pensamento pensante" e o "pensamento pensado"? Tenho, para mim, um marco de análise do que é hoje mais relevante para promover a reflexão entre as mulheres brasileiras e latinoamericanas na formação feminista. Este marco apóia-se em inúmeras contribuições da teoria feminista, que eu não poderia aqui elencar. Entretanto, é possível apresentá-lo, ainda que de maneira um tanto tosca.

Um primeiro conteúdo é a idéia de que nós, mulheres, somos subjetivamente oprimidas e objetivamente exploradas. Esta idéia, clássica no feminismo, permite-nos explorar a percepção desta dupla dimensão da nossa experiência, permite-nos refletir sobre os elementos simbólicos e os elementos materiais da dominação dos homens sobre as mulheres.

Um segundo conteúdo é a idéia de que esta opressão e exploração são feitas nas relações sociais, e não fora delas. Por isso, a dominação não se faz do mesmo jeito sobre todas as mulheres, varia por classe e, nas sociedades racistas, varia por identidade étnico-racial. A dominação sobre as mulheres também varia em decorrência do contexto histórico. Pensando assim, podemos alcançar a variedade e a complexidade de formas que a dominação toma nas distintas relações sociais, considerar o contexto e determinações

decorrentes das relações econômicas e políticas e da cultura política de cada sociedade, comunidade, territórios em que as mulheres se situam.

Parece-me igualmente importante trabalhar com a idéia de que há mecanismos que sustentam o sistema de dominação, através dos quais a dominação se reinventa, reproduz e perdura. Proponho considerarmos quatro mecanismos principais: 1. A prática da violência contra as mulheres para subjugá-las, 2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres, 3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e 4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres.

A prática da violência é um dos mais antigos e usuais instrumentos da dominação patriarcal sobre as mulheres. A violência é uma ameaça presente no cotidiano de milhares de mulheres que ousam desertar do padrão de comportamento feminino delas esperado. Por isto, é uma prática recorrente e continuada, tanto nos espaços da intimidade, violência doméstica e sexual, como nos espaços públicos.

De igual maneira, é instrumento de dominação o controle sobre o corpo das mulheres. Este controle é expresso na negação de sua liberdade sexual, na limitação a sua autodeterminação reprodutiva, na criminalização da prática do aborto (causa de milhares de mortes de mulheres, todos os anos), na expropriação mercantil do corpo e imagem das mulheres pela indústria da propaganda, da beleza, da moda e do sexo.

Quanto aos mecanismos de manutenção da dependência econômica das mulheres, a ordem social no mundo do trabalho é a questão. O sexismo no mercado de trabalho e a imposição do trabalho doméstico, como tarefa exclusiva ou própria das mulheres, são os dois mecanismos principais. Esta ordem social, no mundo do trabalho, coloca sobre as mulheres a responsabilização exclusiva pelo trabalho doméstico, acarretando a dupla jornada de trabalho, para umas, e levando ao confinamento no ambiente do grupo doméstico, outras tantas.

A naturalização desta divisão do trabalho, que é social, explica a ausência de políticas públicas de estímulo à inserção das mulheres no merca-

do de trabalho formal, explica a desproteção social sobre o trabalho das mulheres, oferece as condições facilitadoras para a maior exploração da força de trabalho das mulheres, sendo funcional a esta exploração. Como consequência temos maior tempo de jornada total de trabalho para as mulheres, jornadas de trabalho vivenciada em mais precárias condições, com menores rendimentos que os homens e em situação de desproteção social, sem direitos trabalhistas. No Brasil, 70% da população trabalhadora informal são mulheres.

Por fim, temos o problema da não participação das mulheres nos espaços de poder. As interdições à participação política das mulheres e sua auto-organização não foram superadas no seu todo, como demonstram vários indicadores: a sub-representação das mulheres nos espaços de poder institucional e nas direções de movimentos sociais, a fragilidade das organizações e movimentos de mulheres e a baixa inserção das mulheres nos espaços políticos de decisão sobre a mídia comercial e alternativa, são alguns exemplos. Negar às mulheres o direito à participação ou não enfrentar os bloqueios a esta participação, é manter um mecanismo de submissão das mulheres, pois consituir-se como sujeito político é condição necessária para a mudança na vida das mulheres e para a luta feminista das mulheres por transformação social.

Pensar estes quatro mecanismos do sistema exige-nos o uso das categorias gênero, "raça" e classe. Esta é uma exigência para o feminismo brasileiro, dada a forma como, em nossa sociedade, as relações sociais vieram se estruturando e engendrando a desigualdade pela dominação. Sobre esta base estruturadora, articulam-se múltiplas outras desigualdades assentadas em prenconceitos e discriminação. A hegemonia da perspectiva da heterossexualidade sobre a sexualidade humana é uma delas. A construção social sobre as diferenças de gerações e seu desvalor/valor versus a produção é outra fonte de injustiças. Estes e outros sistemas políticos de discriminação e exclusão apóiam-se e reforçam a desigualdade já estruturada, aprofundando a opressão das mulheres.

Na minha experiência, organizar estes conteúdos na formação feminista tem permitido articular a reflexão sobre a experiência singular de cada mulher com a experiência historicizada das mulheres em conjunto e na diversidade. Permite concretizar reflexões sobre a forma como as desigualdades de classe e o racismo se articulam, através das relações de gênero, e como as desigualdades de gênero são construídas dentro e através da racialização da população e das diferenças de classe. Permite, por fim, operacionalizar na formação, conceitos da teoria feminista tais como: autonomia, direitos sexuais, direitos reprodutivos, dupla jornada de trabalho, divisão sexual do trabalho, paridade na política, entre outros.

Ao operacionalizar elementos teóricos na formação, esta espécie de conteúdos de base que venho adotando tem propiciado muitas reflexões e descobertas sobre os sentidos das prioridades da luta feminista, na medida que possibilita-nos articular uma compreensão, ao mesmo tempo unificadora e multifacetada, da dominação dos homens sobre as mulheres.

# A propósito do sistema de dominação

Os estudos em grupo no SOS Corpo neste ano de 2007, permitiramme conhecer Terry Lovell e, através dela, tomar contato com mais um conceito de patriarcado, a conceituação de Walby. Esta conceituação me pareceu muito boa para completar o referencial que aqui proponho. Transcrevo a citação integral:

[...] Walby (1989), opta pela definição mais inclusiva. Ela caracteriza o 'patriarcado' como "um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres". Todavia, ela faz uma subdivisão em seis categorias: a exploração do trabalho das mulheres por seus maridos; as relações no âmbito do trabalho remunerado; o Estado; a violência masculina; a sexualidade; e, finalmente, a cultura. Como boa socióloga, ela nega qualquer papel à biologia. "Patriarcado pertence totalmente a ordem social". (Lovell, 1996).

Talvez eu devesse iniciar aqui uma discussão sobre as seis categorias que propõe Walby. São categorias de ordens diversas, mesclam instituições com práticas sociais e dimensões da sociedade. Todas, sem dúvida, importantes e, em parte, também apontadas por Joan Scott como dimen-

sões da categoria gênero: a subjetividade, os símbolos, leis e normas, as instituições. Contudo, meu conhecimento superficial de sua contribuição exige que esta tarefa fique pendente. Sublinho apenas, como muito relevante para a discussão que aqui propus, a definição do patriarcado que a autora nos oferece: sistema de estruturas e práticas, no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. Sistema contra o qual lutam as mulheres feministas.

# Referências Bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. (2005), Feminismo como sujeito político. In: SILVA, Carmen, FERREIRA, Verônica e ÁVILA, Maria Betânia (org). **Mulher e Trabalho.** Edições SOS Corpo, Recife, 2005.

COLLIN, Françoise. Textualidade da Libertação, Liberdade do Texto. In: **Estudos Feministas**, número especial, Rio de Janeiro, CIEC – Escola de Comunicação, UFRJ, out 1994.

CAMURÇA, Silvia M.S. A política como questão, revisando Joan Scoth e articulando alguns conceitos. In: ÁVILA, M. B. (org.). **Textos e imagens do feminismo:** mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

\_\_\_\_\_\_. O componente de pesquisa na práxis educacional feminista e as metodologias qualitativas. In: WEBER, S. e LEITHAUSER, T. (orgs.). **Métodos Qualitativos nas Ciências Socais e na Prática Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

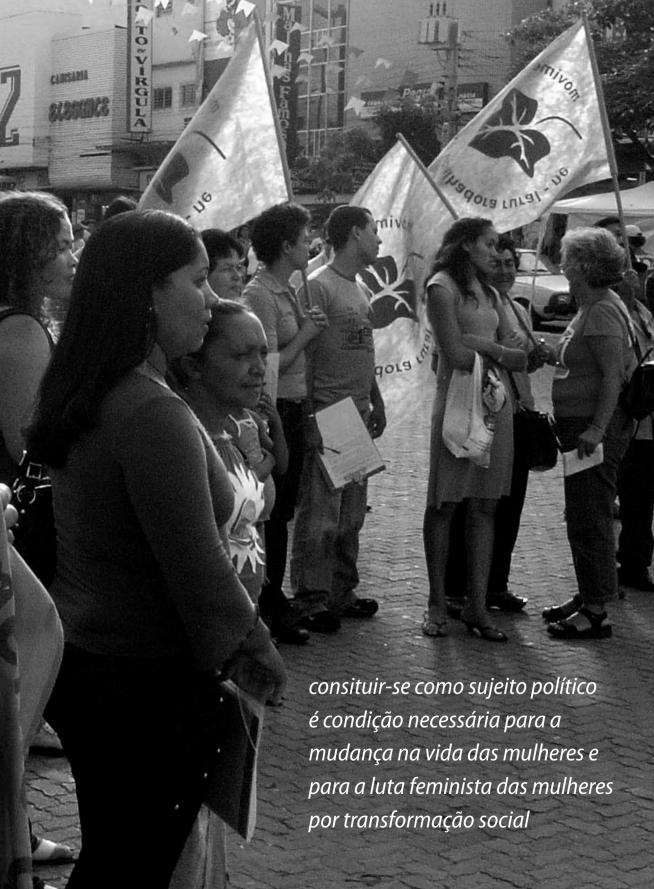
CURIEL, Ochy. Identidades essencialistas construcción de identidades politicas: el dilema de las feministas negras. 2003. http://www.creatividadfeminista.org/articulos/fem2003. Acesso em: 09.05.2007

LIMA, Maria José de. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, M.; CAMURÇA, S.; OLIVEIRA, E. et all. **Como trabalhar com mulheres**. Coleção Fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

LOVELL, Terry. (). Feminist Social Theory. In: TURNER, B.S. (org.) **The blakwell companion to social theory.** Oxford: Backwell Published Ltd., 1996.

SCOTT, Joan W. Experiências. In: SILVA, A.L.; LAGO, M.C.S.; RAMOS, T.R.O. (orgs,) **Falas de gênero.** Teorias. Análises. Leituras. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.





# Raízes das Desigualdades

# Carmen Silva

Por que as mulheres negras são as mais pobres? Por que há tão poucas mulheres em postos de poder no mundo? Por que é tão difícil para a classe trabalhadora se levantar contra os patrões? Por que são tão poucos os homens que se envolvem com trabalho doméstico e cuidado com crianças?... São tantas as perguntas que podemos nos fazer, quando olhamos para o mundo, pensando na situação das mulheres, das pessoas negras e de quem vive do trabalho! Ousar respondê-las é um desafio cotidiano para todos os movimentos sociais que lutam por justiça e democracia, mas, em especial, para o movimento feminista e para as sindicalistas que lutam para mudar as relações de gênero no ambiente de trabalho. A existência deste curso sobre gênero e trabalho, reunindo pessoas do movimento feminista, do movimento sindical e de outras organizações nos ajuda e, ao mesmo tempo, exige-nos uma reflexão, ainda que um pouco simplificada, sobre como se organizam estas desigualdades.

Aqui, nesse curso, tratamos do trabalho feminino, presente em todos os momentos da História mas pouquíssimo discutido e valorizado. Ao refletirmos sobre as situações de trabalho das mulheres, analisamos que ele ocorre tanto na esfera produtiva – através do trabalho remunerado – quanto no espaço doméstico – no interior das residências e nos seus arredores – como tarefas que



garantem a manutenção da casa e os cuidados com as pessoas e pelas quais as mulheres não recebem nenhum rendimento. Mas por que essa injustiça acontece com as mulheres? Para buscar entender, é necessário pensarmos nas bases que solidificam o nosso modo de organização social. Precisamos entender em que moldes econômicos, culturais e políticos se estruturam as relações sociais. Quando falamos em relações sociais, estamos nos referindo aos modos predominantes de contato e trocas entre as pessoas e os grupos sociais em uma dada formação social. Essas relações sociais são construídas a partir de várias dimensões, mas, do nosso ponto de vista, elas se estruturam a partir de três elementos fundantes: classe, gênero e raça. Por isso, passaremos a discutir esses elementos separadamente, muito embora saibamos que, na vida cotidiana, eles existem de forma integrada.

# Compreendendo as classes sociais

Na formação social brasileira, as relações econômicas fundamentais se constroem a partir da exploração da força de trabalho, já que vivemos em um sistema capitalista, isto é: as pessoas que não possuem meios para produzir, nem para sobreviver com independência, mas podem dispor de sua própria resistência física e de suas habilidades, trocam-nas por meios financeiros de sobrevivência; vendem a sua força de trabalho para um patrão que, com isso, consegue ampliar a sua produção e gerar lucro,

do qual usufrui sozinho ou com sua família. Essa relação econômica, que possibilita a acumulação de capital, estrutura as relações sociais entre as classes, mas não as explica de todo.

as relações econômicas fundamentais se constroem a partir da exploração da força de trabalho

Nos movimentos sociais existem distintas formas de compreender o debate sobre as classes sociais. Isso se expressa nos diferentes termos utilizados para se referir às pessoas que vivem com poucos recursos: pobres, explorados/as, menos favorecidos/as, base, excluídos/as, em situação de vulnerabilidade, entre outros. Algumas pessoas também utilizam o termo classe social para se referir a categorias profissionais como a "classe dos professores". A questão que nos colocamos é: esses termos são usados aleatoriamente ou indicam um modo de pensar que os justifica? Em todo caso, denotam uma carência de debate conceitual na militância contemporânea sobre o que venha a ser classe social. Num certo pensamento sociológico que muitas vezes conforma o debate sobre a realidade social através da mídia, é comum entender-se *classes sociais* a partir de níveis de rendimento e/ou de faixas de acesso a bens de consumo – esse tem sido o tom de muitas pesquisas nas áreas de Políticas Públicas e Pesquisa de Opinião. Embora possa ser útil, em alguns momentos, esta forma de ver não lida com a noção de exploração e, portanto, não nos parece totalmente adequada como instrumento para compreender a estruturação das classes.

Na tradição política de esquerda, que foi predominante no Brasil até a década de 1980, baseada no marxismo, as classes fundamentais no capitalismo se definem em relação à propriedade, ou não, dos meios de produção, ou seja: uma detém os meios de produção – a burguesia – e outra vende a sua força de trabalho – o proletariado. O conceito fundamental que explica essa relação é a exploração, isto é, a extração de mais-valia feita pela classe proprietária sobre a classe assalariada. Entretanto, o desenvolvimento do pensamento crítico no Brasil gerou várias reflexões a mais: sobre as diferenças inter burguesas, as especificidades do trabalho rural, o numeroso contingente de pessoas sem acesso ao trabalho assalariado, que hoje se avoluma cada vez mais, e a produção da pobreza como uma conseqüência dessas desigualdades econômicas. A atualização da compreensão sobre a exploração capitalista exigiu, ainda, percebê-la como um processo que se complexifica também com a mundialização da economia, a dominação do capital financeiro e com novos processos produtivos baseados no conhecimento e na informação.

Essa forma de pensar as classes, embora seja correta do ponto de vista de compreender algumas relações econômicas, funcionou, entretanto, como uma simplificação da complexidade da realidade social. Ela explica o trabalho produtivo, aquele que gera lucro, mas

esse "sobretrabalho", realizado pelas mulheres, é funcional ao capitalismo e colabora para o crescimento de sua lucratividade

não explica, de forma direta, os serviços públicos nem o trabalho na esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo inclui o trabalho doméstico, como já vimos neste curso, e é feito basicamente por mulheres, no interior das residências, e se refere a tarefas que viabilizam a manutenção da casa, a alimentação, os cuidados com vestuário e os serviços para crianças, idosos/as e doentes. A cultura política predominante na sociedade impõe às mulheres, sob a forma de trabalho doméstico, a reprodução cotidiana da força de trabalho de homens e mulheres que estão na esfera produtiva e, com isso, desincumbe o Estado e o empresariado dessa responsabilidade social. Esse "sobretrabalho", realizado pelas mulheres, é funcional ao capitalismo e colabora para o crescimento de sua lucratividade.

A compreensão do trabalho feminino, à luz da noção de divisão sexual do trabalho, mostra a complexidade da exploração capitalista. Daí porque não podemos entendê-la a partir, apenas, do conceito de classe social, da forma simples descrita antes, sem agregarmos a ele a reflexão sobre a percepção social das diferenças de gênero que geram desigualdades entre os sexos, em prejuízo das mulheres, tal como fez Elizabeth Lobo e fazem Heleieth Safiotti, Helena Hirata e Daniele Kergoat.

Estudos históricos, como os do historiador Edward Thompsom, têm agregado também outros elementos na conceituação de classe, a partir da discussão sobre "experiência". Segundo ele, é na dinâmica histórica de organizar-se, constituir-se como uma classe em relação à outra, e na luta por direitos, que a classe trabalhadora vai sendo gestada enquanto tal. Esse modo de pensar contribui para explicar a experiência brasileira de organização sindical que congrega, em uma só organização – a CUT, trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as das mais diversas áreas da



economia, incluindo rurais e serviços. A noção de experiência contribui, também, para pensar o processo político de se fazer classe, tornando-se sujeito de seus direitos, em confronto com uma outra classe. Não como um sujeito prefixado e único, designado a partir de seu lugar no processo produtivo, ou pelo fato apenas de ser ou não ser proprietário, mas como um conjunto vivo que se movimenta por seus interesses coletivos e, nesse processo de movimentação, constrói seus direitos e sua identidade coletiva, fazendo-se sujeito no âmbito da ação política.

# Questão racial na formação brasileira

Ademais, quando se pensa historicamente não se pode desprezar o peso estruturante das relações inter-raciais na constituição do que hoje, no Brasil, são as pessoas reais que compõem a classe trabalhadora. O conceito de exploração é insuficiente para a compreensão da classe trabalhadora porque, na formação social brasileira, as relações raciais se articularam com as relações de exploração no processo de acumulação capitalista, a partir do trabalho escravo de negros e negras, por séculos. A compreensão histórica da associação dos elementos *classe*, referido aqui à desigualdade econômica, e *raça* permite entender o dado estatístico que mostra a maioria das pessoas negras no menor nível de renda do país.

No âmbito do debate sobre as relações entre pessoas brancas e negras, há polêmicas sobre qual seria o termo mais adequado para explicar a situação de opressão em que vive o povo negro em nosso país. Nas

# a dificuldade de trabalhar com o conceito de raça deve-se a sua origem, na biologia, e ao seu uso histórico para fins de opressão e discriminação

pesquisas censitárias e de avaliação de políticas públicas, tem-se adotado o designativo cor ou cor/raça como uma forma de captar a percepção dessas diferenças. Alguns setores têm buscado trabalhar com a noção de etnia para visibilizar não apenas alguns povos a que se atribuem uma estatura étnica específica, mas todos os descendentes de africanos de pele escura. Esta perspectiva tenta ampliar elasticamente a noção de etnia, já que ela, segundo Barth, é uma categoria de atribuição e auto-atribuição de identidade de um dado grupo, que exige uma validação contínua de pertencimento, isolamento de parte das culturas e regras para contato interétnico. Nas condições brasileiras, seria difícil designar a população negra como compondo uma ou várias etnias, mais apropriado seria vê-la como originária de algumas etnias africanas ou, no máximo, usar essa noção para iluminar a compreensão sobre alguma comunidade quilombola.

A dificuldade de trabalhar com o conceito de raça deve-se a sua origem, na biologia, e ao seu uso histórico para fins de opressão e discriminação. A relação entre atributos e caracteres físicos, designativos de uma raça, e a condição mental e social das pessoas, é uma idéia que serviu, historicamente, para a opressão sobre vários povos. Na formação social brasileira, esta idéia foi utilizada para justificar o trabalho forçado feito por pessoas trazidas seqüestradas da África e seus descendentes. Posteriormente, serviu também para, às avessas, solidificar o mito da democracia racial. Todavia, amplos setores do Movimento Negro, nas décadas de 80 e 90 do século passado, ressignificaram politicamente a idéia de relações raciais,

em certo sentido, a reflexão sobre relações raciais se assemelha à reflexão sobre gênero colocando, publicamente, a identidade de "ser negro e negra" como constitutiva da luta por direitos para a população negra. Atualmente, a questão racial ganhou uma maior envergadura a partir

do debate de políticas públicas de combate ao racismo.

Independentemente do termo que se usa, há que se constatar que as pessoas negras continuam sendo as que vivem em situação de maior pobreza, em especial as mulheres negras. Apesar de raça ser uma idéia e não uma conseqüência de caracteres biológicos, os caracteres biológicos específicos, como cor da pele, cabelo enrolado, lábios grossos etc., existem na população negra e as representações sociais sobre raça são usadas para classificar as pessoas e privá-las do exercício de direitos, além de favorecer poder e privilégios para pessoas brancas. Sentindo-se negras ou não, as pessoas de ascendência africana são discriminadas social, política e economicamente no Brasil e, quanto mais escura for a pele, maior é o seu infortúnio.

O mito da democracia racial leva muita gente a acreditar que os problemas que sofrem as pessoas negras e pobres devem-se apenas a sua situação econômica, mas basta fazer uma comparação com a vida das pessoas negras que conseguem chegar à classe média, para ver que não é totalmente assim. As classificações de raça e as relações sociais nelas baseadas nelas, são constituintes do processo de formação da subjetividade, das normas e dos valores predominantes e conferem sanções cotidianas para as pessoas negras. Em certo sentido, a reflexão sobre relações raciais se assemelha à reflexão sobre gênero. Os aspectos biológicos e fisiológicos que constituem os sexos masculino e feminino são diferenças que estão nos nossos corpos, entretanto, a sociedade construiu idéias sobre essas diferenças, idéias nas quais se baseiam as relações sociais. Essas representações sociais sobre o que é masculino e feminino normatizam como devem ser as relações entre as pessoas e fazem isso a partir de uma distribuição desigual de valor e de poder entre homens e mulheres, que contribuem para sustentar o mito da superioridade masculina.

# Gênero, sexo e a situação das mulheres

Como Joan Scott, consideramos que as relações sociais de gênero são relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Esta percepção de diferenças é uma elaboração social hegemônica e não um fato natural; ela está prenhe de sentido historicamente construído, que hierarquiza as relações entre homens e mulheres na vida social, em detrimento das mulheres. A construção social do gênero impacta negativamente na vida das mulheres, porque fornece um substrato através do qual se consolidam – de forma diferente nos diversos tempos históricos e nas formações sociais - normas culturais que estruturam o lugar das mulheres como restrito ao espaço privado. Mesmo atualmente, quando já temos maior inserção no espaço público, continuamos sendo vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com crianças. Estas normas culturais também impactam negativamente na produção da subjetividade, na noção que a pessoa tem de si mesma e do que considera satisfatório, ou não, nas suas relações pessoais e nas escolhas que organizam o seu cotidiano.

As normas culturais baseadas na percepção das diferenças entre os sexos alimentam e são alimentadas, concomitantemente, pela normatização jurídica, pela linguagem, pela imagem midiática, pelo funcionamento regular de instituições como igrejas, famílias, escolas etc. Essa representação social designa lugares diferenciados para homens e mulheres na sociedade e impede ver quão injusta é a dupla jornada de trabalho das mulheres, ou mesmo como é violenta a educação sexista praticada desde a infância nas escolas, ou ainda como é estranho que os seres humanos, sendo homens e mulheres, tenham, na grande maioria, como chefes de estados-nação, apenas homens.

As relações sociais de gênero são estruturadoras do nosso modo de vida social. As representações de gênero se consolidaram historicamente

porque, entre outros aspectos, têm uma forte base material para o seu desenvolvimento, que é a divisão social de trabalho entre os sexos, constitutiva do

as relações sociais de gênero são estruturadoras do nosso modo de vida social desenvolvimento capitalista. Sendo assim, não podemos ver o trabalho das mulheres apenas como um fenômeno relativo a gênero ou à classe, ambos são elementos emaranhados na constituição da realidade do trabalho feminino e, no caso brasileiro, associam-se à dimensão das relações raciais. Isso não nos impede de vermos que as mulheres que não têm econômica e politicamente pertencimento à classe trabalhadora também são alijadas de poder e de valor e são vítimas da opressão sexista no cotidiano.

# Economia e cultura

As estruturas da sociedade têm seu processo de consolidação no âmbito da economia e da cultura. A economia é o processo de produção e socialização de bens materiais a partir da relação entre pessoas, e a cultura é o processo de produção e socialização de bens simbólicos que também se dá a partir da relação entre pessoas. Ambas envolvem ato criativo e relações de poder. No âmbito da economia, vivemos a apropriação da riqueza por alguns – que se expressa na acumulação capitalista, responsável pela produção da pobreza – e, no âmbito da cultura, vivemos a hegemonia de determinados modos de pensamento coletivo que se retroalimentam nas práticas cotidianas das instituições, em detrimento da autonomia e do exercício de direitos das mulheres, das pessoas negras e daquelas submetidas à pobreza.

Na economia, o trabalho humano é o elemento central, pois é a partir dele que se produz riqueza, e a exploração do trabalho é o elemento-chave para a compreensão das desigualdades econômicas e das condições de possibilidade para a constituição da classe trabalhadora, isto é, para sua organização e ação em torno de interesses que a unifiquem e mobilizem. No âmbito da cultura, ocorre a produção e a disseminação de bens simbólicos, como produtos ou modos de pensar, que vão conformando, desde a subjetividade, as relações pessoais até a produção artística, a mídia e a normatização jurídica. Nesse espaço, a opressão de gênero e raça, por sua permanência no tempo e penetração em todos os aspectos da vida e em todas as relações humanas, constrói "estruturas" que sustentam o modo de vida social, isto é, que operam, cotidianamente, no sentido de

sua manutenção. Rigorosamente, economia e cultura se separam apenas para efeito de reflexão, pois, no plano da vida real das pessoas, elas só existem articuladamente. As desigualdades entre homens e mulheres, pessoas brancas e negras, pobres e ricas, proprietários e proprietárias e trabalhadores e trabalhadoras, são definidoras da vida social e estão estruturadas a partir das dimensões econômicas e culturais da dominação, ou seja, de exploração e opressão, de forma integrada. O que nos acalenta, diante da dureza dessa realidade, é a ação coletiva que fazemos, quando nos constituímos enquanto sujeitos políticos, em luta por direitos, e alteramos as condições de vida. Mas ainda temos muito que lutar para ampliar as fissuras nessas estruturas de dominação, promovendo deslocamentos nas relações de poder.

Gênero, Raça e Classe são noções fundamentais para pensarmos a realidade social. A partir desses elementos, podemos educar o olhar para a percepção da realidade de uma forma mais complexa. A perspectiva classista, vista deste modo, como situação social e identidade coletiva que se articulam na experiência, não se coaduna com a noção de sujeito único ou mesmo de principal sujeito da transformação. Relações de gênero e relações inter-raciais, pela sua permanência irremovível nos nossos corpos, por estarem presentes em todas as relações entre pessoas, por estarem na base cultural da formação social brasileira e pela articulação com as relações econômicas, colocam-se como fontes explicativas da situação de injustiça e de ausência de direitos predominante em nossa sociedade. Vendo com as lentes de "gênero-raça-classe" não é possível estabelecer uma contradição principal, secundarizando outras que são fundamentais na vida cotidiana das pessoas e na sua identidade e organização como sujeitos coletivos. Afinal, na vida real, as pessoas são, o

tempo todo, pessoas inteiras, com sua cor, seu sexo, seu trabalho ou a ausência dele. Além disso, todos e todas nós nos relacionamos a partir das idéias que temos nas nossas cabeças, neste caso, as representações sociais sobre mulheres, pessoas negras e pobres.

o que nos acalenta, diante da dureza dessa realidade, é a ação coletiva que fazemos, quando nos constituímos enquanto sujeitos políticos, em luta por direitos e alteramos as condições de vida a perspectiva política de construção de igualdade de gênero, de combate ao racismo e de fim da exploração, devem ser eixos estruturadores do nosso projeto político

As condições injustas, às quais estão submetidas as mulheres, a população negra e a classe trabalhadora como um todo, não ocorrem por acaso. Elas estão inseridas em um processo histórico que as configura. As desigualdades estruturais que se desenvolvem a partir das

relações de gênero, relações raciais e relações de trabalho, são produzidas pelo processo econômico, político e cultural de organização do modo de vida social, no qual estamos vivendo, em detrimento de um lado e em favorecimento de outro, em cada uma dessas contradições. Não basta, portanto, analisar a realidade a partir do enfoque econômico, ou apenas refletir sobre a cultura e as representações sociais, ou ainda pensar apenas no processo político. A realidade social é complexa e pensá-la de forma simplificada pode levar a estratégias políticas pouco eficazes. Por conta disso, a perspectiva política de construção de igualdade de gênero, de combate ao racismo e de fim da exploração, devem ser eixos estruturadores do nosso projeto político, tanto no espaço sindical, como no espaço do movimento de mulheres.

# Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Recife: SOS Corpo, 1995.

Este texto é uma sistematização de parte do Curso Gênero e Trabalho, uma realização do SOS Corpo e SNMT-CUT (Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT), em 2004 e 2005. Publicado originalmente no livro Mulher e Trabalho, Recife. Edições SOS Corpo, 2005.



# Notas sobre o Trabalho Doméstico

Maria Betânia Ávila

A reflexão sobre o trabalho doméstico, que constitui a questão central deste texto, está embasada no conceito de divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat (2001) "a divisão sexual do trabalho tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares, etc.)". O trabalho doméstico é definido, por essa autora, como aquele através do qual se realizam as tarefas do cuidado e da reprodução da vida, o qual é um elemento fundante dessa divisão e, portanto, funcional e integrado ao modo de produção capitalista (Kergoat 1998).

Ainda segundo Kergoat (1998), a noção de trabalho doméstico não é ahistórica. É a forma concreta que toma o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada. Ele se coloca como uma dimensão da divisão sexual do trabalho, quando da reestruturação trazida pelo desenvolvimento do sistema capitalista, que separa um espaço/tempo para trabalhar e ganhar um salário, do espaço/tempo do trabalho da reprodução.

Quando a nova ordem capitalista instaurou a separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e reprodutivo, produziu também um princípio da separação de



trabalho de homens e trabalho de mulheres e deu a essa separação uma conotação hierárquica (Kergoat, 1998). Esse princípio, doravante sustentado por estruturas material e simbólica, é um elemento determinante na configuração das relações sociais entre homens e mulheres, de acordo com a sua inserção de classe.

Esse princípio organizador da divisão sexual do trabalho estabelece uma outra configuração que associa homens/produção/esfera pública, mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura e a segunda como sendo da ordem da natureza. O poder patriarcal, que antecede esse nova ordem, é reestruturado dentro dos novos princípios para assegurar o poder dos homens. Neste sentido às atribuições do trabalho doméstico se junta a privação das mulheres à esfera pública. Como afirma Saffioti (2004) "O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina."

Para Scott (1991), "Mais do que refletir um processo objetivo de desenvolvimento histórico, a história da separação do lar e do trabalho contribuiu para esse desenvolvimento; essa separação forneceu os termos de legitimação e as explicações que construíram o problema da mulher trabalhadora, minimizando continuidades, assumindo que as experiências de todas as mulheres eram iguais e acentuando as diferenças entre homens e mulheres". Para essa autora, o discurso do século XIX sobre a separação entre o lar e o trabalho "conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho 'natural'". Legitimando essa separação e a assignação das mulheres ao trabalho doméstico como atributo da sua feminilidade, estavam também os discursos médicos, jurídicos e filosóficos.

Pode-se dizer que a própria noção de feminino, como uma representação genérica dos atributos sociais e mesmo psíquico das mulheres constrói-se em uma relação direta com o trabalho doméstico, na qual uma coisa dá sentido a outra. No processo de constituição de um modelo feminino no Ocidente, forjado no século XIX, nos países do Norte, necessário à nova forma de organização social do trabalho e à manutenção do poder dos homens, as mulheres e o trabalho doméstico foram tomada como coisas inextricáveis.

Quando percorremos a história da revolução industrial vamos encontrar, desde o seu início, a presença das trabalhadoras assalariadas e podemos, também, perceber uma persistente negação histórica em considerar as mulheres como parte da classe trabalhadora. Dessa forma, as mulheres engajadas no trabalho assalariado foram tratadas como fora do seu lugar e, por isso, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi, desde aí, tratada como uma ausência do espaço para o qual elas estavam "destinadas". Esse discurso de sustentação de uma ideologia que produz a desvalorização da participação das mulheres, no mercado de trabalho, foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/opressão das mulheres como parte da ordem natural das coisas.

O século XIX colocou essa questão como um problema. Evidentemente um problema para ser resolvido em favor da nova ordem que se estabelecia regida pelos interesses do mercado (do capital), e submetida ao poder dos homens (patriarcal). Segundo Joan Scott (1991), "A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente e que exigia uma resolução urgente. Esse problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado; foi posto e debatido em termos morais e categoriais". Qualquer que fosse a situação e inserção da mulher no mercado de trabalho e qualquer que fosse a posição sobre as tendências do capitalismo, as questões giravam sempre em torno de: "Devem as mulheres trabalhar por um salário? Qual o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e na sua capacidade de desempenhar as

funções maternais e familiares? Que gênero de trabalho é adequado para uma mulher?" (Scott, 1991). Essas questões trazidas por Scott, fruto de pesquisas históricas, mostra-nos, também, de maneira clara, a conexão entre o corpo das mulheres e a produção da divisão sexual do trabalho presente na elaboração das doutrinas morais que legitimavam a opressão das mulheres, configurada na nova ordem.

As diferenças de classe entre mulheres é, historicamente, um determinante da sua situação na relação trabalho doméstico/trabalho assalariado. Para todas as classes, o trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres. Há, no entanto, uma desigualdade histórica na forma de enfrentar essa relação. Na tradição as mulheres de classe média estiveram de forma muito minoritária no mercado de trabalho e com uma permanência de curta duração e, quando do casamento e da constituição da família, de uma maneira geral, faziam um retorno às atividades do "lar" com exclusividade. No novo cenário, de inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho formal e informal, as mulheres das camadas médias estão inseridas de uma maneira que rompe com a sua forma de inserção tradicional pois, cada vez mais, estão colocadas como profissionais com planos de carreira e, portanto, de permanência no mercado de trabalho como parte do projeto de vida.

As mulheres de classe burguesa, além de se constituírem como as esposas dos homens de negócios, os donos dos meios de produção, sempre contaram com os serviços de outras mulheres para os cuidados da casa e dos filhos. Sua responsabilidade sempre foi de ordem moral, cerimonial e administrativa. Coube sempre às mulheres burguesas apresentar o luxo e os rituais do espaço privado da família, para mostrar o requinte e a tradição de classe que legitimam o poder no próprio campo das relações entre burgueses.

Como afirma Kergoat (1998), os homens mediavam as relações de classe entre as mulheres, e só recentemente, mediante a análise dos dados sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho marcada, de um lado, pelo empobrecimento e precarização; e de outro, por certas mulheres que aumentam "seus capitais econômicos, culturais e sociais, o



que pode ser analisado como a irrupção de uma oposição de classe entre mulheres, pela primeira vez direta e não mais mediada pelos homens (pai, esposo, amante)". Assim sendo, foi a partir da situação de classe das mulheres como trabalhadoras assalariadas, isto é, como parte de uma classe que vende sua força de trabalho como meio para obter os recursos para suprir as necessidades da reprodução, que a questão da divisão sexual do trabalho se configurou como uma dimensão da divisão social do trabalho. E, assim, os problemas cotidianos que se colocam para os deslocamentos entre as esferas do trabalho remunerado e produtivo e a do trabalho doméstico e reprodutivo, são "resolvidos" de acordo com a inserção de classe.

# Tempo e trabalho das mulheres

Nesta separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo o tempo que conta, o tempo que tem valor é aquele empregado na produção de mercadoria, gerador de mais valia. A mais valia é a base da acumulação do capital. A apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista. O tempo do trabalho doméstico, do cuidado com a reprodução da vida das pessoas, não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. Mesmo na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico, elemento central para reprodução social, não é levado em conta. Os custos da reprodução da força de trabalho

mesmo na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico, elemento central para reprodução social, não é levado em conta

são contados, apenas, a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras, mas todo trabalho investido no cuidado, na produção da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar está fora da conta que configura a mais valia e, consequentemente, que mede o grau de acumulação na exploração capitalista.

O tempo que sobra das atividades produtivas, para a classe que vive do trabalho (Antunes, 2000), é contado como um tempo do descanso, do lazer, do cuidado consigo mesmo e consigo mesma, isto é, da reconstituição de cada pessoa como força de trabalho. A duração desta "sobra" é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é o mesmo em todo lugar, nem para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Há um tempo, assegurado pelos direitos sociais e trabalhistas, que regula a duração da jornada de trabalho e define os dias de folga e de férias, mas para se ter acesso a ele é preciso estar legalmente registrado e registrada como empregado e empregada, o que constitui um vínculo social que assegura outros direitos e também deveres. Estes períodos liberados da produção, são um direito de cada trabalhador e trabalhadora de se reconstituir física e mentalmente.

Onde está o tempo para os cuidados necessários para produzir os meios de manutenção da vida individual e coletiva, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico?

Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se auto-cuidar, como as crianças, os idosos e idosas e outras pessoas que não têm condições física ou mental para isso? Esse tempo, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo para cuidar das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção formal ou informal nesse mercado. É justamente aí que se produz a dupla jornada. Essa forma de organização, baseada na dupla jornada das mulheres, é fundamental para a acumulação do capital, uma vez que baixa os custos da reprodução social.

A teórica feminista Carrasco (2001) afirma que não seria possível a manutenção do trabalho assalariado na produção (tempo assalariado) sem a sustentação do trabalho reprodutivo (não remunerado) no âmbito doméstico.

Segundo Torns (2001), "Essa perspectiva do tempo nos serve também para por de manifesto a existência de lógicas distintas que regem o tempo de trabalho, em sua acepção laboral, e o tempo do trabalho reprodutivo, pois, tal como temos sabido posteriormente, o primeiro se rege por uma lógica diacrônica, linear e facilmente objetivável mediante o horário, sem necessidade de maiores horizontes. Enquanto o segundo se move com uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida, cotidianamente, e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino".

A produção capitalista tem como objetivo a maximização do lucro, o que orienta sua lógica e tempos de funcionamento. A reprodução tem outra e requer um outro sentido do tempo. Como envolve o cuidado e o trabalho doméstico, ela acompanha os tempos e os processos da vida. "Há uma tensão permanente entre a lógica do lucro e a lógica do cuidado. As políticas existentes são pensadas em termos de conciliar estas lógicas, mas cabe às mulheres absorverem esta tensão na sobrecarga de trabalho, no desgaste físico e emocional. Caberia às mulheres superar essas lógicas

e estruturar a economia tendo, no centro, a sustentabilidade da vida humana" (Carrasco, 2001).

Ainda segundo Carrasco (2001), um outro ponto importante é como o trabalho das mulheres é visto, como um recurso elástico e inesgotável, como a natureza. O trabalho das mulheres é tratado como serviço, considerando que as mulheres estão à disposição para servir. Só se considera como produto o que se converte em renda monetária, desvalorizando-se o autoconsumo.

Se, historicamente, na representação social da divisão sexual do trabalho, coube às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, como vimos, sempre houve mulheres que estiveram, tanto na esfera da produção, como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje, apenas, pelo menos enquanto maioria, na esfera da produção. Atualmente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal ou informal se expandiu. "Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente, no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado" (Antunes, 2000).

### Mulheres e trabalho doméstico

As análises sobre desigualdade no mercado de trabalho são importantes, mas só por meio de uma análise que relaciona mercado de trabalho e trabalho doméstico é possível aprofundar a compreensão dessa relação de desigualdade das mulheres na divisão sexual do trabalho. E assim a vida cotidiana aparece como o cenário no qual se desenrola essa dinâmica. Um território analítico, a partir do qual tem sido possível delimitar as presenças e as ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, é reconhecer a divisão sexual e hierárquica que as preside (Torns, 2001).

Se no século XIX se consolidam as bases materiais e simbólicas da divisão sexual do trabalho, no século XX, a partir dos anos 70, o feminismo contemporâneo revelou, analisou e teorizou sobre essa divisão, avançando na teoria crítica. Ao definir o trabalho doméstico como trabalho, as

autoras feministas suscitaram um amplo debate, gerando novas análises sobre a relação mulheres e trabalho.

A exploração do tema do trabalho das mulheres traz um questionamento do uso do conceito nas ciências sociais como relativo, exclusivamente, às atividades da produção, e todo o trabalho reprodutivo do âmbito doméstico estava fora do conceito. "Para isso, foi preciso que um movimento social impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, e interpela a acepção tradicional do conceito trabalho: é somente nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs, que a reflexão sobre as práticas sociais das operárias tornava-se possível" (Kergoat, 1987).

A questão das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico, mesmo tendo um trabalho assalariado, o que veio a ser conceituado pela teoria feminista como a "dupla jornada", surge do debate entre mulheres, nos espaços do movimento feminista, sobre os problemas que enfrentam para responder às exigências e necessidades das duas esferas. A socialização das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana foram transitando dos dilemas pessoais, das impossibilidades, da falta de cada uma, para uma construção de um problema político e sociológico. Político na luta por autonomia, contra a exploração e a opressão, e sociológico a partir da necessidade da análise, das explicações produzidas sobre isso, que veio a se constituir como um campo teórico sobre a "divisão sexual do trabalho", fundamental para o avanço da teoria feminista e, de uma maneira geral, para o avanço da teoria crítica.

A análise do trabalho doméstico realizada por Christine Delphy permite desvelar o conteúdo sexual de uma categoria tão neutra, em aparência, quanto o trabalho. Para essa autora, "O trabalho doméstico se define, assim como o assalariado, a partir das relações sociais de produção" (Delphy apud Fougeyrollas, 1999). O conceito de trabalho sofre uma alteração e se desloca do campo produtivo e da burocracia para chegar à esfera reprodutiva no âmbito doméstico. O que foi denominado por Delphy (2002), como "modo de produção doméstico".



De acordo com a leitura que faço da posição teórica de Delphy, o trabalho doméstico é um mecanismo de dominação patriarcal e, por outro lado, a exploração econômica das mulheres no interior da família, apóiase sobre a sua exploração no mercado capitalista de trabalho.

A autora afirma que "modo de produção doméstico e patriarcado não são conceitos sinônimos nem intercambiáveis", como também que "o modo de produção doméstica não explica todo o patriarcado e nem mesmo toda a dimensão econômica da subordinação das mulheres" (Delphy, 2002). Essas questões, lançadas desde os anos 1970, permanecem como cruciais para a reflexão teórica. Neste sentido, o conceito da divisão sexual do trabalho é também a base para avançar na compreensão sobre o trabalho doméstico nesta relação entre patriarcado e capitalismo.

Para Saffioti (1979), o trabalho doméstico é definido na relação entre patriarcado e capitalismo, considerando que a divisão sexual do trabalho é fundamental para manter a acumulação do capital e para manter a ordem patriarcal que garantem aos homens a hegemonia do poder sobre o Estado, dentro das instituições, fazendo com que se reproduzam desigualdades nas estruturas material e simbólica e na vida cotidiana.

Como afirma Antunes (2005), o trabalho é uma "questão central dos nossos dias". Essa centralidade traz, para o feminismo, a necessidade da retomada do debate sobre o trabalho doméstico, por várias razões: em função da sua permanência como um problema das mulheres na divisão sexual do trabalho, e, portanto, da permanência das contradições da dupla jornada e do que isso acarreta para as mulheres, como uma questão importante na nova ordem da divisão internacional do trabalho no processo de globalização e, finalmente, pela sua importância no processo de reprodução humana e social. Relevante para esse debate a afirmação de Kergoat (1998) de que a estrutura da divisão sexual permanece inalterada, mesmo que as mulheres tenham realizado uma série de "conquistas" importantes.

No contexto atual, esta contradição aumenta com a hegemonia das políticas neoliberais, o Estado de Bem-Estar se desagrega, na maioria dos países onde foi alcançado, e assim as políticas públicas que trouxeram, ainda que de forma restritiva, um impacto no cotidiano, com creches, es-

colas de tempo integral, instrumentos coletivos, foram sendo cortadas. A forma atual do modelo econômico é a total desresponsabilização com os custos da reprodução social. E assim temos, de um lado, relações flexíveis que significam precárias no campo do trabalho e, do outro, um Estado não redistributivo.

Portanto, não está no curso das mudanças do sistema capitalista a solução dessa contradição. Ao contrário, acirram-se as desigualdades, mesmo que essa hegemonia já tenha sofrido alguma fissura, o discurso neo-liberal nega qualquer contradição e defende o mercado como mediador e provedor de todas as necessidades. No caso da França, país com uma tradição histórica de Estado Bem-Estar Social, a assistência social tem utilizado subsídio individual para pagamento de contratação de serviços de "empregada doméstica" em substituição a políticas sociais de cunho coletivista. As empregadas domésticas, neste país, como em outros da Europa, são, de uma maneira geral, migrantes de países do sul.

No caso do Brasil, onde o Estado de Bem-Estar Social nunca chegou a ser implantado, as mulheres trabalhadoras nunca contaram, de fato, com políticas públicas que aliviassem a sobrecarga das tarefas da reprodução.

O trabalho doméstico implica tarefas de cuidado com a casa, com a preparação dos alimentos e vestimentas, o autocuidado, o cuidado direto com as pessoas, sobretudo crianças e idosas que não têm condições de se autoproduzir. Mas esse cuidado, é importante salientar, é constituído também pela relação de afetividade e de aconchego. É uma prática social de trabalho, a qual envolve questões objetivas e subjetivas, e requer conhecimentos técnicos e sensibilidade humana. Essa prática social é também desenvolvida como parte da relação em família e está envolta por tensões trazidas pelas desigualdades de gênero na vida cotidiana.

Segundo Beth Lobo (1989), "A relação de gênero remete, pois, a espaços primários das relações familiares e implica na construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero e, por isso, a contribuição das

a forma atual do modelo econômico é a total desresponsabilização com os custos da reprodução social abordagens psicanalíticas é fundamental. Por outro lado, os itinerários de homens e mulheres não podem ser reduzidos a simples efeitos mecânicos de uma identidade cristalizada de uma vez para sempre, ou não haveria história". Daí a importância das análises que têm por objeto as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem.

Há transformações no interior da instituição família que estão dadas, tanto pelas novas dinâmicas de sociabilidade motivadas pelas exigências do sistema capitalista, como questão inerente ao seu processo de reprodução social, mas também pelos processos que se apresentam como transformadores, criando fissuras na ordem vigente e que são produzidas pelos sujeitos sociais em movimentos de tensão permanente entre dominação e emancipação.

Do trabalho doméstico, duas formas de prática devem ser tratadas: o trabalho doméstico não remunerado, no interior da própria casa e do contexto familiar com as divisões e tarefas que estão presentes, e o trabalho doméstico enquanto emprego, isto é, como trabalho remunerado, como venda de força de trabalho para outras pessoas, portanto, como relação mercantil. Nesta modalidade vale ressaltar a necessidade de se avançar na análise de como se configuram as relações entre as mulheres através do emprego doméstico, nas estratégias de superação no cotidiano das contradições entre trabalho doméstico e trabalho remunerado. Ou seja, nos deslocamentos entre os espaços e os tempos de trabalhos separados, vigentes nesta sociedade.

A questão do valor permanece como um desafio teórico e político para o feminismo. Pois, como pensar a partir do trabalho doméstico uma noção de valor que, de um lado, não esteja pautada pela relação mercantil e que, de outro, supere essa forma de exploração e dominação contida nesse trabalho considerado sem valor. Os fundamentos da teoria crítica marxista, neste sentido, não aportou qualquer contribuição. Ao contrário, contribui para sua invisibilidade e para a noção de atividade sem valor.

No Brasil, o emprego doméstico tem um peso extremamente importante no mercado de trabalho para as mulheres, com maior peso para o caso das mulheres negras. As empregadas domésticas constituem uma das maiores categorias de trabalhadoras do país. Do total de empregadas e empregados nesse setor, mais de 93% são mulheres, o que justifica afirmar que é uma categoria profissional formada por mulheres (OIT,

o emprego doméstico tem um peso extremamente importante no mercado de trabalho para as mulheres

2006). Se juntamos a isso o fato de que são as mulheres, majoritariamente, responsáveis pelo trabalho doméstico da sua própria unidade doméstica e familiar, pode-se perceber que o trabalho doméstico permanece como um problema para as mulheres, como uma dimensão estruturante das desigualdades de gênero associadas à questão de raça e classe.

O trabalho doméstico, que Hirata (2004) caracterizou como uma forma de servidão, "parece assim refratário às grandes mutações da atividade feminina. Sua perduração interroga grandemente o campo da pesquisa e continua a ser questionada pelos movimentos feministas, dos anos setenta (cf. A publicação feminista da época, Le torchon brûle, literalmente em português O pano de prato está queimando) às reivindicações atuais. (cf. As palavras de ordem da organização feminista "Mix-cités" sobre a repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres no desfile do primeiro de maio de 2000 em Paris)" (Hirata, 2004).

A importância de conhecer os dados gerais sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e a participação dos homens nos trabalhos domésticos é, sem dúvida, esclarecedor das relações de gênero. No entanto, para compreender a dinâmica e o sentido que esses dados têm na estruturação das relações sociais, a pesquisa qualitativa é necessária, pois permite uma prospecção no cotidiano no sentido de conhecer a relação entre as macro estruturas e os micro processos e as práticas sociais. Uma base importante, de um lado, para uma abordagem dialética da realidade, como um caminho que permite conhecer as percepções dos sujeitos e as condições materiais e, a partir daí, poder trabalhar a análise levando em consideração as tensões nas relações sociais.

Autoras brasileiras, como Araújo (2005), Sorj (2005) e Cappollin (2005) têm mostrado por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas, a permanência do trabalho doméstico como atribuição das mulheres.

A pesquisa qualitativa oferece também os meios para um conhecimento que possa buscar elementos das dimensões objetivas e subjetivas presentes nessa forma de opressão. O que nos parece fundamental é o incremento da pesquisa empírica e da reflexão teórica sobre o trabalho doméstico, como tema fundamental na reflexão atual sobre os mundos do trabalho. Para o feminismo, avançar teoricamente nesse campo é, sem dúvida, um elemento fundamental para sustentação do seu projeto emancipatório.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho.** São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. O Caracol e sua Concha - ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (orgs.). **Gênero, família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

CAPPOLLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). **Gênero, família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: Un asunto de Mujeres? In: **Mientras Tanto**, no. 81. Barcelona: Otoño-inverno, 2001.

DELPHY, Christine. L'ennemi principal, 1/Economie politique du patriarcat. In: **Collection Nouvelles Questions Feministes.** Pour second édition. Paris: Ed. Syllepse, 2002.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Le travail domestique: économie des servitudes e du partage. In: **Femmes et partage du travail.** HIRATA, Helena et SENOTIER, Danièle (sous la direction). Paris: Syros, 1996.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena. **As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho**. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Coleção Cadernos da** 

<b>Coordenadoria Especial da Mulher</b> – PMSP, No. 8 – Políticas Públicas e igualdade de gênero, Dezembro de 2004.
Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et. Al. O sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et. Al. O sexo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
La division du travail entre les sexes. In: Kergoat, J <i>et AL.</i> (sous la Direction de). <b>Le Monde du Travail.</b> Paris: La Découverte, 1998.
Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: <b>Les rapports sociaux de sexe, Actuel Marx.</b> Paris: Presses Universitaires de France. No. 30, Deuxième semestre 2001.
LOBO, Elisabeth de Souza. Os usos do Gênero. In: <b>Relações de Gênero x Relações de Sexo.</b> São Paulo: Departamento de Sociologia - Área de Pós-Graduação, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.
SAFFIOTI, Heleieth I.B. <b>Do Artesanal ao Industrial:</b> A exploração da Mulher. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
Emprego Doméstico e Capitalismo. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.
SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In.: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). <b>História das Mulheres no Ocidente.</b> Tradução Cláudia Gonçalves e Revisão científica Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. p442-523. (v.4 - O século XIX).
SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). <b>Gênero, família e Trabalho no Brasil.</b> Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005 pp 78-88.
TORNS, Teresa. El tiempo de Trabajo de las Mujeres: Entre la Invisibilidad y la necessidad. In: <b>Mientras Tanto</b> , no. 81. Barcelona: Otono-inverno, 2001.

Este artigo foi publicado em: LIMA, Maria Edinalva Bezerra et al (orgs). Transformando a Relação Trabalho e Cidadania. São Paulo, CUT Brasil, 2007.





# Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares

Taciana Gouveia

Nos últimos anos, a agricultura familiar vem ganhando importância como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, tanto nas ações dos movimentos sociais, como das políticas públicas governamentais. No que se refere a essas políticas, até o momento, a força discursiva não foi suficiente para provocar resultados que alterem os graves padrões de pobreza e exclusão a que estão submetidas as populações rurais - cujas causas estão radicadas no, exaustivamente, reconhecido modelo de desenvolvimento hegemônico brasileiro, que privilegia o setor latifundiário e a agricultura patronal. Este artigo pretende analisar as relações, contradições, funcionalidades e dependência entre o modo como está estruturada a agricultura familiar e as desigualdades de gênero, demonstrando as consequências dessa dinâmica, tanto na restrição da autonomia e cidadania das mulheres, como no que se refere aos riscos que o próprio modelo corre, se não construir possibilidades para o enfrentamento dessas desigualdades. Tais riscos não estão relacionados apenas aos limites para expansão ou consolidação da agricultura familiar, mas as suas possibilidades de constituir-se em um instrumento que promova a democracia e a justiça.

A constatação do hiato e da aparente contradição entre os discursos estatais e suas proposições políticas,



não responde à totalidade do problema a ser enfrentado. Por outro lado, no campo da sociedade civil, o discurso sobre agricultura familiar, produzido nos últimos anos, por vezes, a trata como um fenômeno histórico recente e altamente idealizado, especialmente no que se refere à harmonia e à complementaridade entre as ações humanas e a natureza, entre a produção e o consumo, entre mulheres e homens, adultos e adultas, jovens e crianças, bem como o seu caráter multifuncional. Com relação a esse aspecto, Soares (2001) considera que a "agricultura familiar provê um conjunto de bens públicos, tangíveis e intangíveis, de elevado valor para a sociedade em geral", destacando sua contribuição nos campos da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, função econômica e social.

Sem negar que essas características podem ser realizadas pelo modo de produção familiar, é fato que, entre a potencialidade e a realidade, há longo caminho a ser percorrido que não depende apenas de mudança nas políticas públicas mas, fundamentalmente, dos processos sociais e políticos – em suas dimensões contraditórias e conflitivas – presentes na base das análises e ações que, tradicionalmente, vêm organizando e dinamizando a agricultura familiar. A mudança de foco, aqui operada, talvez nos obrigue a olhar menos para as funções que exerce e mais para as estruturas que a sustentam.

Ao estudar o processo de envelhecimento e masculinização da população rural, Camarano e Abramovay questionam: "Até que ponto o meio rural pode ser um espaço propício na construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem?" (Camarano, 1999). o ethos da agricultura familiar coloca no pai todo o poder para organizar, não só o empreendimento produtivo, como também todo universo de relações que ali ocorrem Tomando como referência as relações de gênero na agricultura familiar em seu atual formato, as possibilidades de construção de cidadania e emancipação das mulheres ainda são muito restritas. O ethos da agricultura familiar coloca no pai todo o poder para organizar, não

só o empreendimento produtivo, como também todo universo de relações que ali ocorrem. A partir dele, constrói-se uma hierarquia rígida na ocupação de lugares, atribuição de valores, oportunidades e benefícios.<sup>1</sup>

Em outras palavras, na dominação patriarcal, tal como definida por Weber, estão presentes "a crença no caráter inquebrantável do que tem sido feito sempre de uma determinada maneira" e a autoridade fundamentada na submissão e nas relações pessoais de convivência íntima e permanente (Weber, 1992). Se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir deste sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão.

Tal diferenciação de oportunidades e poderes ocorre, não apenas na agricultura familiar, mas no próprio processo de visibilidade e valorização desse modo de produção. Como bem analisa Buarque, "a nossa agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina [...] instituída pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios". (Buarque, 2000). E, ainda, "é interessante observar que, enquanto a agricultura familiar não passava de um instituto marginal na economia, ela era vista como uma atividade feminina vinculada ao doméstico; no momento exato em que ela passa a ocupar um espaço nas grandes políticas, seus protagonistas mudam de sexo" (Buarque, 2000).

Ao mesmo tempo, não se pode negar que, ainda de modo incipiente, muitos setores envolvidos na defesa da agricultura familiar começam a

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Em pesquisa recente, Abramovay e colegas (2000), constataram que 64% dos pais informam que têm o poder sobre todas as atividades da unidade familiar.

preocupar-se com essas questões, uma vez que é concreta a "rota de saída" das mulheres, especialmente as mais jovens, do espaço da agricultura familiar. Para além do reconhecimento verdadeiro e legítimo das injustiças a que as mulheres estão submetidas, parece que a situação começa a ser inquietante, exatamente nos momentos e movimentos em que elas deixam de estar, sendo a ausência o que concretiza esse (re)conhecimento.

Cabe abrir um parêntese para questionar a chamada invisibilidade das mulheres e seu trabalho na agricultura familiar, expressão tão recorrente que já assume um estatuto de verdade. As mulheres não são invisíveis, elas não são vistas no sentido de seu reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor.

A operação de invisibilidade ocorre em um momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Dá-se quando é negado às mulheres o direito de decidir; quando as estatísticas e análises – produzidas pelo Estado ou pela sociedade civil – não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino ("o agricultor"); quando os projetos políticos, estatais ou da sociedade civil, não as consideram como sujeitos de direito.

### Onde estão as mulheres?

De modo apressado, mas também verdadeiro, pode-se dizer que as mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum. Em todos os lugares porque, para além dos dados que as ocultam, basta olhar a dinâmica cotidiana para que se constate que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar. Os dados coletados em uma pesquisa<sup>2</sup> com as

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Pesquisa realizada em 2003 pelo SOS Corpo – Gênero e Cidadania para Projeto de Desenvolvimento Local Pnud/BNDES. À época em que este texto foi escrito, as tabulações estavam em fase de finalização.

"as mulheres têm maior contribuição individual na força de trabalho familiar e na continuidade das atividades tradicionais"

agricultoras familiares da região de Sobral, no Ceará,<sup>3</sup> mostram que, das 14 atividades relacionadas com o roçado, as mulheres participam, em graus variados, de todas. Em quatro dessas atividades, as mulheres participam na

mesma proporção que os homens (capina, plantio, replantio, colheita) e, em uma, são majoritárias (beneficiamento dos produtos). Em apenas três atividades, a freqüência é bem mais baixa que a dos homens: brocar, destocar e vender.

Já na criação de aves, as mulheres realizam todas as atividades que compõem o sistema, sendo que, em 49% dos casos, somente elas são as executoras. Nas demais situações, a participação masculina é muito baixa (em média, três atividades), ainda que não exclusiva e, em muitos casos, realizada pelos meninos. Na criação de suínos, a divisão do trabalho é um pouco diferente, pois os homens estão mais envolvidos na atividade. Contudo, em apenas 50% dos casos, eles são majoritários (realizam as 11 atividades, enquanto as mulheres participam de três a cinco); nos casos restantes, há um equilíbrio na divisão das atividades. Na criação de caprinos/ovinos, a presença masculina é maior, mas só em um caso é exclusiva. Das 15 atividades listadas, os homens realizam a maioria, sendo que o trabalho feminino está presente com alta freqüência de sete a nove atividades, havendo ainda casos em que participam de todas.

Dados semelhantes são encontrados em pesquisas que investigam contextos diferentes, como é o caso de trabalho realizado em Paragominas, no Pará, onde Cayeres e Costa, analisando o sistema de roça itinerante e o manejo de inovações tecnológicas, constataram que "as mulheres têm maior contribuição individual na força de trabalho familiar e na continuidade das atividades tradicionais. Enquanto que os homens estão envolvidos com as novas técnicas introduzidas e nos

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Composta de quatro municípios: Sobral, Massapê, Santana do Acaraú e Meruoca. Essa é uma área de extrema pobreza, onde a maior parte da produção familiar está relacionada com as atividades do roçado e a criação de animais de pequeno porte (aves e suínos).

treinamentos, a manutenção do sistema tradicional é assegurada pela sobrecarga de trabalho das mulheres". (Cayeres e Costa, s.d)

se as mulheres executam as atividades produtivas na mesma proporção que os homens, o mesmo não se pode dizer das atividades reprodutivas

Se as mulheres executam as atividades produtivas na mesma proporção que os homens, o mesmo não se pode dizer das atividades reprodutivas, como demonstram os dados a seguir.

Na área de Sobral, das 25 atividades que compõem a esfera reprodutiva, apenas 20% são realizadas com mais freqüência pelos homens (fazer feira, buscar e rachar lenha, consertos de utensílios, reparos na casa e trocar o botijão de gás),<sup>4</sup> enquanto 28% das atividades têm uma freqüência maior de realização compartilhada, pois sua característica principal é ser uma espécie de híbrido entre responsabilidades ditas femininas com aquelas ditas masculinas. Um exemplo disso é levar pessoas doentes ao serviço de saúde, que articula a dimensão do cuidado com a saída do espaço familiar.<sup>5</sup> Assim sendo, as mulheres são executoras exclusivas de 52% das atividades reprodutivas, especialmente aquelas cuja realização é diária e contínua.

Analisando os dados para além da sub-representação que parece ocorrer com o trabalho feminino na produção agrícola, tem-se que as mulheres, especialmente na condição de mães, são majoritariamente presentes nas quatro atividades apresentadas – o que as torna multifuncionais para a agricultura familiar, já que, além das atividades domésticas e agrícolas, elas ainda estudam e exercem o magistério. Além disso, é por elas e por meio de seus trabalhos que se realiza a integração entre produção e consumo, característica considerada fundamental na consolidação desse modo de produção.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> É interessante observar que a justificativa para o predomínio masculino na troca do botijão não é o peso, mas sim o medo de acidentes provocados pelo vazamento de gás.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Resultados quase idênticos foram encontrados por Puhl, Moura e Lopes (1998) em diagnóstico realizado no Vale do Guaporé.

Ainda que os dados apresentados não façam referência direta à dimensão da pluriatividade na agricultura familiar, pode-se fazer inferências sobre quem são as pessoas que, com mais freqüência, atuam para além do especificamente agrícola, principalmente no contexto dos debates sobre o "novo rural" e os modos como outras dimensões econômicas – como serviços, turismo, artesanato, gastronomia e até mesmo um certo modo de vida – que vêm sendo reforçadas nos discursos e políticas como alternativa eficaz para o desenvolvimento rural.

Pesquisa realizada em assentamentos de seis estados do Brasil, confirma esses dados (Tabela 1), ao mesmo tempo em que revela os modos como as atividades produtivas das mulheres são invisibilizadas e transformadas em ajuda ou parcialidade. (Abramoway e Rua, 2000).

Não cabe, aqui, analisar a correção, ou não, de tais proposições, mas vale destacar que a inserção em atividades não-agrícolas é profundamente

Tabela 1 – Membros da família por UF, segundo o tipo de ocupação nos assentamentos em 1999

Atividade	BA			CE				MT				
	Р	М	Fo	Fa	Р	М	Fo	Fa	Р	М	Fo	Fa
Agricultura / pecuária	98,5	64,5	67,0	27,5	93,5	44,0	69,5	33,5	96,0	51,5	86,5	49,0
Atividades domésticas	-	31,5	2,0	19,0	-	45,0	0,5	14,0	-	43,0	-	33,5
Magistério	0,5	2,0	-	2,0	-	3,5	0,5	2,5	1,0	2,5	-	2,5
Estudante	-	1,5	30,0	50,0	-	0,5	18,5	40,0	-	0,5	10,0	14,5

Atividade	PR			RS				SP				
	Р	М	Fo	Fa	Р	М	Fo	Fa	Р	М	Fo	Fa
Agricultura / pecuária	99,0	83,0	84,0	62,0	97,0	72,0	71,0	46,5	86,0	45,0	71,0	28,5
Atividades domésticas	-	14,5	2,0	17,0	0,5	24,0	-	18,5	0,5	49,0	0,5	40,0
Magistério	-	0,5	-	-	0,5	2,0	-	-	-	0,5	-	-
Estudante	-	0,5	13,0	20,0	0,5	0,5	24,0	31,5	-	-	14,5	25,0

Legenda: P = Pai M = Mãe Fo = Filho Fa = Filha

Fonte: Abramovay, M; Rua, M. 2000 – Versão modificada da tabela original. Fez-se a opção de trabalhar com as categorias de maior significação estatística para o presente artigo. marcada pelo viés de gênero,<sup>6</sup> sendo uma prática condicionada pelos contextos sociais, econômicos e políticos. São as mulheres – independentemente de faixa etária – e, em certa medida,

a tendência de diminuição da população feminina no meio rural é histórica

os jovens que fazem esse movimento, levando consigo a subvalorização da sua contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar. Como decorrência, é necessário pensar a questão da pluriatividade como uma das formas a partir das quais, esse modo de produção é constituído e dinamizado, sendo possível também estabelecer conexões entre os processos migratórios femininos e o conceito de pluriatividade. Na maioria dos casos, a ausência física das mulheres não significa que elas deixem de ser um elemento da organização e da manutenção do estabelecimento familiar.

A tendência de diminuição da população feminina no meio rural é histórica. Vem ocorrendo, tanto na Europa (é o caso da França, onde um terço dos homens que trabalhavam na atividade agrícola não haviam se casado até os 35 anos), como na América Latina (onde, em 1995, havia 5 milhões de homens a mais do que mulheres) (Camarano e Abramovay, 1999).

No Brasil, de acordo com os dados do Censo de 2000, entre 1991 e 2000, houve queda de 10% na população rural brasileira, sendo que, para as mulheres, essa queda foi de 11%. Em 30 anos, as mulheres passaram de 48,47% da população rural para 47%. A razão de sexo também é um indicador importante. Se, em 1980, a razão de sexo na população rural era de 106,56 homens para cada 100 mulheres, em 2000 passou a ser de 109,22. A média brasileira (incluindo o urbano e o rural) na última contagem populacional, apresenta uma tendência inversa, são 96,93 mulheres para cada 100 homens.

Além disso, dados apresentados por Abramovay e Rua (2000) demonstram que o percentual de homens solteiros nos assentamentos é muito

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>É interessante observar que, mesmo nos estudos que tratam do tema da pluriatividade, não há uma nomeação do sexo daqueles(as) que têm múltiplas inserções produtivas.

superior ao de mulheres, confirmando a força da estrutura familiar mais tradicional, como se observa na Tabela 2.

Tabela 2- – Distribuição de homens e mulheres solteiros(as ) nas UF pesquisadas, 1999

	ВА	CE	MS	PR	RS	SP
Homens solteiros	19,0%	9,5%	16%	10,5%	22,0%	9,0%
Mulheres solteiras	9,0%	4,0%	7,5%	0,5%	3,5%	0,5%

Fonte: Tabela criada a partir do gráfico Assentados por sexo nas UF pesquisadas, segundo estado civil em 1999.

Se, em contextos diversos do ponto de vista político e econômico, encontram-se os mesmos processos, suas causas não estão radicadas apenas no tipo de política pública para o desenvolvimento rural, nem em condições estritamente econômicas, comprovando, assim, que a estrutura das relações de gênero tem um peso decisivo na dinâmica de desenvolvimento rural.

### Rotas de saída

Camarano e Abramovay (1999) levantam três hipóteses para explicar a maior participação feminina nos processos migratórios: a) maior oferta de trabalho para mulheres no meio urbano ligada à expansão do setor serviços; b) dinâmicas das relações de gênero na família; c) relação entre processos migratórios e graus mais elevados de escolaridade. Na perspectiva aqui assumida, estas três hipóteses possuem estatutos diferentes, ou seja, as relações de gênero são determinantes tanto no que se refere à preferência por mulheres nos empregos do setor serviços, como na maior escolaridade encontrada nas mulheres rurais.

É importante levar em conta também as transformações por que passaram as mulheres nas últimas décadas, tanto no que se refere às conquistas no plano dos direitos, em especial as ações políticas dos movimentos de trabalhadoras rurais, como aquelas relacionadas às dimensões socioculturais. Tais processos trazem conseqüências importantes no modo como as mulheres, especialmente as mais jovens, interpretam a si mesmas e a rea-

lidade, dando-lhes condições de pensar e buscar outros destinos diferentes da submissão absoluta à lógica patriarcal. Se ainda não há condições para a ruptura dessa lógica, é possível estabelecer

pensar e buscar outros destinos diferentes da submissão absoluta à lógica patriarcal

rotas que a contornem e minimizem os seus efeitos perversos e injustos.

Vale ressaltar dois processos profundamente interligados e pouco considerados. O primeiro diz respeito à presença de uma racionalidade nas escolhas das mulheres em não permanecer na agricultura familiar. O acesso ao mundo público, a remuneração pelo trabalho realizado e a quebra com o tempo indistinto, que marcam a ligação entre produção e reprodução dentro da unidade familiar, são fatores que transformam o cotidiano das mulheres, dando-lhes a possibilidade de se pensarem e atuarem como sujeitos de suas próprias vidas, de ser alguém com um lugar no mundo, como fica claro no depoimento de uma trabalhadora da fruticultura irrigada de Petrolina, em Pernambuco: "Fiquei uma pessoa independente. Quando meu marido diz: 'é meu', eu também digo. Quando ele diz: 'eu estou cansado', eu também digo que estou' (*Apud* Branco, A.; Vainsencher, S., 2001).

É essa mesma lógica que leva a um maior incentivo para que as filhas invistam na escolarização, como ficou claro na Tabela 1, já que, em princípio, aumentam suas chances de conquistar postos de trabalho mais qualificados. Ainda que seja um processo mais marcante na população feminina rural, os jovens que investem na qualificação escolar também tendem a deixar a unidade familiar, conforme constataram em pesquisa recente Melo e colegas, ocasionando o que eles denominam "questão sucessória na agricultura: que é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias e indivíduos envolvidos nos processos sucessórios" (*Apud* Branco, A.; Vainsencher, S., 2001) Essa "perda de naturalidade" é derivada, não apenas dos problemas de ordem econômica, no sentido do baixo retorno financeiro, mas também da mesma dinâmica patriarcal que afeta as mulheres, uma vez que sendo o poder pouco compartilhado entre as pessoas



que estão no estabelecimento familiar, os jovens também se encontram em uma posição de submissão. Como analisam Abramovay e colegas, "o processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a possibilidade de passagem da responsabilidade sobre a gestão do estabelecimento para a futura geração" (Abramovay, 2000).

Além disso, é necessário considerar o problema da herança. O patrimônio geralmente não oferece possibilidades de muitas divisões, que, caso ocorressem, terminariam por inviabilizar sua capacidade produtiva, fazendo com que apenas um dos filhos pudesse ocupar o lugar do pai. Se, para os filhos, essa já é uma situação difícil, para as filhas são raríssimas as chances de serem herdeiras, não sendo, portanto, ilógico que procurem outras opções.

Se a rota de saída das mulheres da agricultura familiar significa uma opção legítima na busca da emancipação e da cidadania, por outro lado, não representa nem uma ruptura nem uma solução, já que elas continuam sendo avaliadas pelos mesmos padrões e valores que organizam a agricultura familiar, seja no trabalho assalariado, na agroindústria, no setor de serviços público e privado ou no trabalho doméstico – para onde migram a maioria das mulheres. Ao mesmo tempo, elas também não se desvinculam da própria agricultura familiar, pois uma parte substancial dos rendimentos que as mulheres auferem em trabalhos fora do espaço familiar é nele empregado, como gasto produtivo ou reprodutivo.

# a migração para áreas urbanas não é uma escolha das mulheres, mas uma necessidade imposta pelas dificuldades financeiras do estabelecimento familiar

Há que se considerar, ainda, que às vezes a migração para áreas urbanas não é uma escolha das mulheres, mas uma necessidade imposta pelas dificuldades financeiras do estabelecimento familiar. Essa situação é muito comum nos períodos de seca no semi-árido nordestino, como constatou Branco ao afirmar que, "através da migração, as mulheres não contribuem somente com uma ajuda monetária àqueles que deixaram para trás, mas ajudam os demais familiares a migrarem" (Branco, 2000). É desnecessário demonstrar que as atividades reprodutivas não são deslocadas para os homens quando as mulheres deixam de trabalhar diretamente na produção familiar, pois, mesmo que haja ausência física de uma mulher, as responsabilidades que tinha serão transferidas diretamente para outra mulher da família.

Sendo a atividade feminina, nesse contexto, historicamente marcada pela multifuncionalidade e pluriatividade, cabe indagar se, no momento em que a segunda característica passa a ser considerada uma alternativa viável para o desenvolvimento rural, as mulheres deixarão de ser os sujeitos centrais da mesma, tal como ocorreu, segundo a análise de Buarque, quando da recente valorização da agricultura familiar.

## Direitos pela metade

Anteriormente, foi afirmado que as mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum no cotidiano da agricultura familiar. A aparente contradição se explica ao verificarmos o que é feito das mulheres nas dimensões relativas à posse da terra, aos rendimentos e ao poder de decisão.



Quando se analisa a titulação da propriedade da terra, fica evidente o quanto a existência de políticas públicas ou de legislações não é suficiente para minimizar as enormes diferenças de poder entre mulheres e homens. No Brasil, não há nenhum tipo de obstáculo legal para que as mulheres sejam proprietárias. No entanto, 87% dos lotes dos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 93% do Banco da Terra e 92% das propriedades familiares têm homens como titulares (Frias, 2002). Apenas em situações em que eles não preenchem os requisitos necessários, ou quando estão ausentes, é que as mulheres assumem a titularidade. Nos demais casos, são consideradas "dependentes".

No que se refere aos rendimentos, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 2001, indicam que, para o universo das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas em atividades agrícolas (não especificamente para a agricultura familiar), as mulheres estão, majoritariamente, nas categorias não-remuneradas (39,25%) e produção para consumo próprio (também 39,25%), demonstrando que quase 80% das mulheres não auferem nenhum rendimento do seu trabalho. Analisando os números referentes à população masculina ocupada, temos que 17,71% são classificados como não-remunerados, e 8,37% estão na produção para consumo próprio, perfazendo 26,08% de homens que não recebem rendimentos pelas atividades que realizam. Os dados, por si só, indicam a magnitude da exploração a que estão submetidas as mulheres na produção agrícola brasileira.

# apenas em situações em que eles não preenchem os requisitos necessários, ou quando estão ausentes, é que as mulheres assumem a titularidade

Trabalhando com os dados sobre rendimentos das agricultoras familiares da área de Sobral, vê-se que 47,8% recebem menos de meio salário mínimo mensal, enquanto 13% não auferem nenhum tipo de rendimento. Contudo, o que chama a atenção aqui é o alto percentual de mulheres que colocaram os benefícios (bolsa-escola, vale-alimentação e vale-gás) como sendo sua própria e única renda: 66% entre aquelas que declararam ter algum rendimento, e 85,7% no grupo que recebe menos de meio salário mínimo. Perceber os recursos destinados à família como sendo seus próprios recursos, demonstra o quanto as mulheres têm dificuldades de se perceber para além desse lugar e da função de gerentes dos parcos rendimentos familiares destinados à reprodução cotidiana.

Ao mesmo tempo em que confirma que os formuladores e formuladoras das políticas públicas assistenciais colocam as mulheres como responsáveis pelo recebimento desses recursos como se isso fosse uma garantia de sua adequada aplicação, elastecendo, bem mais, o tempo das mulheres, já que, para receber tais benefícios, é necessário um deslocamento para o município-sede, esperas nas filas dos bancos e gastos com transporte que terminam por diminuir, ainda mais o já mínimo benefício.

É prudente afirmar que as mulheres são gerentes de uma parte dos recursos familiares porque seu poder de decisão é muito restrito, mesmo

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>Os valores dos benefícios são: vale-gás – R\$ 15,00 (a cada 2 meses); bolsa-escola – R\$ 15,00 por criança, com teto de três crianças; e bolsa-alimentação – R\$ 15,00 também com teto de três crianças. *Valores e referências foram mantidos para preservar a informação do contexto e análise da autora.* 

no que se refere às decisões da esfera reprodutiva, como demonstram os dados da pesquisa "Relações de gênero nos assentamentos rurais", realizada por Abramovay e Rua em 2000. No âmbito das atividades produtivas, o poder de decisão é, majoritariamente, masculino nos seis estados pesquisados (cultivos – de 92% a 66%; vendas dos produtos agrícolas – de 91% a 74%; venda de gado – de 93% a 59%). O poder de decisão das mulheres é maior na venda de doces e queijos (de 58% a 41%) e na venda de ovos e aves (80% a 46%), ainda que esse poder não seja tão hegemônico como o masculino e se dê em esferas produtivas de menor valor monetário.

Apesar de se creditar às mulheres o domínio absoluto do espaço reprodutivo, a realidade é mais complexa, tendo respostas menos uniformes nos estados pesquisados. No que se refere à educação das crianças em quatro estados (Bahia, Ceará, Mato Grosso e São Paulo), há um percentual maior de mulheres com poder de decisão (55,5%, 61,%, 41,5% e 44%). Nos demais estados (Paraná e Rio Grande do Sul), a decisão tende a ser compartilhada pelo casal (38% e 62,5%). Contudo, o que pode parecer, à primeira vista, bastante surpreendente é que, em nenhum dos estados pesquisados, as mulheres têm maior poder de decisão sobre quais alimentos devem ser comprados, sendo mais frequente que os homens tomem essa decisão. A primeira vista porque, nos casos das agricultoras familiares, tudo o que envolve dinheiro e saída do espaço restrito do estabelecimento familiar não lhes pertence, não lhes é direito, já que a tradição patriarcal que organiza esse cotidiano nega às mulheres a possibilidade de exercerem um princípio fundamental de ser sujeito: a liberdade de ir e vir.

Sem terra, sem dinheiro, sem tempo, sem espaço, sem poder, sem liberdade, assim são as mulheres em sua experiência cotidiana na agricultura familiar. Esses elementos não podem ficar invisíveis quando a transformação social e política pretendida implica necessariamente a quebra da hegemonia do modelo, até então, vigente para o desenvolvimento rural, sendo antinômico que essa radicalidade também não se dirija à dominação patriarcal que organiza a sociedade brasileira.

É preciso que os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, trabalhadoras e trabalhadores rurais construam projetos e alternativas não apenas para os modos de produção e consumo, mas também para o modo de organização familiar. Em síntese, mudemos os sentidos e significados da agricultura e da família, pois só assim nossa ação política poderá resultar numa sociedade que não seja marcada pela meia justiça, meia liberdade e meia cidadania.

# Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas?. Brasília: Unesco, 2000.

ABRAMOVAY, R. *et al.* Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar. *In* **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural**. 2000.

BRANCO, Adélia. **Mulheres da seca**: luta e visibilidade numa situação de desastre. João Pessoa: UFPB, 2000.

BRANCO, Adélia; VAINSENCHER, Semira. **Gênero e globalização no Vale do São Francisco**. (Trabalho para discussão n. 116, set. 2001). Disponível em: <www.fundaj.gov.br>

BUARQUE, Cristina. **Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária**. Recife, 2000. (Mimeo)

CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: um panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Textos para discussão, n. 612).

CAYERES, Guilhermina; COSTA, Rosana. **Análise da mão-de-obra no sistema de produção familiar de uma comunidade amazônica**. s.d. (Mimeo).

FRIAS, Zoraida Garcia. "A terra da mulher (e do homem)", entrevista concedida para o **Jornal Eletrônico da Unicamp**, em novembro de 2002. Disponível em:<www.unicamp.br>

IBGE. Censo 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**. 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br

MELO, Antônio *et al.* **A educação formal e os novos mercados para a agricultura familiar.** Texto apresentado no XLI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, jun. 2003.

PUHL, MOURA; LOPES. Etnografia sobre as relações de gênero na agricultura familiar no Vale do Guaporé. In: CAMURÇA, Silvia; PACHECO, Maria Emília. (Orgs.). Programa integrado de capacitação em gênero, desenvolvimento, democracia e políticas públicas. Quarto Caderno: Experiências Rurais. Rio de Janeiro: Fase, 1998.

SOARES, Adriano. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: REBRIP/ACTION AID. Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Rebrip; Action Aid, 2001.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 1992. Tradução da autora.

Este artigo foi publicado originalmente no Observatório da Cidadania - Relatório 2003, N. 7. Rio de Janeiro: Ibase/Observatório da Cidadania, 2003. Agradeço a Carmen Silva e a Simone Ferreira, parceiras de trabalho no SOS Corpo, pela colaboração neste texto.



## Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos

Verônica Ferreira

No contexto da globalização, com a adoção do modelo neoliberal e a atual política econômica, as condições de trabalho das mulheres têm se deteriorado, sua jornada de trabalho tem aumentado, a desproteção social ao trabalho realizado se amplia e a desvalorização e discriminação permanecem.

Para nós, movimento feminista, este contexto é de retrocesso, seja na garantia efetiva e material dos direitos sociais, seja no plano da cultura política, em que os valores de justiça social e direitos coletivos se esvaziam de sentido, para a maioria da população.

Existem muitos fatores que bloqueiam a autonomia econômica para as mulheres. Este bloqueio é um mecanismo que tem servido durante séculos à ordem patriarcal, pois submete as mulheres à exploração e ao confinamento doméstico, torna as mulheres dependentes e as submete a varias formas de opressão, dentre elas a violência.

Numa sociedade desigual, como é o Brasil, o patriarcado e o capital se apropriam do trabalho realizado pelas mulheres e, juntos, contribuem para manter o confinamento das mulheres na casa e em determinados setores do mercado de trabalho, em geral os mais precários, desvalorizados.



A divisão sexual do trabalho explica esta situação. A divisão do trabalho divide lugares de homens e mulheres no mundo do trabalho, coloca o ônus do trabalho doméstico nas costas das mulheres e além disto, em toda parte, desvaloriza as atividades realizadas pelas mulheres.

O trabalho doméstico, remunerado e não-remunerado é, ainda hoje, realizado, majoritariamente, pelas mulheres e, no entanto, desvalorizado e totalmente destituído de direitos. O fardo do trabalho doméstico retira das mulheres tempo e forças para a organização política, a participação, cuidados consigo mesma e também para ter acesso ao trabalho remunerado. Quando tem acesso a este, as mulheres arcam com uma dupla jornada de trabalho, remunerada e não-remunerada, sem apoio da família e do Estado.

Segundo a Fundação Perseu Abramo, enquanto as mulheres casadas ou unidas em relação marital, gastam 48 horas por semana com o trabalho doméstico, os homens (quer dizer, aqueles poucos 19% que realizam essas atividades) gastam apenas cinco horas por semana. Por outro lado, a precarização e focalização dos serviços públicos, como os serviços de saúde, a falta de creches e pré-escolas são um peso a mais na dupla jornada das mulheres.

Algumas poucas mulheres de classe média e as mulheres ricas, resolvem, parcialmente, a dupla jornada, transferindo as responsabilidades e tarefas para as trabalhadoras domésticas remuneradas. As mulheres pobres, quando podem, contam apenas com a solidariedade ou repassam suas tarefas para filhas e outras mulheres da família.

Nessa situação, as mulheres liberam outras mulheres para trabalhar de forma remunerada, mas não liberam a si mesmas e ninguém as libera desta jornada. A libertação da dupla jornada só pode ocorrer com a partilha das atividades entre homens e demais membros da família e, também, pelas políticas públicas: creches, pré-escolas, escolas em tempo integral, lavanderias públicas, restaurantes públicos a preços populares.

Mas a divisão do trabalho não só destina lugares diferenciados a homens e mulheres no mundo do trabalho, como o faz por classe e raça. Para as mulheres pobres e negras, o emprego doméstico, que até hoje é largamente informal e sem proteção social, é ainda a única opção para a maior parte das mulheres. As trabalhadoras domésticas como a maior categoria de trabalhadoras brasileiras, mostram como as desigualdades de gênero, classe, raça se articulam e determinam o lugar da grande maioria das mulheres no mundo do trabalho e mantém uma estrutura secular de opressão e exploração, até hoje não enfrentada pelas políticas públicas.

Em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres já entram em desvantagem nas atividades remuneradas. Para agravar a situação, os postos de trabalho assumidos pelas mulheres são, hoje, os mais precários, como por exemplo: no setor informal (comerciantes, ambulantes, catadoras de lixo, revendedoras em domicílio); no trabalho em domicílio; no trabalho terceirizado (empresas de limpeza, por exemplo); no setor de serviços (comércio, telemarketing); nos serviços mais precários (diaristas, por exemplo). A maioria destas mulheres, sobretudo nas áreas urbanas, estão desprotegidas socialmente.

A luta feminista por direitos e políticas públicas, no campo do trabalho, deve fortalecer uma perspectiva transformadora da divisão sexual do trabalho, das desigualdades sociais e garantidora da autonomia para as mulheres na ação do Estado. Isto implica em visibilizar as desigualdades vividas pelas mulheres no mundo do trabalho e formular políticas públicas ou garantir que as políticas existentes atuem no sentido de enfrentar tais desigualdades.

A previdência rural, direito previdenciário de caráter universal, é uma dessas políticas. A universalização do direito à previdência para as trabalhadoras rurais, alcançada com a política de Seguridade Social estabeleci-

da na Constituição de 1988, é hoje uma das mais importantes políticas sociais no Brasil, com grande potencial de efetivar a justiça redistributiva. Além disso, garante a sustentação de milhares de famílias no campo brasileiro. Para as mulheres, significou também um importante passo no reconhecimento do trabalho realizado na pequena

a luta feminista por direitos e políticas públicas, no campo do trabalho, deve fortalecer uma perspectiva transformadora da divisão sexual do trabalho, das desigualdades sociais e garantidora da autonomia para as mulheres na ação do Estado

produção familiar, apesar de sabermos das dificuldades e discriminações ainda sofridas pelas trabalhadoras rurais nos serviços do INSS. Apesar de não garantir totalmente a conquista do direito à previdência rural é uma questão de justiça e uma condição indispensável para o reconhecimento do valor do trabalho e da autonomia econômica das mulheres no campo.

É urgente que as milhões de trabalhadoras, em sua maioria negras, hoje na informalidade e impossibilitadas de acessar a previdência, possam ter acesso aos direitos previdenciários, em regime semelhante ao já conquistado pelas trabalhadoras rurais. Portanto, mudanças na política de Seguridade Social somente serão aceitas por nós se vierem para ampliar a inclusão das mulheres e de todos os segmentos não contemplados, hoje – e sobretudo após as reformas neoliberais – pelo modelo vigente de acesso aos direitos previdenciários.

### Estado, Previdência Social e Justiça

Não é novidade que o Estado tem repassado, historicamente, suas responsabilidades para as mulheres e, neste sentido, explora o seu trabalho. Faz isso, também, quando cria políticas que não oferecem as condições dignas de trabalho, a devida valorização e não garantem autonomia. O desvalor e a desproteção conferida ao trabalho das mulheres, é fundamental para a acumulação de capital e tem servido ao Estado, especialmente no neoliberalismo, que se sustenta pela transferência de serviços, antes prestados pelo serviços públicos para as mulheres, sobrecarregando sua jornada de trabalho reprodutivo e mantendo seu lugar subordinado e a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica. A invisibilidade e



desvalor do trabalho das mulheres, especialmente todo o trabalho nos cuidados com a família, interessa às políticas neoliberais, que se fazem transferindo para as mulheres o trabalho que deveria ser feito ou amparado pelo Estado, como é o caso das creches, escolas em tempo integral, lavanderias públicas etc.

Os direitos previdenciários são, no Brasil, como em muitos outros países, um dos principais direitos do trabalho, uma vez que assegura a proteção social, no presente e no futuro, condições de vida e autonomia econômica para milhões de trabalhadores e trabalhadoras e contribuem, inequivocamente, para o enfrentamento da desigualdade social no país.

A universalização do direito à previdência para trabalhadores e trabalhadoras rurais é, reconhecidamente, uma das mais importantes políticas sociais instauradas pela Constituição de 1988. É uma prova de que políticas universais são fundamentais, embora insuficientes para uma transformação nas estruturas que geram as desigualdades de gênero, econômicas e o racismo, e também para enfrentá-las, construir condições de superação e assegurar uma vivência mais autônoma para as mulheres no cotidiano.

A história de exclusão das mulheres do acesso aos direitos do trabalho e aos direitos sociais a este vinculados, exige que políticas de assistência social, previdência social e saúde – que compõem o tripé da Seguridade Social – efetivamente se façam para as mulheres (isto é, considerando-as como sujeito) e não simples e injustamente por meio das mulheres, de seu

### a invisibilidade e desvalor do trabalho das mulheres, especialmente todo o trabalho nos cuidados com a família, interessa às políticas neoliberais

trabalho na esfera reprodutiva e da mesma divisão sexual do trabalho que termina, ao fim e ao cabo, por excluí-las do acesso ou da possibilidade de exercício dos direitos. Basta considerarmos que é a grande maioria das mulheres que administra recursos dos benefícios sociais e das políticas focalizadas sem, no entanto, ter possibilidades de sair da situação de pobreza ou construir uma maior autonomia que lhes permitam enfrentar, por exemplo, a violência doméstica. Da mesma maneira, é uma experiência comum das mulheres o fato de cuidarem da saúde de sua família, em detrimento do cuidado com a saúde delas mesmas.

No caso da Previdência Social, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho, são reproduzidas pelo sistema e resultam em sua exclusão. Porque são mais pobres, compõem a maior parte dentre as desempregadas e estão nos postos mais precários, as mulheres das áreas urbanas não têm condições de contribuir para a previdência social e, portanto, estão mais distantes da possibilidade de acesso a uma aposentadoria. Ficam, portanto, submetidas a recorrer às políticas de assistência social que, além de não reconhecerem sua condição de trabalhadoras, são seletivas, e deixam ainda de fora e desprotegidas milhões de mulheres. Porque as mulheres são as que arcam com o peso da reprodução social, muitas vezes interrompem sua vida profissional em função de gravidez e cuidados com crianças pequenas, além de trabalharem duplamente durante toda a sua vida. Por isso, enquanto a divisão sexual do trabalho persistir, a diferença de idade para fins de aposentadoria será um mecanismo para fazer justiça ao trabalho realizado pelas mulheres!

Os discursos que ganham força, vindos de diversos setores, como o empresariado, a mídia conservadora e liberal, alguns centros de pesquisa e setores do Governo, apregoam o "déficit" da previdência e a insustentabilidade de uma previdência universal, que garanta direitos a todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Mais uma vez, ignora-se a realidade de desigualdade e injustiça, a que estão submetidas às mulheres no mundo do trabalho, e no acesso aos direitos sociais, como é o caso da política de Seguridade Social e, fundamentalmente, da política de Previdência Social, diretamente vinculada ao trabalho.

É preciso desfazer o mito do déficit da Previdência Social, em nome do qual, diz-se, devem-se realizar as reformas da previdência. Como já demonstraram muitos estudos, a Seguridade Social no Brasil não tem déficit, pelo contrário, o orçamento da Seguridade Social é superavitário, ou seja, sobram a todo ano recursos que não só cobrem totalmente o orçamento da Previdência Social, como alimentam os juros da dívida pública, isto é, o orçamento fiscal. A Constituição de 1988 estabelece uma diversidade de fontes de financiamento para a Seguridade Social, inclusive recursos oriundos do orçamento fiscal, que podem e devem vir a subsidiar as políticas de previdência, saúde e assistência social. Porém, o que se passa na realidade é que o orçamento da Seguridade Social é deslocado para o orçamento fiscal, ao contrário do que prevê a nossa Constituição.

A política de superávit primário para pagamento dos serviços da dívida é uma das principais formas de retirada dos recursos das políticas públicas, principalmente da Seguridade Social, fundamentais para garantir direitos, como saúde e autonomia econômica para as mulheres. As lutas por financiamento público para políticas universais são indispensáveis na luta feminista para efetivar os direitos das mulheres. A luta feminista por uma Previdência universal realiza parte importante de nossa luta em defesa do orçamento das políticas públicas e está no coração do enfrentamento do superávit primário, pois é sobretudo o orçamento da Seguridade Social que é solapado com esta medida.

Também é condição indispensável para garantir recursos para a Previdência Social, a taxação das riquezas e a inversão da lógica de contribui-

ção (impostos), pois hoje quem paga mais é quem tem menos. A taxação do grande capital e das grandes fortunas, como o agronegócio, é uma das maneiras de fazer valer a justiça contributiva e redistribuir a riqueza produzida pela maioria, mas apropriada por poucos. Nossa luta feminista por uma previdência redistributiva está articulada com a luta pela reforma tributária que garanta a justiça contributiva e a redistribuição da riqueza socialmente produzida!

As desigualdades vividas pelas mulheres devem ser enfrentadas pela Seguridade Social, como política de Estado. No entanto, o contexto que vivemos e os fatos políticos que nele se desencadeiam, não traçam ou vislumbram o caminho da justiça social, via ampliação e universalização das políticas sociais e, muito menos, o enfrentamento e a transformação das desigualdades de gênero.

No caldo de cultura neoliberal, a luta por ampliação de direitos, igualdade de gênero, justiça social e solidariedade, perdem sentido cada vez mais, para a lógica de que as saídas são individuais e via mercado. Esta cultura sustenta a idéia de que só quem paga tem direitos e os melhores serviços são aqueles pelos quais se paga. A ideologia que sustenta a mercantilização de direitos, idéia relativamente recente, articula-se com a antiquíssima ideologia de que mulheres, pobres e negros e negras não devem ter direitos e são, individualmente, responsáveis por sua situação.

Nossa luta feminista pela ampliação dos direitos do trabalho e por Seguridade Social é um enfrentamento ao modelo neoliberal nas políticas públicas e, também, ao pensamento cultural do neoliberalismo e suas implicações políticas.

É urgente afirmar que o enfrentamento da pobreza das mulheres e, mais além, a garantia da autonomia econômica, só pode se realizar com a redistribuição da riqueza produzida por homens e mulheres no trabalho remunerado e no trabalho não-remunerado, como o trabalho doméstico. Para garantir a justiça redistributiva, é preciso que as políticas públicas efetivem o reconhecimento de que as mulheres, em sua dupla jornada de trabalho ou na jornada cotidiana com o trabalho doméstico, produzem

a questão do trabalho e dos direitos é central para a autonomia econômica das mulheres riqueza. Ao mesmo tempo, essas políticas devem contribuir para mudanças estruturais na divisão sexual do trabalho, que gera a dupla jornada. Nesse sentido, lutar pela previdência reafir-

ma nossa luta feminista por políticas que efetivem a responsabilidade do Estado na reprodução social, necessárias para uma situação mais justa de trabalho para as mulheres.

A questão do trabalho e dos direitos é central para a autonomia econômica das mulheres. Senão vejamos nas demais esferas da vida: o tempo do trabalho extenuante das mulheres, na ocupação e na preocupação, é o tempo retirado do lazer, da vida, da existência própria e, fundamentalmente da participação política. As questões do trabalho e da Seguridade Social estão no centro das lutas feministas por autonomia econômica das mulheres, pela ampliação dos direitos sociais e por justiça redistributiva. Garantir autonomia econômica é, também, fortalecer a luta e o movimento feminista!

Texto de subsídio da AMB para Seminário de Aprofundamento de Argumentos do FIPPS – Fórum Itinerante e Paralelo Sobre a Previdência Social, nos dias 15 e 16 de julho de 2007, em Brasília. Escrito por Verônica Ferreira com colaboração de Silvia Camurça e subsidiado com elaborações sobre tempo e trabalho de Maria Betânia Ávila.



## memórias FIPPS



# Um fórum pelos direitos das mulheres



Paula de Andrade

De abril a novembro de 2007, o FIPPS – Fórum Itinerante e Paralelo sobre a Previdência Social, do movimento de mulheres, foi um espaço articulado por várias organizações, em defesa dos direitos previdenciários das mulheres.







A carta convocatória para esse fórum, lançada em abril, demarcava mais do que uma resposta à exclusão do movimento do fórum oficial sobre a reforma da previdência, para o qual foram convidados apenas representantes dos empresários, do próprio governo (ministério da Previdência, do Trabalho e de Políticas para mulheres) e das centrais sindicais. O texto trazia o posicionamento do movimento diante da reforma, numa demonstração de que intencionava atuar, num esforço conjunto, para dar visibilidade à exploração das mulheres no mundo do trabalho.

Assim, enquanto o governo sinalizava para mais uma reforma da previdência, dentro do conjunto de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado no início do segundo mandato do governo Lula, o movimento de mulheres se organizava para garantir sua participação no debate sobre proteção social. E na perspectiva de dar voz a todos os segmentos de mulheres trabalhadoras informais, precarizadas e excluídas da proteção previdenciária, tanto para si, como para suas famílias.





Impulsionado pela AMB, o fórum já reunia em abril, em Brasília, uma caravana de militantes do Movimento de Mulheres Camponesas, do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, da Federação Nacional de Trabalhadoras/es Domésticas/os (Fenatrad), do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e da Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa. Com esta reunião, realizada numa grande tenda armada ao lado do Ministério da Previdência, o movimento deslanchava uma série de atividades nos estados, que aconteceram numa ação nacional que contou também com a participação da Marcha Mundial de Mulheres e da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras.

No registro fotográfico das atividades locais, focamos a oficina preparada pelo SOS Corpo e o ato público com coleta de assinaturas, ambos realizados em julho, em Caruaru, agreste de Pernambuco, graças à mobilização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e ao apoio do Fórum de Mulheres de Pernambuco.











Em outubro, na segunda atividade nacional promovida pelo fórum dos movimentos de mulheres, os debates durante os dois dias de acampamento - realizado novamente em frente ao Ministério da Previdência Social -, as militantes das organizações se reuniram em grupos de trabalho e realizaram caminhadas na Esplanada dos Ministérios. Na pauta dos debates estavam: a defesa por um sistema de seguridade social público, universal, solidário e redistributivo; o reconhecimento do trabalho não remunerado para fins de aposentadoria; a efetivação e ampliação do Sistema Especial de Inclusão Previdenciária; a criação de um regime de segurados/as especiais urbanos/as; o fim do fator previdenciário; a garantia do salário-mínimo como valor dos benefícios previdenciários e assistenciais; e a transparência e o controle social, com instalação imediata do Conselho Nacional da Seguridade Social, e participação de representantes dos movimentos de mulheres.

No final do acampamento, o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, recebeu de representantes das organizações presentes a Carta de Reivindicações, o documento com as proposições debatidas e que circularam pelo país em forma de abaixo-assinado. Ao tempo que se encerrava o fórum do movimento de mulheres, os jornais divulgavam o

· Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) · Articulação · (ampa ela Aposentadoria das Donas de Casa·Fed Marcha Mundial das Mulheres·Movir · Maxi ther Trabalhadora Rura) do Nordeste (MMTR-N IREITOS DAS M WCIA SOCI alelo sobre Pre



término do fórum governamental, encerrado sem uma apresentação de resoluções consensuais.

Além da contribuição para o impasse ocorrido no fórum oficial, o movimento de mulheres concluía seu fórum paralelo com um somatório importante de resultados: o fortalecimento da aliança entre as mulheres do campo e da cidade; a entrega da carta de reivindicações nas mãos do Ministro e a visibilidade da resistência das mulheres na luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico e pela ampliação dos direitos na reforma da previdência. Somos contra toda e qualquer mudança na previdência social que resulte na destituição de direitos para as mulheres e acentue a desproteção social das mulheres - esta é a mensagem síntese desta ação do movimento.

Concluído o processo de mobilização via fórum paralelo, o próximo passo do movimento de mulheres será a elaboração de um novo documento, com propostas para o governo federal e para o Congresso Nacional, em torno dos direitos das mulheres no campo do trabalho e da defesa da previdência universal.





# DE DIRETTOS DE MARTINE REVIDENCE SOCIAL INTERNITE REVIDENCE SOCIAL REVIDEN





### Constituíram o fórum de mulheres sobre a Previdência as seguintes organizações:

a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

#### Apoiaram a mobilização do fórum:

o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), o SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia, a Central Única dos Trabalhadores/DF, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), o UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), FASE/SAAP-Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da FASE, a Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá (CIDA), EED e OXFAM Novib. Durante toda a articulação, o movimento de mulheres contou com o apoio da ministra Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e com a bancada feminina da Câmara dos Deputados.

### Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais

### impasses e desafios do Movimento Feminista

Ana Paula Portella

As atuais formulações sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais resultam de um longo e complexo processo de movimentação política e elaboração conceitual, em torno dos temas do corpo, da sexualidade e da reprodução. Na perspectiva feminista, tratar destas questões significa desfazer a idéia de um destino construído para as mulheres e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios colocados pelas mudanças sócio-culturais, pelas quais o mundo, e o Brasil, vêm passando nos últimos anos, parte das quais provocadas pela ação das mulheres no mundo e pela práxis feminista. Nos últimos trinta anos, a idéia de "destino das mulheres" vem sendo desfeita mas, neste mesmo processo, novas questões foram produzidas, impelindo-nos a renovar as nossas reflexões sobre o tema.

Segundo Sonia Correa (2003), o termo direitos reprodutivos parece ter sido criado pela feminista norte americana Marge Berer, no contexto da campanha contra a esterilização forçada e pelo direito ao aborto e à contracepção, que aconteceu no final dos anos 1970, nos Estados Unidos. Em 1984, o conceito ganha legitimidade social e política, a partir de uma reunião de feministas, realizada em Amsterdã, na qual, pela primeira vez o termo direitos reprodutivos foi adotado como a denominação mais adequada para abarcar os conceitos com os quais se trabalhava até então como



por exemplo: saúde da mulher, saúde integral da mulher, direito ao aborto e à anticoncepção etc., estabelecendo um consenso global entre as mulheres que estavam envolvidas com estes temas.

Mas, será apenas dez anos depois, na Conferência de População das Nações Unidas, realizada no Cairo, que o conceito de direitos reprodutivos irá adquirir sua verdadeira legitimidade institucional, entendido como o direito de indivíduos e casais de tomar decisões livres de coerção com relação ao número e espaçamento de filhos e filhas e de como tê-los/las ou não tê-los/las e afirmado como pertencente ao marco mais amplo dos direitos humanos. Um ano depois, em Beijing, na Conferência da ONU sobre as Mulheres, foram afirmados os direitos humanos das mulheres no campo da sexualidade e defendido o seu exercício livre de discriminação, coerção e violência, o que se constituirá em uma das bases para a futura formulação dos direitos sexuais.

As premissas, a partir das quais serão elaborados os conceitos de direitos reprodutivos e direitos sexuais, fundamentam-se no que, atualmente denominamos de valores feministas afirmativos. Com isso se quer dizer, de acordo com Rosalind Petchesky (1999: 24), que as mulheres devem ter o direito de determinar a própria identidade sexual, de controlar seu próprio corpo, sobretudo no estabelecimento de relações íntimas e de escolher quando, com quem e se quer ter ou educar seus filhos e filhas. Estas são premissas que tratam do estabelecimento do "sujeito mulher", fundado na idéia de autonomia contraposta à heteronomia que, historicamente, define as mulheres, o que, em tese, alça as mulheres reais a um patamar de igualdade com relação aos homens.

#### Corpo e sexualidade

A desnaturalização do corpo e a dissociação entre sexualidade e reprodução darão forma a boa parte da ação feminista nestas últimas décadas explicando, por exemplo, a ênfase política e teórica nas questões da legalização do aborto, da disseminação dos contraceptivos e da liberdade sexual. A autonomização da esfera da sexualidade, com relação à reprodução, traz à cena o tema do prazer e da realização pessoal como componentes centrais da vivência sexual, ao mesmo tempo que desfaz a maternidade e o casamento como destinos inexoráveis de toda e qualquer mulher.

Alguns anos, vivemos um período de indagações a respeito da perda de importância, para as feministas, do tema da sexualidade diante das questões reprodutivas. Tínhamos a impressão de que a sexualidade havia se tornado um tema incômodo para nós, sobretudo, porque carecíamos de referenciais analíticos que nos permitissem compreender o complexo quadro da sexualidade feminina nos anos 1990. Naquele momento, a repressão sexual parecia não mais existir, o mundo passara a disponibilizar um arsenal significativo de instrumentos, técnicas e discursos voltados para a resolução dos "problemas sexuais" e para a maximização do prazer sexual feminino, parecendo terem sido quebrados, portanto, alguns dos tabus que impulsionaram a ação feminista dos anos 1960 aos 1980. O sexo passara a ser valorizado positivamente dando-nos a falsa impressão de que alguns dos objetivos das décadas anteriores haviam sido alcançados. Desnecessário dizer que sabíamos todas que, por trás das aparências, pulsava uma realidade muito mais complexa, contraditória e ambígua que exigia novas problematizações. Sabíamos, também, que não seria possível, para nós, tratar do tema dos "direitos" apenas de modo abstrato ou puramente conceitual. O fato de estarmos cravadas em uma das áreas mais brutais do planeta em termos de desigualdades sociais nos lembra, cotidianamente, que é a esta realidade que de algum modo, temos que nos reportar e dar respostas.

Pode-se dizer que, de fato, nas últimas décadas as esferas da sexualidade e da reprodução sofreram um importante reordenamento, provocando mudanças significativas nas relações de gênero em nosso país.

Mas, ainda restam intocadas algumas das questões centrais do projeto feminista emancipatório, entre as quais, eu destacaria a real democratização da vida privada – e, em especial, da vida amorosa – e a complicada tensão entre liberdade, igualdade e autonomia, tan-

o sexo no casamento e, por extensão, nas uniões livres, ainda é entendido jurídica e popularmente como uma obrigação conjugal

to na vida privada, quanto na pública. Um pouco disso deve-se ao fato de que, muitos dos conteúdos que o feminismo trouxe para o debate público, foram também absorvidos e reaproveitados pela mesma ordem social que era criticada e combatida. Assim, sendo parte e também motor de um momento de intensas transformações culturais, algumas das idéias e conquistas feministas foram, muito rapidamente, apropriadas pela cultura dominante e, em especial, pelos meios de comunicação de massa e pela publicidade, em um processo com o qual nos enfrentamos até hoje.

Passados 30 anos da chamada "revolução sexual" e apesar de as mulheres serem maioria nas escolas, universidades e em muitas profissões, continuam, no entanto, sendo socialmente controladas no que se refere a inserção na esfera pública e são, ainda, orientadas para a construção de um projeto de vida onde a maternidade ocupe um lugar central e a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, ainda é vista como tarefa prioritariamente sua.

Neste contexto, a vivência da sexualidade será marcada por muito mais ambivalências e contradições do que o que supõem os que a tratam unicamente como um elemento indissociável do amor e da vida a dois. Não custa lembrar que, no Brasil, o sexo no casamento e, por extensão, nas uniões livres, ainda é entendido jurídica e popularmente como uma obrigação conjugal. Ou seja, mais (ou menos) do que prazer ou realização pessoal, o sexo é visto como dever, sendo parte do conjunto de funções e atribuições femininas e masculinas inseridas no "contrato" de complementaridade e reciprocidade, que rege as relações entre mulheres e homens. A força desta interpretação alcança também a vivência da sexualidade fora do casamento e das uniões estáveis e articula-se de tal modo



às desigualdades de gênero que o dever torna-se mais feminino e o prazer mais masculino.

Não é por outra razão que a fala sobre sexo não consentido é tão freqüente entre as mulheres e, muitas vezes, sequer é entendido como um problema, nem por elas, nem pelos homens. Desta compreensão deriva também boa parte das dificuldades que muitas mulheres encontram para denunciar os estupros de que são vítimas, por parte de seus pais, padrastos, irmãos, vizinhos, maridos e companheiros. De algum modo, também elas acreditam que não deveriam recusar o sexo, que é seu dever aceitar a relação sexual quando algum homem lhe deseja.

Segundo Petchesky (1999:27), a palavra de ordem "nosso corpo nos pertence", apesar de retoricamente poderosa, também pode ser perfeitamente compatível com o mercado hegemônico global atual, pois exige liberdade contra os abusos, mas não contra as condições econômicas que obriga as mulheres a vender seu corpo e sua capacidade sexual ou reprodutiva. Eu diria que estamos diante de um processo de construção seletiva de alternativas reais de vida para certos grupos de mulheres, onde a "venda" do corpo ou a opção por profissões ou situações que têm no corpo e/ou na capacidade sexual e reprodutiva das mulheres o seu principal requisito, são apenas algumas dessas alternativas. Vistos sob a ótica de gênero, os efeitos perversos da nova ordem econômica terminam por reforçar alguns campos de escolha pessoal e profissional que se baseiam nas tradicionais concepções de heteronomia e do corpo como destino. A redução do emprego, da renda e da capacidade de consumo, a

# o Brasil é o "campeão mundial" em esterilizações femininas, o que expressa a radical recusa das mulheres à imposição da reprodução como destino, ao mesmo tempo que revela a perversidade de uma escolha sem alternativas

deterioração das condições de vida nas periferias das grandes cidades e o reduzido alcance das políticas sociais compensatórias, quando associadas ao rápido e intenso processo de difusão de informações, sobretudo vinculadas aos bens de consumo pessoal, amplificam imensamente o gap entre desejo e possibilidade de realização anunciado já nos anos 1950. É neste espaço entre o desejo de autonomia – um ganho real das mulheres nas últimas décadas – e as reais possibilidades de escolha profissional, que o corpo erotizado continua a atuar como mecanismo privilegiado de realização pessoal e profissional para algumas mulheres.

#### Reprodução e poder científico

No campo da reprodução, por sua vez, podemos enumerar um bom número de situações que atestam a receptividade e a vulnerabilidade das mulheres ao poder médico e científico. A realização indiscriminada de partos cesáreos chegou a um ponto tal, que foi necessária a promulgação de uma lei para coibir esta prática no Brasil. Os métodos de barreira, em que pese a epidemia da AIDS, continuam sendo preteridos em nome dos contraceptivos hormonais e da esterilização. Aliás, não custa lembrar que o Brasil é o "campeão mundial" em esterilizações femininas, o que expressa a radical recusa das mulheres à imposição da reprodução como destino, ao mesmo tempo que revela a perversidade de uma escolha sem alternativas. O diafragma é raramente encontrado na rede pública de saúde e, pior, é muito pouco conhecido dos profissionais de saúde e, por isso, pouquíssimo indicado como método contraceptivo. Nos últimos dez anos, vimos o surgimento de um discurso científico que nega a própria menstruação, porque

seria um "resquício da primitividade do corpo das mulheres" e propõe a sua suspensão através da administração regular de medicamentos hormonais. Do mesmo modo, os tratamentos químicos continuam a reinar soberanos no campo das enfermidades sexuais e reprodutivas.

A manutenção destas práticas revela algumas das valorações negativas que ainda são dadas a certos processos corporais femininos - como a menstruação e o parto normal, por exemplo - e indica o quão reduzido ainda permanece o espaço social para vivenciá-los. Em outras palavras, não logramos novos arranjos sócio-culturais que acomodem positivamente estes processos. Pelo contrário, as tentativas de evitá-los continuam a acontecer com uma freqüência e um grau de sucesso que não são nada desprezíveis. Emblemático deste processo é o caso das novas manipulações do corpo com fins estéticos que incidem com toda a sua força sobre os corpos femininos, embora tendam a se ampliar para o universo masculino.

Sem minimizar os poderosos interesses da indústria farmacêutica e do próprio setor médico – com suas clínicas, complexos hospitalares e, não menos importante, o campo das disputas acadêmicas e científicas – podemos dizer, no entanto, que estamos diante de um fenômeno que não é absolutamente novo. Perpetua-se – modernamente, é verdade – a construção de imagens ideais da mulher, que continuam a ser perseguidas pelas mulheres reais por meio de diferentes tipos de intervenção sobre o corpo, em um processo onde a heteronomia ainda prevalece. Não deixa de causar algum espanto a facilidade com que certas mulheres, com a ajuda de médicos e esteticistas, dispõem do próprio corpo na tentativa de ajustar-se ao modelo considerado belo e desejável. O uso indiscriminado do silicone, da cirurgia plástica, da musculação e das dietas de emagrecimento, chama a atenção para o modo como a aparência física permanece sendo um atributo positivo, em nossa sociedade, e para o modo quase natural, eu diria, com que as mulheres continuam a perseguir este atributo positivo, independente dos custos financeiros e para a saúde, que qualquer um destes procedimentos possa trazer. O crescimento dos casos de anorexia e bulimia, entre jovens mulheres, é apenas o efeito mais dramático deste novo modo de as mulheres tentarem se amoldar a uma imagem-padrão de mulher.

#### Impasses do movimento feminista

Em evento promovido por Richard Parker e Sonia Correa, em 2003, tive a oportunidade de sintetizar e relatar parte dos debates sobre os impasses vividos pelo movimento feminista, no que se refere aos direitos sexuais. Os resultados desta discussão, ainda que não esgotem todas as possibilidades analíticas e políticas, fornecem-nos um mapa interessante das questões com que nos enfrentamos neste momento e, por isso, passo a apresentá-las brevemente para vocês.

A estreita associação entre os direitos reprodutivos e os direitos sexuais é vista como um limite para o desenvolvimento dos direitos sexuais, no sentido de que obscurece as suas especificidades e termina por situar a sexualidade numa relação de dependência conceitual e política com o campo da reprodução. Durante muito tempo, os direitos sexuais foram tratados como uma conseqüência e, até hoje, são entendidos como uma herança dos direitos reprodutivos. A constituição e a manutenção desta dependência reverte radicalmente as proposições feministas que estiveram na origem da própria elaboração dos direitos reprodutivos, qual seja, a idéia da sexualidade como uma esfera autônoma e dissociada da reprodução. Além disso, a vinculação imediata dos direitos sexuais com a saúde sexual, limita o seu escopo teórico e político e valoriza a idéia de sexualidade responsável como norma sociocultural.

Gostaria de remarcar, no entanto, que a preeminência da reprodução sobre a sexualidade no feminismo contemporâneo, só é verdadeira quando aplicada ao campo dos direitos. Enquanto tema de reflexão e de ação político-educativa, a sexualidade ocupou lugar de destaque no movimento feminista dos anos 1960 e 1970, tendo sido, inclusive, o mote para a defesa da disseminação dos contraceptivos. A idéia era de que a reprodução não "atrapalhasse" o livre exercício da sexualidade, que era entendida

como um domínio básico e central da construção da subordinação feminina e, consequentemente, da construção também da autonomia das mulheres. Fica como um desafio para o debate,

os direitos sexuais foram tratados como uma consequência e, até hoje, são entendidos como uma herança dos direitos reprodutivos compreender como e porque, a partir de um determinado momento, a sexualidade volta a atrelar-se à reprodução e perde preeminência sobre esta. Isto pode estar relacionado ao que tem sido denominado, por algumas feministas, de abandono do projeto feminista de transformação cultural, em nome da construção de uma agenda política voltada para o campo macro da relação com o Estado e das mudanças estruturais.

Um outro aspecto problemático da constituição dos direitos sexuais é o modo como estão informados pela matriz heterossexual e, dentro desse campo, seriam ainda limitados pela hipervalorização da relação sexual com penetração. O fato de a matriz heterossexual produzir vulnerabilidade sexual para as mulheres é pouco levado em conta e, neste contexto, a sexualidade é entendida de modo restrito, deixando-se de lado, não apenas as muitas possibilidades de prazer e realização sexual no próprio campo da heterossexualidade, como, sobretudo, ignorando-se todo o universo da homossexualidade. Esta redução do alcance do conceito incide, diretamente, sobre suas possibilidades e capacidade de tornar-se um mecanismo de construção de cidadania e democracia. Deve-se lembrar, porém, o intenso e produtivo esforço dos movimentos de mulheres lésbicas no sentido de conferir novos significados e conteúdos aos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentando-se diretamente com as dificuldades do movimento feminista atual em lidar com a questão da homossexualidade, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista conceitual. Parte dessas dificuldades deve-se ao que já me referi como o abandono, pelo feminismo, do seu projeto de transformação cultural ou, nas palavras de Teresa Valdés, à perda da audácia questionadora do movimento feminista. Esta é uma tensão que, evidentemente, incide sobre a totalidade das ações feministas, mas articula-se de modo, particularmente, forte ao campo da sexualidade, pela sua inflexão com a construção das subjetividades e da intimidade, áreas que não se prestam, facilmente, aos processos tradicionais de ação política.

Os direitos sexuais seriam, assim como os outros direitos humanos, universais, indivisíveis e inter-relacionados a outros direitos, entre os quais, estão, naturalmente, os direitos reprodutivos. Por isso, é necessário articular os direitos sexuais com os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e de se entender os direitos em geral como garan-

tia de liberdade e construção de condições concretas para exercê-la. No que se refere aos conteúdos dos direitos, a inclusão da homossexualidade como fundamento da própria idéia de direitos sexuais e a luta contra as desigualdades sociais como elemento indissociável da realização prática dos conceitos, têm sido entendidas como elementos centrais e norteadores da luta política feminista. Como conteúdos propriamente ditos, é fundamental a recuperação das idéias de prazer, a construção de uma ética da felicidade, a produção de novos encantamentos relacionados à vivência da sexualidade e da intimidade e da incorporação da idéia de conflito em todos os níveis da elaboração do conceito.

Reconhecendo a complexidade e o tamanho da tarefa de elaboração dos direitos sexuais e reprodutivos, é necessário ampliar a produção de conhecimento no campo da sexualidade e as ações educativas que tratem do tema, alargando e fortalecendo as alianças políticas, de modo a ir além dos apoios políticos que, até hoje, têm sido a tônica no movimento feminista. A retomada do projeto de transformação cultural deve ter como meta a construção de espaço social para a diversidade e liberdade sexual e reprodutiva, como forma de permitir a emergência de novas subjetividades e novas identidades. E, finalmente, mantém-se, ainda, a necessidade de uma democratização radical da intimidade como parte necessária e indispensável do processo de democratização da sociedade.

### Referências Bibliográficas

CORREA, Sonia (2003). Los Derechos Sexuales y Reproductivos em la Arena Política. Montevideo: MYSU/REPEM-DAWN.

PETCHESKY, R. (1999). Direitos Sexuais: Um Novo Conceito na Prática Política Internacional. In Barbosa, R. & Parker. R. (orgs). **Sexualidades pelo Avesso.** Direitos, Identidade e Poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ-Ed. 34.

Fala apresentada no Congresso Ciências Sociais e Saúde, na Abrasco. Florianópolis, 11 de julho de 2005, preparada a partir dos textos: PORTELLA, A. P. Novas e Velhas Questões sobre Corpo, Sexualidade e Reprodução. In ÁVILA, M. B. (org). *Textos e Imagens do Feminismo:* Mulheres Construindo a Igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001. PORTELLA, A. P. Reflexões Finais. In CORREA, Sonia; PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidade e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Abia, 2003.





### A AIDS na vida das mulheres

#### Simone Ferreira

Desde o início dos anos 1990, o SOS Corpo passou a acompanhar com preocupação o crescimento da epidemia da AIDS no Brasil, principalmente, entre a população feminina – em especial as mulheres negras e em situação de pobreza. Em 1997, introduzimos o tema do HIV/AIDS no trabalho com grupos de mulheres no estado de Pernambuco, localizado em uma das regiões mais pobres do país, o Nordeste brasileiro. Esta abordagem sempre teve a preocupação de contribuir com mudanças na qualidade de vida da população residente em bairros populares em três sub-regiões do estado: região metropolitana da capital (Recife), zona da mata (marcada pelos latifúndios que desenvolvem a monocultura da cana-de-acúcar) e no semi-árido.

Na América Latina, 1 milhão e 800 mil pessoas vivem com AIDS. De acordo com dados do Ministério da Saúde, no Brasil são cerca de 600 mil pessoas. Hoje, para cada dois homens infectados, existe uma mulher que contraiu o vírus. Em alguns centros urbanos essa relação é inversa. Cresce o número de casos entre mulheres casadas, entre 20-39 anos, na maior parte das vezes, diagnosticados apenas por testes durante a gravidez. No Brasil, a principal modalidade de exposição ao vírus HIV sempre foi sexual. Nos anos 1980, os homens homossexuais foram os mais atingidos. Na década de



1990, observou-se uma mudança no perfil da epidemia; a infecção cresceu, consideravelmente, entre pessoas heterossexuais, avançando em localidades mais pobres, pelo interior brasileiro. Nesse traçado, a epidemia cresce, particularmente, entre a população negra.

A metodologia de ação do SOS Corpo é orientada pelo princípio feminista de favorecer a autonomia das mulheres, e aqueles oriundos da educação popular – esta deve compreender metodologia participativa; partir do conhecimento já existente no grupo; propor uma análise crítica sobre a realidade e formulação de propostas – articulando o processo educativo com a incidência política. Essa metodologia compreende o estímulo à participação política e objetiva o fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos. O trabalho articula ações de curto prazo que produzem respostas imediatas a problemas urgentes para o enfrentamento cotidiano da epidemia, com ações de longo prazo que sejam capazes de produzir mudanças direcionadas às causas desse problema, mas, também, entre os diferentes níveis de intervenção: local, nacional e internacional. Desta forma o trabalho educativo e a ação política visaram produzir reflexões onde cada mulher buscava se localizar na história e se sentir construtora da mesma, com potencialidade para mudá-la. Sendo assim, as ações desenvolvidas desde 2001, foram instrumentos importantes para transformação de vida das mulheres em diferentes comunidades.

Em 2001, o nosso trabalho, em torno da questão da AIDS, foi estruturado como uma rede chamada Rede de Fornecimento de Informações e Camisinhas (REFIC) – que envolveu e articulou o SOS Corpo com outras 13 organizações populares de mulheres que já tinham uma trajetória de

educação popular em várias regiões do Estado de Pernambuco. Os primeiros passos da rede visaram aumentar o conhecimento deste coletivo sobre a realidade local, sua percepção sobre vários aspectos, como por exemplo, quais os riscos de contrair o vírus e as formas de prevenção; seus direitos frente à epidemia da AIDS; quais os obstáculos e as facilidades no acesso a serviços de prevenção e assistência.

A partir deste diagnóstico, foi organizado um conjunto de ações: debates político-metodológicos sobre a epidemia da AIDS e seus impactos na vida das mulheres; oficinas educativas mensais; intercâmbios de experiências envolvendo pessoas que vivem com HIV e AIDS; reuniões para a construção de estratégias locais, e em rede, para o enfrentamento da epidemia, inclusive com outros movimentos sociais; reuniões com gestores e gestoras e profissionais de saúde; produção de material educativo e mobilizações públicas. A formação para lideranças dos grupos de mulheres, ao longo desses anos, contribuiu para o aprofundamento teórico sobre corpo e sexualidade, numa perspectiva feminista, debatendo as dificuldades do uso do preservativo, abordando as relações de poder entre homens e mulheres, problematizando as políticas públicas e sociais, entre outras questões. O trabalho teve como eixo central a reflexão sobre os direitos das mulheres, entendendo criticamente a condição de pobreza e de discriminação de gênero e racial, que afeta a maioria das mulheres no país, o que possibilitou fortalecer os vínculos das mulheres com a luta por cidadania.

Ao lado do trabalho educativo, e como parte da ação em rede, importante estratégia foi o fornecimento de preservativos, em pontos de referência localizados nas comunidades. Ao final de cinco anos (2001-2005), esta ação provocou mudanças de hábitos importantes, sendo o mais emblemático o aumento da procura por preservativos pelas mulheres. Creditamos este fato à abordagem feminista, que enfatiza a conscientização das mulheres como sujeito de direitos, ajudando-as a enfrentar o poder autoritário, inclusive na vida privada – que se expressa, por exemplo, na recusa dos homens em fazerem sexo com proteção. Em debates e oficinas, o depoimento das mulheres confirmavam esse pressuposto. Isso

ganha mais sentido, quando se considera que no início do trabalho, um número muito grande de mulheres e homens nunca havia tido contato com o preservativo, não sabia como usá-lo ou tinha vergonha de falar sobre o assunto. Entretanto, não há como saber com que freqüência essas pessoas usavam as camisinhas em suas relações sexuais, pois a REFIC não teve, como proposta, fazer pesquisa sobre o assunto.

#### Abordando prevenção como um direito

O fornecimento de preservativos nos coloca frente a uma questão importante e delicada. A abordagem educativa não pode ter um caráter impositivo, ou seja, ela deve contribuir para que as pessoas se sintam seguras e confiantes para usar o preservativo – esta é uma perspectiva que reforça a autonomia das pessoas e, ao mesmo tempo, a noção de responsabilidade compartilhada, que significa o cuidar de si, mas, também, da parceira ou do parceiro. O monitoramento feito pela REFIC possibilitou identificar um maior envolvimento das comunidades na pressão para que os governos municipais ampliassem a oferta de preservativos feminino e masculino nos serviços públicos de saúde, somando-se às iniciativas de distribuição, que já existiam por parte dos grupos pertencentes à REFIC. Gésia Cristina, educadora do Grupo de Mulheres Jurema - integrante da REFIC e situado no município de Ouricuri, na região semi-árida de Pernambuco – explica: "A gente entrega o preservativo não só por um trabalho social, mas também pra dizer: 'olha, a gente está entregando o preservativo para incentivar, para educar a usar. Mas você precisa ir ao serviço de saúde porque lá tem a obrigação de ter para distribuir. É um direito seu'. Então tem toda uma sensibilização com as pessoas que nos procuram". Isso demonstra que a atividade educativa, feita pela sociedade civil organizada, não substitui, nem quer substituir, a responsabilidade do governo sobre a oferta de serviços. Ao contrário, ao pautar a prevenção como um direito, incentiva-se a população a exigir da gestão gover-

namental as condições para que esse direito se torne realidade.

A REFIC estimulou as mulheres a investir na ação política organizada e na luta pelo direito à saúde pública.

a atividade educativa, feita pela sociedade civil organizada, não substitui, nem quer substituir, a responsabilidade do governo



Uma estratégia foi buscar uma aproximação desses grupos com movimentos sociais, estimulando sua presença no Fórum de Mulheres de Pernambuco; na Articulação AIDS no estado, além do diálogo e aliança com movimentos de defesa dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, estas organizações de mulheres passaram a acionar os Conselhos de Saúde Municipais e Estadual para cobrar medidas concretas e se articularam com conselheiros e conselheiras, pautando os problemas relativos à prevenção do HIV/AIDS nas reuniões desses conselhos. Também algumas lideranças dos grupos de mulheres se tornaram conselheiras de saúde, o que simboliza o reconhecimento da legitimidade de sua luta.

#### Compreendendo a epidemia

Essa experiência apontou alguns desafios metodológicos e políticos em relação à epidemia da AIDS, entre eles a compreensão de que a epidemia é um problema que está para além da saúde. É uma epidemia que está articulada a um modelo de desenvolvimento econômico que transforma vidas em mercadorias, aprofundando as desigualdades de poder nas relações entre mulheres e homens, reforçando preconceitos de raça e classe social. Para enfrentar uma situação tão complexa, foi fundamental criar metodologias de trabalho que ajudassem as mulheres a compreender que esse modelo de desenvolvimento afeta a vivência cotidiana de cada uma de nós, da mesma forma que existem outras razões como, por exemplo, o machismo que está presente nas relações afetivas e pessoais, mas que também influencia a maneira como se estruturam os serviços e

### agregar a sociedade civil organizada em torno desta questão faz avançar a defesa de outros direitos sociais

o atendimento às mulheres; o desconhecimento de direitos sociais e dos mecanismos de justiça, incluindo o suporte legal, importante na busca do acesso aos direitos quando o governo não os garante. Como afirma Cícera Ferreira, que contraiu o vírus do HIV e hoje é educadora do Engenho União, na zona rural de Palmares, em Pernambuco: "Direito de viver, direito de trabalhar. A gente pensa que não tem muitos direitos. Pensa logo: 'teve AIDS, não tem direito a nada'. Mas a gente tem todos os direitos que todo mundo tem".

Entre as conquistas alcançadas, destacamos que a questão do HIV/ AIDS passou a ser pautada por diferentes movimentos sociais, que antes não priorizavam a luta contra a AIDS e que começaram a se envolver em debates e em outras ações conjuntas, especialmente no que diz respeito à efetivação de políticas públicas e acesso a medicamentos para AIDS. Agregar a sociedade civil organizada em torno desta questão faz avançar a defesa de outros direitos sociais, tais como os direitos à moradia, alimentação, educação e transporte para quem vive com HIV e faz perceber a necessidade de ampliar esta luta para toda a população. Nesse contexto, o processo da REFIC ampliou a visibilidade da ação organizada de mulheres contra o HIV/AIDS em cada município e no estado, fortalecendo e legitimando, e tornando referência os grupos que dela fazem parte. Exemplo disso é que as mulheres se tornaram fonte qualificada sobre o tema nas rádios comunitárias, importante veículo que dissemina informações e mobiliza a comunidade, especialmente na zona rural, onde é baixo o nível de escolaridade e as grandes distâncias dificultam o acesso à informação.

Acreditamos que as ações desenvolvidas impulsionaram a reflexão sobre direitos no plano da política pública, assim como da vivência privada e cotidiana, contribuindo para o fortalecimento das mulheres frente à epidemia da AIDS como sujeito transformador da sua realidade. A REFIC encerrou suas atividades em 2005, porém os grupos permanecem atuantes e em contato. Hoje, há novos desafios no campo da luta contra o HIV/ AIDS que requerem um aprimoramento da experiência desenvolvida e a construção coletiva das estratégias futuras já está a caminho.

Publicado originalmente no boletim Intercâmbio sobre HIV CIDA, Sexualidade e Gênero, n 04, inverno 2006-2007. Co-produção do Royal Tropical Institute (KIT) e Oxfam Internacional.



## Cuidando da Vida no Morro da Conceição

uma experiência educativa sobre AIDS

Vera Guedes

Despertar no Morro da Conceição, em bairro pobre e com muitos problemas de infra-estrutura, o interesse para discutir e agir contra uma epidemia como a AIDS, não foi uma tarefa fácil, mesmo que este bairro tenha na sua história uma tradição de lutar pela melhoria da qualidade de vida de sua população. Primeiro porque o Grupo de Mulheres do Morro da Conceição, em Recife, que já realizava ações educativas, não se considerava "grupo de risco". Era como se a epidemia não fosse problema para o bairro, mesmo já tendo aparecido lá casos da doença, a população não se sentia responsável em relação à preocupação com a epidemia. Acreditamos que estes sentimentos foram desenvolvidos por conta de as histórias veiculadas na mídia, sobre o vírus, estarem muito ligadas à sexualidade, que é um tema não discutido pelas famílias, nem nos espaços das relações pessoais.

O Grupo de Mulheres tem uma parceria de muitos anos com o SOS Corpo, que construiu e apresentou o projeto *Mulheres na Luta Contra a AIDS* para a comunidade, e propôs o desafio para o grupo incorporar o tema da prevenção das DST/AIDS nas ações educativas que já realizava no bairro, acreditando que a experiência acumulada no campo da ação educativa na saúde da mulher era um fator que contribuía para facilitar o desempenho das atividades. Dentro do trabalho do projeto foi



criado um grupo com mulheres e homens do bairro para debater temas relacionados com HIV/AIDS, com uma metodologia próxima da idéia de grupo de reflexão (auto-consciência) e, durante alguns meses, funcionou de quinze em quinze dias, com discussões sobre os temas: religião, família, sexualidade, soropositividade, entre outros.

Durante os três anos que o projeto foi desenvolvido no Morro da Conceição, com a participação da população do bairro, foram quebrados limites e preconceitos, consolidando-se as questões relacionadas com a prevenção das DST/AIDS. Como disse uma das participantes das oficinas: "Todas têm que se conscientizar e se impor, quanto ao uso da camisinha."

Com o projeto já em funcionamento, verificamos que teríamos vários obstáculos para enfrentar, além daqueles que já foram apresentados, como o preconceito e ausência de reflexão sobre sexualidade. Existe, no bairro, um número grande de mulheres em idade fértil que já estão laqueadas há muitos anos e por isso, não utilizam nenhum tipo de prevenção. Um outro fato que contribui para as mulheres não negociarem o uso do preservativo é que elas estão casadas com o mesmo parceiro há muito tempo e, para essas mulheres, a incorporação da camisinha no seu coti-

diano significa que terão de conversar, com o parceiro, questões relacionadas à fidelidade, opressão e, muitas vezes, à violência. Uma outra questão, levantada pelas mulheres, é que os homens precisavam ser sensibilizados para o uso da camisinha em reuniões como as

para essas mulheres, a incorporação da camisinha no seu cotidiano significa que terão de conversar, com o parceiro, questões relacionadas à fidelidade, opressão e, muitas vezes, à violência



que aconteciam para elas. Assim, facilitaria a negociação em casa, pois eles veriam outras mulheres falando sobre a camisinha para eles, sem ser suas próprias mulheres. Isso demonstra a dificuldade que é enfrentada na negociação entre casais sobre a vida sexual. Para as mulheres jovens que iniciaram sua vida sexual tendo como realidade a epidemia da AIDS, e que tiveram condições para discutir com o parceiro questões relacionadas com a prevenção, torna-se mais fácil a negociação do uso do preservativo.

No debate com os homens, percebemos que o problema da não prevenção está no campo do preconceito. Alguns não usam a camisinha porque acreditam que vai interferir no prazer da relação ou falam que não precisam usar porque não têm doenças, mas se fossem transar com outras mulheres, que não são as suas companheiras, eles usariam. Os homens também colocam que, se eles chegarem em casa com preservativos, as próprias mulheres vão reclamar, pensando que eles estão mantendo relacionamento extra-conjugal.

#### Igreja versus uso de preservativos

Segundo o grupo participante do projeto, que discutiu durante um tempo na comunidade temas que se relacionavam com a prevenção das DST/AIDS, a religião tem uma grande responsabilidade no que diz respeito à luta contra a AIDS, porque ela pode contribuir para abafar ou atrasar, mais ainda, o processo que os grupos de mulheres, através de muito trabalho, conseguiram implantar no bairro. A hierarquia da igreja

# alguns não usam a camisinha porque acreditam que vai interferir no prazer da relação

católica é contra o uso de preservativo e orienta para a castidade e abstinência sexual, talvez por isso o grupo concluiu que ela contribui para a epidemia do vírus. A igreja, que é instalada no centro da comunidade, tem uma grande influência em parte da população e não discute tema algum relacionado com a sexualidade, levando suas e seus fiéis a não se protegerem. Ela faz um discurso de que a fidelidade é uma realidade para toda população que participa da igreja e sabemos que as coisas não são bem assim.

A igreja trata o problema da AIDS, com base no ponto de vista moral e isso pode contribuir para deixar as pessoas alienadas, fazendo com que elas concordem sem saber direito o porquê da posição de não usar preservativo. Para a igreja, a prevenção às DST/AIDS está ligada ao sentimento do pecado, ao castigo e à culpa. Mas, não é só a igreja Católica, as outras igrejas também e nem mesmo as religiões afro brasileiras estão assumindo a preocupação com a AIDS, poucas são as excessões.

Um outro tema debatido foi "soropositividade". Procuramos conhecer quais as idéias e os sentimentos do grupo sobre essa temática, daí surgiu a idéia de convidar uma pessoa que vive com o vírus para discutir com o grupo. Antes deste debate, o sentimento da maioria do grupo era de que estar com o vírus ou com a doença, era estar condenado à morte; que os preconceitos da sociedade são muito maiores do que se possa pensar e que ninguém tem coragem de fazer o exame por conta própria. Esta conversa com uma pessoa que tem o vírus e tem uma aparência saudável foi muito legal para o grupo rever seus conceitos. O debate fez ver que é impor-

tante realizar o teste do HIV antes das doenças aparecerem, que a AIDS é uma doença que pode atingir todo mundo e que as pessoas portadoras do vírus têm que viver sua vida normal com apoio da família e de toda sociedade, a fim de aumentar sua auto-estima e, consequentemente, sua qualidade de vida em todos os sentidos. No grupo saiu a sugestão para que todos e todas as participantes fossem realizar o teste em conjunto, como forma de apoio coletivo e como uma ação na comunidade.

#### A cultura reforçando o gosto pela vida

Os encontros do grupo foram momentos muito especiais com discussão sobre questões sérias e importantes para o cuidado com a vida no bairro. Em torno dos temas trabalhados, em cada reunião era realizada uma produção cultural, feita pelos homens que participavam do grupo, como música, poesia, a exemplo deste trecho:

"Grito da favela, entre tantas as saídas muitos se perderam numa missão de buscar o melhor para a vida e se perderam na razão. Foram poucos os conquistadores, levando tudo, deixando uma miséria a mais. Foram muitas as conquistas sem a lei dos direitos iguais. Fomos vítimas da fome numa fonte de opressão. Fomos a crise da vida o que restou dessa nação. Somos o grito do poder que está preso na garganta de uma nova geração, porque governo somos nós, prefeitos somos nós, vereadores somos nós" (Juca Guedes).

A mudança mais importante, percebida nas conversas com as mulheres do bairro, foi o esforço de superar o preconceito que está na idéia de "grupo de risco" e se colocar como agente de informação e formação, num processo coletivo, criando uma nova percepção de vulnerabilidade social e construindo um espaço de apoio e informações para a população do bairro.



# Aborto: uma questão de direito

Carla Batista

Entendemos que uma vida espiritualizada não se orienta exclusivamente por questões religiosas, mas respeitamos aqueles e aquelas que assim acreditam. Espiritualidade não é significado de religião, mas de valores que redimensionam os seres humanos. Mesmo que a igreja, desde o final da idade média, resista, poderosamente, em seu papel de depositária do destino da humanidade, valores universais deixaram de ser definidos pela religião, ainda que seu poder de influência possa ser reconhecido, até para aqueles e aquelas que não são fiéis.

Os valores relacionados à humanidade, a partir da idade moderna, passaram a ser determinados desde uma construção do que seriam direitos universais/direitos humanos. Valores estes que se transformam em normas e que são criados para regular o relacionamento entre as pessoas, destas na sua relação com o Estado e deste em relação a elas. O conceito de Direitos Humanos, a partir das lutas de diversos sujeitos políticos, é um conceito que fala de um compromisso global sobre a vida das pessoas e do planeta.

Há, no entanto, um debate sobre se deve ser esta a referência comum para compromissos transnacionais com a dignidade da vida humana. As mulheres india-



nas, por exemplo, compreendem o conceito de Direitos Humanos como uma imposição do Ocidente, imperialista, à população do seu país, através do sistema das Nações Unidas.

Na América Latina somos parte ativa da construção desse conceito, e temos lutado para ressignificá-lo e ampliá-lo, permanentemente, entendendo que qualquer definição depende de quem a institui, dos sujeitos políticos que a defendem e lutam pelo seu redimensionamento, da forma como ela é assimilada e administrada. A elaboração de um conceito e o ativismo político são questões que estão intrinsecamente articuladas.

Se a Olympe de Gouges lhe decapitaram (1796) porque ousou apresentar uma Declaração de Direitos da Mulher Cidadã no processo da Revolução Francesa, para a Declaração dos Direitos Humanos desde uma Perspectiva de Gênero (2002) elaborada pelo Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM, o simples ignorar ou o não estabelecimento de qualquer forma de diálogo foram as penas. Moderníssimas, não é mesmo? A cada época, a eficiência dos métodos que lhes cabe.

Direitos Humanos são uma construção histórica, como a História, assim como é histórica a construção do que é dignidade humana. São mui-

tas as críticas do movimento feminista à forma como estes estão propostos. Inicialmente, quando a sua referência é a de um ser humano universal, que

a elaboração de um conceito e o ativismo político são questões que estão intrinsecamente articuladas



na verdade é um ser humano muito particular: o homem, branco, possuidor de bens, heterossexual. Este é o paradigma. O caráter androcêntrico da definição faz com que as violações sofridas pelas mulheres, pelo fato de serem mulheres, sejam tratadas como questões específicas e hierarquicamente de menor valor, reafirmando uma categorização de direitos. Está, portanto, permeada de significados concretos a insígnia "os direitos das mulheres são direitos humanos". A horizontalidade sempre foi um princípio/valor muito caro ao feminismo.

Decorrentes das críticas acima, seguem as afirmações de que as instituições, os estudos e análises realizados estão de acordo com as necessidades dos homens ou do que estes acreditam ser válido para todas as pessoas. Um ponto de vista também específico, que se pretende universal, a partir do qual se constitui uma visão de mundo.

#### Direito ao aborto

No que se refere aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, formulados a partir da ação dos movimentos feministas e também, no caso dos direitos sexuais, dos movimentos de gays e lésbicas, constituem-se como uma nova proposição de paradigma para esta construção. O direito à prática legal do aborto, entendido como um direito humano, que corresponde à garantia de qualquer pessoa poder decidir com autonomia e liberdade sobre o próprio corpo, é o caso mais explícito da resistência para incorporar proposições que são trazidas por novos sujeitos sociais, numa sociedade ainda marcadamente patriarcal.

não se pode negar que a instalação dos serviços de atendimento ao aborto legal e os debates provocados, fizeram avançar, na sociedade brasileira, a compreensão do aborto como um direito reprodutivo a ser garantido

Ainda que a partir do processo Fórum Social Mundial tenha se intensificado entre os movimentos sociais o investimento no diálogo e confluência de lutas e de agendas, persiste uma certa impermeabilidade ou tangenciamento dos movimentos, que não o de mulheres e feministas, no que se refere ao direito ao aborto. Outros movimentos nem mesmo emitem um posicionamento claro sobre os casos que já estão reconhecidos por Lei no país.

Setores do movimento de mulheres definiram, como uma das estratégias de ação para a década de 1990, trabalhar pela instalação dos serviços de aborto reconhecidos por lei, na rede pública do país. Outros setores deste movimento entendem a estratégia etapista e, portanto, a criticam. A contradição entre reforma ou revolução vem sendo questionada em diversos momentos da luta pela democracia, já que o caminho da reforma pode ser compreendido como parte/processo para a construção de um projeto em si revolucionário. Estratégias reformistas são utilizadas por diversos movimentos que lutam pela transformação social. Devemos tratar estas iniciativas com a importância e a legitimidade devidas, diferentemente da forma como se trata a luta pelo direito ao aborto.

No que se refere à Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, a legalização do aborto e o acesso seguro garantido para aquelas mulheres que assim o desejarem, têm sido a referência e objetivo indiscutível da sua ação. Mas, não se pode negar que a instalação dos serviços de atendimento ao aborto legal e os debates provocados, fizeram avançar, na sociedade brasileira, a compreensão do aborto como um direito reprodutivo a ser

O que falta para reconhecer as mulheres como sujeitos de suas próprias vidas, sujeitos de direitos? garantido, o que significou um passo importante para avançar no processo de legalização. E mais, possibilitou-se o atendimento, ainda que nem sempre qualificado, para mulheres que a ele

puderam recorrer junto ao serviço público de saúde, dentro dos casos previstos em lei. Muitas têm sido salvas da morte a que eram condenadas nesta situação. Caminhamos, portanto, mesmo que pouco, no sentido de construir uma compreensão da capacidade de decidir sobre quando e quantos filhos e filhas ter, ou não tê-los/las, como uma questão dos direitos humanos fundamentais a serem garantidos para as mulheres, ou para casais, quando estão juntos e juntas partilhando estas definições.

Um desafio para ser enfrentado no debate do campo dos direitos humanos que se estrutura, ainda que não explicitamente, na dimensão religiosa, é se confrontar com o debate sobre qual o real significado de dignidade humana, quando estamos tratando de liberdade, igualdade e de justiça social. O que dá dignidade ao ser humano, homem ou mulher? O que faz com que ele ou ela seja reconhecido/a como sujeito, autônomo, responsável diante do coletivo? O que pode fazer com que isso seja garantido? Qual é a responsabilidade que os movimentos, as organizações têm nesta definição? O que falta para reconhecer as mulheres como sujeitos de suas próprias vidas, sujeitos de direitos? São algumas das questões a serem colocadas. Persiste, portanto, dentro dos próprios movimentos sociais, o desafio, no sentido mais amplo, de resignificar o que é o direito à vida com dignidade, o que são os direitos humanos para todas as pessoas. Reflexões importantes para uma atualização do debate sobre a transformação social.

Este texto foi escrito a partir da minha experiência como secretária executiva colegiada da Articulação de Mulheres Brasileiras, onde acompanhei e participei dos diálogos com organizações/movimentos de Direitos Humanos e da ação pela legalização do aborto.



## Enfrentamento à violência contra as mulheres em Pernambuco

Ana Paula Portella

Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta mesa e da Marcha das Margaridas e dizer que, para mim, é uma honra e uma grande alegria estar aqui com vocês, participando deste momento político tão importante para a democracia brasileira. O que pretendo com a minha fala é compartilhar com vocês a experiência do movimento de mulheres de Pernambuco no enfrentamento da violência contra as mulheres. Vou contar um pouco do que fizemos e conquistamos nesses últimos anos e, principalmente, gostaria de compartilhar e debater com vocês as questões e os desafios que encontramos nessa caminhada. Saibam, desde já, que não são poucos e, justamente por isso, é cada vez mais necessário manter nossos movimentos fortes e mobilizados e garantir espaços de discussão como este.

Antes de qualquer coisa, é preciso deixar claro de que violência estamos falando, quando falamos de violência contra as mulheres. Há tantas formas de violência no Brasil e a cada dia parece que surgem novas e mais dramáticas situações que vitimam as pessoas, que é importante estabelecer, de início, a nossa compreensão comum sobre o problema que iremos tratar. A companheira que me antecedeu tratou dessa questão, mas eu gostaria de reforçar alguns pontos importantes para a continuidade da discussão.



Vamos falar aqui da violência sofrida pelas mulheres pelo simples fato de serem mulheres e ocuparem um lugar de subordinação diante dos homens na sociedade. Na grande maioria das vezes essa violência é cometida por homens, em geral companheiros ou ex-companheiros das mulheres, dentro de casa ou em ambientes familiares. Motivada por ciúmes e desejo de controle dos homens sobre as mulheres, essa violência expressa a natureza patriarcal de nossa sociedade, atingindo mulheres de todas as idades, raças, etnias e classes sociais. Estende-se por muitos anos, sob a forma de violência psicológica, física e sexual, dentro e fora dos casamentos e, muitas vezes, leva à morte das mulheres. Antes disso, porém, provoca danos profundos à saúde física e mental das mulheres e a sua vida profissional, social e política. Envergonhadas e assustadas, as mulheres que passam por situações de violência isolam-se do mundo e, com isso, reduzem as possibilidades de encontrar ajuda. Finalmente, essa violência patriarcal também acontece no espaço público, sob a forma de violência institucional e assédio sexual e moral.

Por tudo isso, enfrentar a violência contra as mulheres tem sido um dos principais desafios dos movimentos de mulheres em todo o mundo e há muitas décadas. Compreendemos que enquanto existir violência não alcançaremos nem a igualdade entre homens e mulheres, nem relações sociais justas e solidárias. Mas, como todas sabemos, essa não é uma

tarefa fácil e embora tenham sido muitas as conquistas nestes últimos vinte anos, ainda há muito por fazer.

violência sofrida pelas mulheres pelo simples fato de serem mulheres

#### A experiência de enfrentamento em Pernambuco

A experiência que vivemos em Pernambuco se origina da constatação de que o problema da violência é muito complexo, exigindo muita criatividade, articulação e mobilização política para enfrentá-lo. Parece óbvio dizer isso mas, naquele ano de 2002, que foi quando esse período atual começou, nós nos deparamos com a necessidade de avaliar as políticas existentes para tentar entender se, de fato, elas respondiam ao problema da violência tal como se apresentava em nosso Estado. Compartilhávamos essa preocupação com as companheiras da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras, que já estavam iniciando o seu processo nacional de monitoramento político da violência contra as mulheres. Essa experiência fez surgir, em quase todos os estados do Brasil, uma grande variedade de formas de identificação, acompanhamento e análise das situações de violência e das propostas existentes para enfrentá-las. O Fórum de Mulheres de Pernambuco foi parte ativa deste processo e o debate nacional, coordenado pela AMB, em torno do problema inspirou decisivamente as mobilizações e ações realizadas a partir de então. Considero, assim, que esse foi o ponto de partida dessa nova etapa de enfrentamento da violência contra as mulheres em Pernambuco.

Até essa data, as políticas voltadas para a violência contra as mulheres em Pernambuco limitavam-se às delegacias de atendimento à mulher, que eram poucas e funcionavam de forma muito precária, e a dois serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, para a realização do aborto previsto em lei. Para falar francamente, a violência contra as mulheres não era um problema nem para o governo do estado, nem para os governos municipais. E, para além das vítimas, parecia ser um problema só para o movimento de mulheres e mais ninguém. Não preocupava ninguém e não mobilizava nenhuma força política. Como resultado, não tinha qualquer visibilidade na imprensa nem na esfera pública.

Em 2001, com a primeira gestão da atual coalizão de esquerda na prefeitura do Recife e com a criação da Coordenadoria da Mulher, que se começou a tratar da violência contra as mulheres como uma questão de governo. A partir daí, surgem as primeiras políticas municipais, com centro

de referência, casa-abrigo, ações educativas e informativas implementadas a partir do diálogo com o movimento de mulheres. Parecíamos estar em um bom caminho, mas o monitoramento da AMB já indicou alguns problemas. Não havia articulação entre essas polí-

a violência contra as mulheres, portanto, teria que deixar de ser um problema das mulheres e das feministas e teria que se transformar em um problema público da sociedade e dos governos

ticas e as delegacias e a Justiça continuava sem funcionar. Apesar da boa qualidade dos atendimentos nos serviços da prefeitura, tínhamos que reconhecer que eles tinham pouca capacidade de evitar a ocorrência de violência, pois só atuavam junto às vítimas, depois, portanto, que elas haviam sido agredidas. Além disso, ainda que juntássemos todos esses serviços, eles não dariam conta de atender à demanda real dos casos de violência no Estado. Toda a periferia da região metropolitana do Recife e o interior estavam completamente descobertos.

Em 2003, porém, fomos surpreendidas com três casos bárbaros de assassinatos de meninas e mulheres em um único mês, em três áreas diferentes do Estado. Esses casos chocaram a opinião pública, a imprensa e os movimentos sociais – embora não tenham sensibilizado o governo estadual. Para o Fórum de Mulheres, tratou-se de uma situação-limite: não era possível continuar a agir da mesma forma diante de uma situação tão grave. Naquele momento, ficou claro para nós que precisávamos recolocar o problema da violência contra as mulheres na esfera pública, dando-lhe a seriedade e gravidade justas e necessárias e exigindo do poder público que garantisse a segurança e a vida das mulheres em nosso Estado. A violência contra as mulheres, portanto, teria que deixar de ser um problema das mulheres e das feministas e teria que se transformar em um problema público da sociedade e dos governos. E essa foi a tarefa que nos demos naquele mês de maio de 2003.

Como fazer isso? Começamos por aquilo que já sabíamos fazer muito bem: passeatas e atos públicos. Imediatamente após o terceiro caso de assassinato, organizamos rapidamente uma passeata, articulando com outros movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, prefeituras de percebemos que não existiam informações confiáveis sobre a violência contra as mulheres em Pernambuco esquerda e ministério público para que se juntassem a nós. Nosso chamado foi atendido e o resultado foi uma grande manifestação representativa das forças progressistas do estado e documentada

por toda a imprensa. A partir daí, entendemos que seria necessário convocar os poderes públicos a darem respostas para o problema. Considerando a conjuntura política delicada daquele momento, com um governo estadual do PMDB que recusava qualquer tipo de diálogo com a sociedade e não reconhecia a existência dos movimentos sociais, a alternativa que encontramos foi convocar uma audiência pública com a presença dos poderes Executivo federal, estadual e municipal e dos poderes Legislativo e Judiciário. Com isso, evitamos parcialmente uma eventual recusa de participação por parte do governo estadual – parcial porque, ainda assim, o governador não compareceu e enviou o secretário de segurança pública para lhe representar.

Na preparação para a audiência, porém, percebemos que não existiam informações confiáveis sobre a violência contra as mulheres em Pernambuco. Os dados existentes eram parciais, limitados e, muitas vezes, as instituições que os produziam entravam em contradição quanto a essas informações. Aqueles casos de assassinatos nos desafiavam de múltiplas formas. Em primeiro lugar, pela tragédia que representavam ao tirar mais de dez vidas de forma brutal e assustadora. Em seguida, porque, em virtude da falta de informações e da extrema precariedade dos serviços policiais, era difícil explicar as razões daqueles crimes. Não sabíamos se era violência urbana ou doméstica ou, ainda, se motivada por vingança ou acerto de contas. Por que aquelas meninas e mulheres se tornaram vítimas fatais naquele momento e naquelas circunstâncias? E que relação havia com o fato de elas serem mulheres? Se pretendemos enfrentar a violência contra as mulheres construindo políticas e ações realmente eficazes, essas são perguntas centrais e é necessário encontrar as respostas para elas.

#### Produzir conhecimento para ação política

Foi assim que surgiu a necessidade urgente de que o próprio movimento de mulheres produzisse informações e conhecimento sobre a violência

contra as mulheres em nosso Estado. E foi assim também que o SOS Corpo, que é um instituto feminista de pesquisa, instituiu o projeto Observatório da Violência contra as Mulheres em Pernambuco, inicialmente apoiado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com o objetivo de apoiar e oferecer subsídios para ação do movimento de mulheres contra a violência. A produção de conhecimento, nesse contexto, só fazia sentido se surgisse de um processo coletivo, no qual as militantes do movimento pudessem também se formar e se qualificar sobre o problema. Assim, o Observatório articula pesquisa, formação e disseminação de informações, em ciclos de debates e oficinas que pretendem formar sujeitos políticos para enfrentar a violência contra as mulheres. A partir dessa ação, tem sido possível trazer novas questões para o debate público, que podem renovar nossas reflexões conceituais e políticas.

Estava claro, porém, que o estudo da situação e a produção de análises só iriam funcionar e fazer sentido em um contexto de intensa mobilização, em que o movimento se fizesse presente e se manifestasse diante de cada momento da conjuntura que enfrentávamos, com passeatas, audiências, atos públicos e, como muitas de vocês conhecem, com as vigílias mensais, que reivindicam políticas públicas e procuram sensibilizar a população para o problema.

Dada a gravidade da situação e, como já disse, a necessidade de transformar a violência contra as mulheres em um problema público de toda a sociedade e dos governos, era importante também acrescentar mais dois elementos a este processo: a articulação política permanente com outros movimentos sociais e diferentes instâncias governamentais e a sensibilização e diálogo constante com a imprensa, de forma a garantir a problematização cotidiana da violência na mídia. Esta foi, portanto, a base que

sustentou e vem sustentando a ação do movimento de mulheres em Pernambuco: produção coletiva de conhecimento, mobilizações públicas, articulação política com outros movimentos e interlocução com a imprensa.

o Observatório articula pesquisa, formação e disseminação de informações, em ciclos de debates e oficinas que pretendem formar sujeitos políticos para enfrentar a violência contra as mulheres



A partir de então, a ação do Fórum de Mulheres de Pernambuco tem se tornado cada vez mais visível, inclusive nacional e internacionalmente, com resultados muito positivos, ainda que estejamos muito longe de superar a situação dramática de violência. É possível dizer, porém, que a violência contra as mulheres, finalmente, tornou-se um problema público em Pernambuco, despertando o interesse e a atenção de amplas parcelas da população e sendo incorporada à agenda política dos governos em todos os níveis. Hoje, o fato de que as mulheres são agredidas e assassinadas em Pernambuco, já não pode ser ignorado e é amplamente compreendido como uma situação de injustiça que deve ser reparada pelo Estado. Como sabemos, este reconhecimento não é de modo algum suficiente, mas é absolutamente necessário para a solução do problema.

Antes de concluir, eu gostaria de tocar ainda em dois aspectos da prática política do Fórum de Mulheres de Pernambuco – a intervenção nas políticas públicas e a renovação das práticas políticas – e apontar alguns desafios que essa experiência nos coloca.

#### Desafios para enfrentar a violência

Com relação às políticas públicas, é importante frisar que elas sempre estiveram no centro das ações do movimento, por entendermos que é dever do Estado garantir o bem-estar, a segurança e a vida das mulheres, honrando a Constituição e os compromissos internacionais firmados em diferentes instrumentos de direitos humanos. Ao longo desses anos, nós nos demos a tarefa de avaliar, sistematicamente, as políticas e os serviços

### grupos populares articularam ações locais de visibilização da violência doméstica e de apoio às mulheres

de atendimento às vítimas, realizando visitas surpresas às delegacias, casas-abrigos, hospitais e centros de referência. Formamos comissões com representantes de vários movimentos sociais, parlamentares e ativistas de direitos humanos e, a cada visita, produzimos documentos de denúncia que eram apresentados à imprensa, à Justiça, ao Ministério Público e ao próprio governo. Apresentamos também nossas reivindicações de mudanças nestes documentos, que serviram de subsídios para audiências públicas e discussões em conselhos de controle social e conferências de políticas públicas. Ainda neste campo, mantemos uma participação ativa em diferentes conselhos de controle social nos quais articulamos as propostas de enfrentamento à violência contra as mulheres em várias áreas de políticas, como saúde, direito à cidade, direitos humanos, assistência social, segurança pública etc. Na área de segurança pública, participamos ativamente da elaboração do Plano Estadual do novo governo do Estado, de forma a garantir ações que vão além das delegacias da mulher e que possam tocar nas causas da violência contra as mulheres.

As mobilizações públicas, por sua vez, exigiram de nós uma criatividade que resultou em formas renovadas de expressão política do movimento. Grupos populares articularam ações locais de visibilização da violência doméstica e de apoio às mulheres, como o apitaço – que consiste em fornecer apitos às mulheres para que façam muito barulho a cada vez que presenciam ou escutam uma mulher sendo agredida. O barulho termina por intimidar o agressor, facilita a busca de ajuda e o socorro imediato às mulheres e, aos poucos, vai construindo a consciência de que aquela co-

munidade não aceita e não permite a violência. A vigília mensal foi uma forma nova de manifestação política no Brasil. Inspirada nas Mães da Praça de Maio, na Argentina, as vigílias também pretendem visibilizar o problema para a população, mas querem também afirmar que não iremos desistir, que estaremos nas ruas todos os meses, com as nossas velas e as vítimas representadas em cartazes, até a violência acabar.

Finalmente, os desafios. Apesar desse quadro positivo, especialmente quando comparamos com a situação vivida há alguns anos, temos que reconhecer que estamos muito longe de alcançar o principal objetivo de todo esse processo, que é acabar com a violência contra as mulheres. Ainda há muito por ser feito e, como todas vocês sabem, o caminho é longo, muito tortuoso e cheio de dificuldades, algumas das quais eu gostaria de apontar agora.

A primeira dificuldade diz respeito justamente ao acompanhamento do problema: como saber se a violência diminuiu ou aumentou? Como é que se avalia isso? Essa é uma dificuldade decorrente da falta de informações e análises sobre o problema e é uma dificuldade que levará algum tempo para ser superada, pois para produzir informações confiáveis e seguras é preciso tempo, dinheiro, equipes qualificadas e, sobretudo, vontade política dos governos para investir nessa área. A boa notícia é que o trabalho já começou no nível federal e em alguns municípios, mas ainda levará muito tempo e, até lá, temos que ter paciência e, ao mesmo tempo, usar de nossa criatividade para construir novas formas de acompanhamento e avaliação da situação nos locais em que cada uma de nós atua, articuladas aos nossos movimentos.

Há vários desafios decorrentes deste primeiro. Além de não saber se a violência aumenta ou diminui, muitas vezes não sabemos como ela acontece em diferentes contextos e situações. A violência vivida por uma mulher rural em um sítio, sozinha com seu marido, é igual àquela vivida por uma moradora de favela no Rio de Janeiro? Essas situações podem ser enfrentadas da mesma forma? O que exigem de nós, em termos de formulação de políticas e de oferta de assistência às vítimas? O Brasil é um país imenso e cheio de diversidade, para o bem e para o mal. As-

sim como são variados os ecossistemas e as manifestações culturais, do mesmo modo são também variados os contextos de violência vividos pela população e pelas mulheres brasileiras e cada um deles exigirá de nós uma compreensão própria que possa resultar em políticas públicas eficazes para enfrentá-los.

As mulheres sofrem violência de seus parceiros em todos os contextos, mas nossas experiências têm demonstrado que a própria violência doméstica pode se manifestar de forma mais ou menos grave em cada um deles. Vejamos alguns exemplos. Mulheres que enfrentam o toque de recolher imposto por traficantes numa metrópole não poderão pedir ajuda ou fugir de casa de madrugada se o seu marido lhe espancar. O mesmo vale para a trabalhadora rural que mora num sítio sem telefone, sem transporte e sem luz elétrica. Essas mulheres têm maiores chances de se submeterem aos seus agressores e de serem mortas por eles, do que uma mulher que viva em uma bairro de classe média, com ônibus e orelhão em frente de casa e vizinhos na porta do lado.

Há outras situações. A profissional do sexo, que atua na noite ou nas estradas, está exposta ao mesmo tempo à violência dos clientes e dos parceiros, muitas vezes em lugares distantes e ermos, onde não é possível pedir ajuda. O que dizer das mulheres indígenas e quilombolas, residindo em áreas isoladas, onde a violência é muitas vezes aceita e legitimada pela comunidade? E nas áreas de conflito, como assentamentos e ocupações, como a violência se expressa e é vivida pelas mulheres? Como enfrentá-la? A velha violência doméstica e sexual parece se cruzar com outras formas de violência, deixando as mulheres em situações muito difíceis e arriscadas.

Ainda que parcialmente, as políticas existentes respondem bem apenas às mulheres que vivem em áreas urbanas e centrais de grandes cidades. Todas as outras estão a descoberto, o que exige de nós um tremendo esforço político para compreender e enfrentar esses diferentes contextos.

Além disso, não é mais possível ignorar a relação perversa entre diferentes formas de violência, onde cada uma só faz

como saber se a violência diminuiu ou aumentou? Como é que se avalia isso?

tornar a outra mais grave. Estou falando da forma como, em nosso país, o preconceito e a violência contra as mulheres se juntam com o racismo, a homofobia e, muitas vezes, com a criminalidade, para reforçar um ciclo de violência cada vez mais complexo.

Enfim, nossa tarefa não é nada fácil, mas isso todas já sabíamos. A experiência do Fórum de Mulheres de Pernambuco e essa Marcha das Margaridas, já em sua terceira edição, porém, estão aí para demonstrar que é possível enfrentá-la. Momentos como esse, de diálogo e articulação entre movimentos e sujeitos políticos, são de uma imensa riqueza, que fortalece e renova nossas lutas.

Fala proferida na 3ª Marcha das Margaridas - Brasília, 21 e 22 de agosto de 2007. Mesa de Debate: Enfrentamento e combate à violência contra as mulheres



# memórias Vigílias FMPE



## Vigília Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

## Uma Experiência de Mobilização



Joana Santos Pereira

Registrar esta experiência de enfrentamento à violência contra as mulheres é uma forma de contribuir para a memória da história de luta do movimento de mulheres, enquanto sujeito de transformação social numa perspectiva feminista.



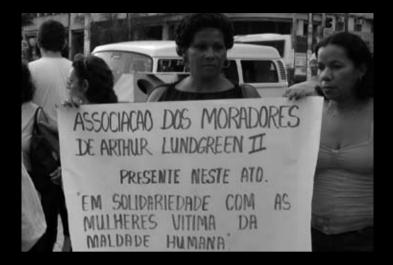


É neste contexto que está inserida a Vigília Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, experiência implementada por organizações feministas e grupos de mulheres integrantes do FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco, que teve início em janeiro de 2006, sendo realizada mensalmente em praça pública, na cidade do Recife e também em outras regiões do estado de Pernambuco. Esta iniciativa tem como objetivo dar maior visibilidade política à problemática da violência contra as mulheres, denunciando os altos índices de violência e homicídios registrados no estado. A vigília tem como intuito sensibilizar a sociedade e exigir das autoridades a adoção de políticas públicas estruturadoras de combate à violência.

Ao longo destes dois anos, a experiência das vigílias demonstrou que é possível, com organização e criatividade, inserir o debate sobre a violência contra a mulher na esfera pública. Dessa forma, a realização das vigílias traduziu-se no ato de sair às ruas para expressar a fala pública das mulheres. Assim, ocupamos a mídia local, com repercussão nacional e internacional, o que possibilitou ao FMPE o reconhecimento político na luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres.

Entre as ações desenvolvidas, ressaltamos o monitoramento dos homicídios e casos de violência, que resultaram





na elaboração de dossiês, boletins e relatórios, realização de fóruns e jornadas de debates. Esses instrumentos contribuíram na efetivação de estratégias de pressão junto às autoridades públicas nacionais e internacionais. Realizamos audiências públicas de denúncia de casos de violência contra as mulheres junto às cortes internacionais (ONU) e a Anistia Internacional.

Um aspecto a ser ressaltado na experiência é a importância da articulação com outros movimentos sociais, como o movimento de direitos humanos, movimento negro, movimento sindical e movimentos populares urbanos e rurais. Nossa estratégia tem sido relacionar a dimensão da luta local com a esfera nacional, de forma articulada com outras organizações feministas que integram a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, implementando conjuntamente uma agenda política através da realização de vigílias e apitaços pelo fim da violência contra as mulheres, em 25 estados brasileiros.

A experiência exitosa das vigílias demonstrou que é essencial combinar diferentes dimensões da luta: capacidade de organização dos movimentos, denúncia pública e formulação de propostas. Esta estratégia, associada à capacidade de inovação na forma de realizar as manifestações, inserindo a cultura através do teatro de rua, produziu o diferencial.





Sabemos que as vigílias cumprem um importante papel na visibilização da luta das mulheres contra a violência, mas elas, por si, não bastam, pois estão limitadas ao campo de ação da sociedade civil. Ressaltamos, mais uma vez, que enquanto não houver, por parte do Estado, a implementação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, continuaremos obrigadas a conviver com os vergonhosos dados estatísticos sobre a violência contra a mulher.

Por fim, creio que as Vigílias se constituem um rico aprendizado coletivo do movimento de mulheres e, certamente, vêm contribuindo no fortalecimento da ação política para a efetivação de direitos, para que homens e mulheres possam viver sem violência e transformar o mundo numa sociedade justa com respeito, dignidade e autonomia.

# Ampliar a participação para garantir direitos

Carmen Silva

A sociedade brasileira ainda legitima a situação de desigualdade na qual nós mulheres vivemos. Exemplo disso é que são poucos os grupos sociais que estranham a presença ínfima de mulheres nos lugares do poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Apesar da normatização jurídica, no âmbito internacional e no Brasil, afirmar a igualdade entre os sexos, não há medidas suficientes, por parte dos governos, para gerar as condições que possibilitem essa igualdade. A pressão social para que isso aconteça, vinda dos movimentos sociais organizados, também é reduzida, à exceção do próprio movimento de mulheres. Favorecer as condições de igualdade é um elemento central para o aprofundamento da democracia, daí a necessidade de aprofundarmos o debate para permanentemente reafirmar a desigualdade entre os sexos como um problema público a ser enfrentado pela sociedade e pelo Estado.

Recentemente, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em agosto de 2007, teve como um de seus debates centrais a participação política das mulheres, mas o poder e a relação entre espaço público e privado são, há muito tempo, uma questão central para o feminismo. Neste momento do processo das Conferências foi importante refletirmos criticamente



sobre o exercício de participação política das mulheres no espaço público e formularmos propostas para a sociedade e o Estado, no sentido da promoção de condições de igualdade entre os sexos. Para o feminismo, que luta pela transformação social, é necessário a presença de mulheres nos espaços de poder como um indicador de mudanças no quadro de desigualdade entre os sexos no âmbito da política, mas é fundamental que essas mulheres articulem-se a partir de um ideário político capaz de impulsionar a luta pelas condições de igualdade na sociedade, o que inclui o combate à opressão e exploração, isto é, o enfrentamento do patriarcado, do racismo e do capitalismo.

A luta do movimento feminista e dos outros movimentos sociais, no processo da elaboração da Constituição de 1988, garantiu que a participação política nos processos de decisão fosse reconhecida como um direito. Hoje, temos instrumentos de democracia direta, como o plebiscito, o referendo e a lei de iniciativa popular; de democracia participativa, como conselhos e conferências de políticas públicas; e de democracia representativa, com o direito ao voto para eleições majoritárias e proporcionais. Entretanto, estes instrumentos estão longe de possibilitar uma ampla participação política das mulheres.

Nas eleições para o Parlamento e o Executivo, apesar da obrigação recente das cotas partidárias por sexo para as candidaturas, a presença feminina ainda é pequena e as condições de acesso a recursos no interior do partidos menores ainda. Os instrumentos de democracia direta,

a força das proposições dos movimentos está na capacidade de mobilização social quando ocorrem, também não têm favorecido o controle social. Os temas em questão e a oportunidade de colocá-los em debate, ou não, através de plebiscito e referendos, são decididos

apenas pelo Congresso Nacional, e as campanhas, como verificamos no recente plebiscito sobre o desarmamento, não possibilitam um debate plural na sociedade, em função de serem coordenadas sem participação dos movimentos sociais.

#### A força da mobilização popular

No caso dos instrumentos de democracia participativa a situação é mais complexa ainda. Apesar de alguns conselhos de políticas públicas serem paritários (igual número de representantes do governo e da sociedade) e terem caráter deliberativo, na prática a maioria deles estão enfraquecidos, não decidem as políticas, não acompanham os orçamentos e ficam, muitas vezes, à mercê do Poder Executivo. É por isso que não basta participar dos conselhos, mesmo que a pessoa tenha condições técnicas e até mesmo condições políticas para argumentar frente aos representantes governamentais. Se esta participação não estiver, profundamente, articulada com os movimentos sociais que atuam naquela área, de forma que a atuação no conselho seja a construção de um espaço de negociação para as proposições do movimentos, ela vale bem pouco. A força das proposições dos movimentos está na capacidade de mobilização social, de construção de argumentos, de alianças no campo político e de agendamento público dos problemas sociais, construindo novas contradições. Certamente isto gera conflitos, pois nos conselhos de políticas públicas se expressam os diversos interesses existentes e conflitivos, na sociedade. Se não percebemos conflitos em um conselho de políticas públicas, podemos afirmar que, provavelmente, ali também não está havendo nenhum controle da sociedade sobre as ações do governo.

Para nós, do movimento feminista, é fundamental garantir a participação social ampliando as condições de participação das mulheres. As mulheres têm forte expressão nos movimentos populares que reivindicam políticas sociais e cresce a participação em torno dos processos econômicos e das decisões sobre finanças públicas. Todavia, a situação de desigualdade entre os sexos inviabiliza que esta participação se dê em igualdade de condições. Todas nós sabemos que, além da vida pública, assumimos a ampla maioria dos encargos da vida privada com o trabalho doméstico e o cuidado das pessoas da família, além do que, quando mulheres assumem lugares de poder, são vistas como "seres fora do lugar", tratadas como inadequadas à tomada de graves decisões sobre os rumos da República.

É desta República, para que possa dizer-se democrática, que exigimos ações afirmativas capazes de potencializar a participação política feminina. A Plataforma Política Feminista, resultante da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, organizada pelos movimentos de mulheres em 2002, assumiu como desafio enfrentar a alteração da situação das mulheres no que diz respeito ao poder. A I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, convocada pelo governo, estabeleceu como diretriz "promover o equilíbrio de poder entre homens e mulheres em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais". Com base nesta diretriz, que não se efetivou a contento, formulamos algumas propostas para aprofundar a democracia no nosso país. Estas propostas fazem parte da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa, que congrega, nesta luta, diversos movimentos e organizações.

No âmbito da democracia direta, propomos a regulamentação do plebiscito e referendo de forma que eles tenham que ocorrer a partir da sociedade, semelhante aos projetos de lei de iniciativa popular, que são propostos a partir de lista de assinaturas. Exigimos também que os movimentos sociais não sejam criminalizados mas, ao contrário, sejam reconhecidos como expressões da sociedade que constroem a democracia

a partir da participação popular e da ação direta. Não basta ter instâncias de governo voltadas para políticas para mulheres, é fundamental que sejam

a situação de desigualdade entre os sexos inviabiliza que esta participação se dê em igualdade de condições



reconhecidos os espaços autônomos de participação, próprios do movimento de mulheres, como formuladores e responsáveis pelo controle social sobre as políticas públicas sociais e econômicas.

#### Sistema integrado de participação

O controle social não é um fato a priori, ele só ocorre com a participação ativa das representações da sociedade civil e dos governos, com a efetivação do caráter deliberativo dos conselhos e conferências, e com o acompanhamento orçamentário e de execução das políticas e programas deliberados. Com a atual forma como estão estruturados os instrumentos da democracia participativa, a efetivação do controle está cada vez mais difícil. É preciso construir um sistema integrado de participação que fortaleça as conferências e conselhos como espaços de deliberação das políticas, articulado ao processo orçamentário, em especial à elaboração do Plano Plurianual. Tal sistema criaria as condições para inibir a justaposição ou conflito de decisões sobre políticas, referentes a uma mesma problemática, que são feitas hoje por distintos conselhos setoriais para o seu âmbito de atuação. Na forma atual, podemos deliberar algo na Conferência de Políticas para Mulheres e aprovarmos uma proposta contrária na Conferência de Saúde, o mesmo valendo para diferentes conselhos, e não temos nenhum foro privilegiado para dirimir esta questão.

Como afirmou a Plataforma Política Feminista, é preciso também "radicalizar a democracia, fortalecendo os movimentos organizados da sociedade civil e ampliando a participação das mulheres nos espaços de

# é preciso construir um sistema integrado de participação que fortaleça as conferências e conselhos como espaços de deliberação das políticas, articulado ao processo orçamentário

comando e decisão política destes movimentos". A mesma afirmação vale para os partidos políticos, instrumentos pelos quais, no sistema eleitoral brasileiro, é possível galgar cargos no poder Executivo e Legislativo. Para ampliar a participação das mulheres é necessário que seja adotado, no Brasil, o sistema de "lista fechada com alternância de sexo" para apresentação das candidaturas ao Legislativo, com a garantia de igualdade de recursos financeiros e de tempo de propaganda eleitoral. Esta proposta, todavia, para se viabilizar, precisa ser associada à fidelidade partidária, à limitação do número de mandatos, além do financiamento público exclusivo de campanha. Estas medidas podem favorecer o crescimento da presença das mulheres nas estruturas do poder e, com elas, podemos seguir avançando na construção da paridade entre os sexos, desde que a reforma construa instrumentos de punição para os partidos que não cumprirem estas regras.

No âmbito da reforma do sistema político também está em debate se teremos voto proporcional, distrital ou misto. Como assinala um documento da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, "é consenso entre as feministas, e muitos setores do campo de esquerda, que voto distrital é um grande risco para a democracia e um verdadeiro obstáculo ao acesso das mulheres ao poder. Sendo um voto vinculado aos poderes locais, o regime de voto distrital tende a perpetuar as oligarquias e chefes políticos, nos espaços de poder que já ocupam, como demonstram muitas experiências no mundo". Neste debate, o movimento de mulheres precisa ter muita firmeza pois vai enfrentar argumentos falaciosos que afirmam que

voto distrital favorece uma maior aproximação entre os eleitos e eleitas e os eleitores e eleitoras, quando sabemos que ele, na verdade, favorece o controle sobre regiões e o voto personalizado, ameaçando todas as articulações que relacionam o local ao global e defendem direitos universais e o respeito à diversidade.

#### Democratizar o Judiciário e a comunicação

Uma reforma do sistema político, visando a criação de condições de igualdade entre os sexos, tem de se preocupar também com o sistema judiciário e com a comunicação. O sistema judiciário funciona sem nenhum controle da sociedade e de suas decisões dependem, muitas vezes, os rumos de várias questões políticas. Queremos a democratização do Poder Judiciário e a demissão de juízes/as e promotores/as, quando comprovados casos de corrupção, venda de sentenças, tráfico de influência ou vínculo com grupos criminosos. É necessário a criação de corregedorias, com participação da sociedade civil, para avaliar e fiscalizar as ações do Poder Judiciário.

O sistema de comunicação de massa, no Brasil, está sob controle de nove famílias que decidem, em consonância com a ideologia do poder econômico, quase toda a grade de programação cultural e de geração de consumo que dominam o espectro. Não podemos esquecer que rádio e TV são concessões públicas e que, portanto, o Estado é responsável pelo que é veiculado através destes meios. O controle social sobre a comunicação e a ampliação das possibilidades para rádios e TVs comunitárias, é fundamental para uma reforma do sistema político que amplie a participação das mulheres, pois é especialmente através dos meios de comunicação, que se perpetua o senso comum de desvalorização da mulher e de confinamento a padrões de feminilidade que a afastam dos conflitos do poder.

Estas propostas fazem parte de um debate mais amplo, envolvendo várias organizações, que há dois anos vêm construindo a Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa. Essa plataforma já foi apresentada ao Congresso Nacional e, naquele âmbito, foi criada uma frente parlamentar, com participação

da sociedade, para atuar nas casas legislativas. Entretanto, a proposta discutida no Congresso restringiu a reforma do sistema político à reforma eleitoral, e mesmo assim, não foi a votação. Na avaliação dos movimentos que estão com a Plataforma, é necessária a criação de nova comissão parlamentar sobre o tema, para gerar a possibilidade de debate público que favoreça a apresentação de nossas posições para a sociedade e para o próprio Congresso. Também é importante levar este debate para todos os grupos e movimentos sociais, em todas as regiões do país, especialmente neste próximo período, no qual teremos eleições municipais.

Afirmar o movimento de mulheres, e dentro dele o feminismo, como sujeito político, nesta conjuntura, é também enfrentar o desafio de exigir, do Estado e da sociedade, a geração de condições de igualdade entre os sexos, que possibilitem a presença das mulheres na esfera pública e a conquista de direitos. Como diz a AMB, em texto da sua agenda política, "pensar a participação das mulheres, apenas considerando os espaços de poder, tal qual existem hoje, restringe o alcance da mudança que desejamos. As mulheres, sempre que estiveram nas lutas sociais, e há mulheres nas lutas sociais de todos os tempos e lugares, nem sempre foram visíveis, politicamente. Muitas vezes, lutaram e superaram interdições à sua participação. Sabe-se, por isso, que para ampliar e fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder, é necessário a democratização dos mecanismos de representação, tanto quanto o aprofundamento da participação popular no Estado. Queremos o espaço de poder transformados!"





# A dimensão de gênero no fortalecimento das organizações

Márcia Larangeira Jácome

Introduzir a questão de gênero em uma organização pode ser fruto de diferentes motivações. Mas principalmente, precisa ter como sentido primeiro buscar fortalecer a luta contra as desigualdades e as injustiças sociais que formam um obstáculo à democratização da sociedade e ao exercício pleno da cidadania. Precisa, portanto, ser uma decisão institucional coletiva, fruto de acordo coletivo, que reflita o reconhecimento da luta das mulheres por igualdade como uma condição imprescindível à radicalização da democracia, ou seja, na vida pública e privada.

Uma vez tomada a decisão, o processo pode ser feito de diferentes maneiras. O importante é ir envolvendo o conjunto de pessoas da organização no debate sobre a temática e partir dos processos de planejamento próprios à organização pode ser um bom começo. Cabe ressaltar que tal prática precisa responder a uma preocupação inicial: como enfrentar os diferentes níveis de conhecimento, compreensão e resistência em relação à temática de gênero dentro de uma mesma organização? Sem querer esgotar a questão, vamos apontar alguns elementos que são importantes neste processo.

Quando a organização assume o desafio de institucionalizar a perspectiva de gênero, compreendemos



que ela precisa estar presente na ação política, mas também estar presente na gestão interna do trabalho. Assim, é importante realizar um diagnóstico inicial. Esta análise deve recuperar a história da organização, identificando quais são os acúmulos, a aproximação que a organização tem com a temática e as diferentes visões internas sobre a questão e, até mesmo, como as desigualdades de gênero se expressam no interior da organização: quem está nos cargos de poder, quem exerce as diferentes responsabilidades, como estas são percebidas pelo coletivo etc. Uma importante fonte de informação é a própria documentação da organização – projetos, planos de trabalho, relatórios, sistematizações, materiais educativos e/ou informativos produzidos, entre outros.

Por isso, reforçamos que os pactos coletivos e a participação dos diferentes setores e equipes são tão importantes, já que isso requer disposição para se abrir um diálogo franco acerca de questões relativas às dinâmicas e fluxos de trabalho, às metodologias de trabalho, ao exercício do poder, campos de aliança etc., que muitas vezes evidenciam contradições e colocam em confronto diferentes visões acerca do próprio projeto político e de como ele vem sendo posto em prática.

#### Planejamento da ação

Os momentos de planejamento também se constituem como espaços de socialização de decisões e momentos iniciais de reflexão, onde seja possível explicitar – sem julgamentos – dúvidas, concordâncias e discordâncias. Enfim, precisam favorecer que o coletivo se aproxime da questão e participe efetivamente da construção do problema a ser enfrentado no

trabalhar a dimensão de gênero ajuda a direcionar o olhar e refletir sobre as relações internas de poder campo das relações de gênero. O tipo de ação que poderá ser feita, qual a metodologia mais adequada, o que precisará ser priorizado são questionamentos cujas respostas ou caminhos para se

chegar até elas poderão ser evidenciados a partir desse diagnóstico e do processo subsequente. É comum que surjam inseguranças, especialmente quando não há um aprofundamento em relação à temática; se não há, por exemplo, alguém na coordenação da organização com envolvimento com o tema, ou acúmulo suficiente para fazer avançar o processo ou, ainda, quando a organização não dispõe de recursos financeiros para contratar uma assessoria externa.

Estes não podem ser considerados impedimentos para se abrir um processo interno. Na verdade, tais questionamentos podem ser feitos em relação a qualquer temática que a organização esteja interessada ou aberta a discutir. Neste sentido, o diagnóstico é importante para dar uma base inicial, inclusive, compreendendo quais são os limites para lidar com a temática. Ele poderá evidenciar algumas surpresas como, por exemplo, que existe uma ou mais pessoas interessadas na questão e que estejam, inclusive, dispostas a liderar esse processo. Pode ser que o acúmulo de algumas pessoas na instituição favoreça este trabalho, não havendo necessidade de contratar uma assessoria externa. Ou pode ser que haja outros fatores - inclusive, ligados às próprias relações e estruturas de poder interno – que dificultem o exercício de pautar a temática de forma sistemática. Nestes casos, uma assessoria externa pode ajudar, porque possui distanciamento em relação ao cotidiano da organização, o que favorece o levantamento de determinadas questões que de outra forma não apareceriam.

Trabalhar a dimensão de gênero ajuda a direcionar o olhar e refletir sobre as relações internas de poder e, às vezes, pode ser mais estratégico ter alguém de fora para realizar este trabalho. Mas, há uma centena de situações e de formas de manejar estas relações de poder nas organizações. Portanto, este trabalho é desenvolvido caso a caso, não há como

antecipar e afirmar: "Ah! O melhor caminho é esse!" É possível, inicialmente, sugerir alguns caminhos, mas é apenas a partir de um levantamento sobre a questão das relações de gênero dentro da organização que se poderá definir a melhor estratégia para desenvolver o trabalho. Caso contrário, corre-se o risco de fazer algo afastado da realidade daquela organização.

Algumas vezes, por exemplo, pode se definir que o melhor é fazer, direto, um recorte de gênero em todas as áreas de trabalho da organização. Outras vezes, opta-se por começar por uma área específica, para depois expandir esse trabalho. O importante é que a perspectiva de gênero seja estruturante do conjunto de ações institucionais – interna e externamente.

Um outro elemento que também pode ser utilizado na etapa de planejamento é a elaboração de uma análise externa da organização, por meio da realização de uma entrevista com um grupo focal de mulheres. Elaborar determinadas perguntas para identificar qual é a percepção, por exemplo, sobre o impacto do trabalho ou a relação de parceria com a organização, ou até mesmo sobre a própria condição de vida daquelas mulheres.

#### Adotar uma metodologia participativa

A adoção de uma metodologia participativa é fundamental, bem como o desenvolvimento de um trabalho educativo baseado sempre em uma perspectiva crítica e com uma relação intrínseca com a ação política. Para desenvolvê-lo, é preciso que a reflexão leve em conta princípios e valores da organização articulados ao conhecimento acumulado e à experiência cotidiana, pois é nessa intersecção que será possível identificar onde estão os problemas a serem enfrentados. Enfim, é vital que as desigualdades produzidas por relações desiguais entre homens e mulheres sejam

pautadas como uma problemática institucional. Caso contrário, corre-se o risco de levar estas lições para nossa vida pessoal, nossas relações familiares, sem que isso provoque mudanças dentro das organizações.

é vital que as desigualdades produzidas por relações desiguais entre homens e mulheres sejam pautadas como uma problemática institucional



O caráter pedagógico do processo deve ser assumido pela organização, especialmente naquelas em que o acúmulo de debate sobre relações desiguais entre homens e mulheres é muito pequeno ou inexistente. Isto é, estamos considerando que a própria equipe da organização pode aprender muito e enriquecer suas práticas à medida em que introduza a perspectiva de gênero no planejamento e desenvolvimento de suas ações. Nesse contexto, os momentos de formação interna precisam estar presentes, o que pode ser processual e sistemático, mas também pode compreender ações pontuais, como a realização de seminários, debates, práticas de diálogo, grupos de trabalho. Neste caso, acompanhar os desdobramentos que estes processos vêm gerando, tanto dentro da organização como em suas ações externas, é estratégico para que se possa verificar impactos, corrigir erros e fazer ajustes necessários.

Pensar sobre relações de gênero no âmbito institucional passa por uma reflexão sobre quais condições foram criadas para que, de fato, haja uma participação igualitária entre homens e mulheres nos processos de tomada de decisão institucional. As mulheres que integram a equipe da organização exercem o direito à voz da mesma forma que os homens? As condições para esse exercício são iguais para ambos? Há uma escuta efetiva às suas falas? Suas opiniões e questionamentos e argumentação relativas a questões centrais são acatadas na mesma proporção de outras? Os assuntos a que se referem são considerados menos estratégicos ou 'periféricos'?

Mais do que levantar os problemas ou limites, é fundamental identificar quais são as raízes desses problemas, como se estruturam, analisando-os a ação política é um espaço de inter-relação permanente, que reúne o diálogo, a criação de consensos, a elaboração de pautas conjuntas, a divisão de tarefas, mas que também implica em muitos conflitos

em uma perspectiva histórica para poder contextualizá-los. Desta forma, é possível ver se eles têm uma permanência ou como eles se modificam em diferentes contextos. Esta análise crítica torna possível elaborar proposições de mudanças que alterem essa mesma realidade. Portanto, os espaços de formação interna serão espaços de disputa e de expressão que também estão articulados com os temas que a organização trabalha.

#### Ação política e exercício do poder

No que diz respeito à ação política, os processos de articulação, mobilização e de representação política, requerem planejamento que reflita a preocupação com as desigualdades entre homens e mulheres no acesso e exercício do poder. Isso significa pensar em diferentes questões entre as quais: quem representa publicamente a organização (quem é ou quem são as caras da organização?), se a pauta de lutas inclui alguma vinculação com a agenda proposta pelos movimentos de mulheres? se existe algum tipo de aliança com estes movimentos?

Ao mesmo tempo, a ação política é permanente, estando muito vinculada aos processos gerados pela conjuntura, envolvendo desde a macropolítica às políticas locais. É preciso estar lendo o tempo inteiro, criticamente, a conjuntura, pois muitas vezes as organizações têm pouca governabilidade sobre as exigências e surpresas que esta nos impõe. Enfim, a ação política é um espaço de inter-relação permanente, que reúne o diálogo, a criação de consensos, a elaboração de pautas conjuntas, a divisão de tarefas, mas que também implica em muitos conflitos. Conflitos

gerados por diferença de posicionamentos, seja nas análises possíveis de uma determinada situação, seja no que essa leitura determina como prioridade, seja na metodologia escolhida para enfrentar o problema. Conflito faz parte da democracia e se não há conflito é provável que haja um relação de poder autoritária entre diferentes sujeitos. Pensar no conflito, tendo como perspectiva a democratização dessa relação, é estratégico. É possível lidar com o conflito com o objetivo de destruir o outro, mas isso significa não reconhecer o outro como um interlocutor. Tal afirmação pode ser feita considerando os próprios embates que existem dentro dos movimentos e, às vezes, entre os movimentos. Portanto, a forma de lidar com o conflito, com base no respeito e no enfrentamento, a partir de uma argumentação e de uma defesa de posições faz a diferença.

A articulação política também é necessária devido à diversidade de temas com os quais as organizações lidam. A pauta é vasta. Mesmo quando uma organização tem uma missão bem definida, sua atuação, muitas vezes, se desdobra em diferentes campos de ação. Tal diversidade requer articulação interna, atuação em rede e presença em diversos espaços de representação. Neste sentido, é preciso deixar claro que é necessário falar sobre as relações de gênero, porque essas relações estão na estrutura de diferentes problemas sociais. Portanto, as relações de gênero não são de menor importância do que as relações de classe, mas se articulam a estas e às relações raciais, definindo como estas se expressarão em diferentes contextos e realidades sociais.

Este fato exigirá, também, criar um entendimento comum, inclusive, do que é o exercício de liderança. Esta é uma questão estratégica, porque geralmente há uma compreensão sobre liderança a partir da idéia de líder nato/a. O exercício de liderança precisa ser contextualizado. Alguém pode estar num certo momento, ou num determinado espaço, exercendo a liderança de processos e, em outro espaço e momento, ter outra pessoa assumindo essa responsabilidade. O exercício de liderança nunca é isolado. Ele não depende apenas de quem está em um determinado espaço de poder, mas há uma relação intrínseca com o coletivo com o qual se está desenvolvendo uma ação política. É possível - e necessário - desconstruir

a personalização do poder. Isso possibilita o entendimento de que o poder é relacional, ou seja, é uma relação entre duas ou mais pessoas. Tal compreensão ajuda a repensar o exercício de liderança para que este seja, de fato, compartilhado de forma mais igualitária pelo coletivo, característica importante, por exemplo, em espaços de redes e articulações.

Os espaços de articulação feminista, que vêm de uma história de enfrentamento com as estruturas tradicionais de poder, sempre foram organizados a partir das idéias de democracia, liberdade, igualdade, autonomia e horizontalidade. Isso não significa que não há uma estrutura, mas sim, que existem mecanismos de compartilhamento de poder para que uma determinada estrutura aja democraticamente, refletindo e dando encaminhamento a decisões coletivas. É possível afirmar isto tanto em relação aos espaços de rede e de articulação, mas também em relação às estruturas das nossas organizações. É a idéia da ação compartilhada com a perspectiva da transformação social.

#### Movimentos de mulheres como sujeitos

Quando pensamos sobre ação política e relações de gênero, nós estamos reconhecendo os movimentos de mulheres como sujeitos políticos e agentes da transformação. Para as feministas, não há um único sujeito da história. Não é a classe trabalhadora que dará conta, sozinha do processo de transformação social. Também não é possível dar conta de todas as desigualdades pensando, apenas, a partir das relações de gênero ou de raça, por exemplo. A luta contra a desigualdade precisa se dar através da relação, da intersecção das ações dos diferentes movimentos. Portanto, torna-se fundamental valorizar a ação em movimento e a idéia de fortalecimento do campo político. A formulação dos problemas a serem enfrentados, considerando as desigualdades entre homens e mulheres, a partir de suas causas, suas práticas e das ideologias que as sustentam e renovam, ajudam a problematizar questões que ainda não estavam pensadas. O combate à desigualdade exige a criação das condições necessárias para que as mulheres exerçam sua ação política. Tais condições passam pela questão dos espaços da formação, da educação, do favorecimento à fala pública, da existência de uma escuta ativa, para que as proposições possam ser debatidas e

Mas, é necessário se afirmar como 'homem feminista'? Não é possível ser, por exemplo, um grupo de homens que combate o sexismo? colocadas como pautas e problemáticas para a sociedade enfrentar.

A existência de um novo olhar sobre a desigualdade, a partir das questões de gênero, também propicia o intercâmbio entre temas. Por exemplo, uma

organização não precisa necessariamente, abrir um trabalho específico com mulheres, mas pode estar mais atenta para se posicionar sobre as problemáticas que o movimento de mulheres está pautando. De qualquer forma, isto depende de cada organização, mas é importante que existam outros sujeitos se posicionando a respeito dessas questões.

A discussão sobre a participação dos homens nos momentos de formação e nos debates sobre relações de gênero é algo que está acontecendo dentro de várias organizações e é sempre algo muito melindroso. Alguns grupos, inclusive, reivindicam-se enquanto grupos de homens feministas. Mas, é necessário se afirmar como 'homem feminista'? Não é possível ser, por exemplo, um grupo de homens que combate o sexismo? O SOS Corpo, por exemplo, nunca poderá se colocar como uma organização do movimento negro, mas pode se posicionar como uma organização antiracista e afirmar isso de um outro lugar, enquanto organização aliada do movimento. Enfim, não é necessário se transformar no outro, mas é importante reconhecer o lugar do outro enquanto sujeito coletivo, cuja pauta torna mais densa a luta contra as desigualdades. Isso não significa dizer que os homens, ou os grupos de homens, ao beberem na reflexão feminista estão fazendo algo que não seja legítimo.

Enfim, o direito a voz e à escuta é fundamental dentro e fora da organização. Neste sentido, é bom lembrar que a presença das mulheres é forte nos movimentos populares e que este é um lugar estratégico na relação de parceria das nossas instituições com os movimentos sociais. Desta forma, é de suma importância que este diagnóstico inicial contenha as reflexões desse público prioritário sobre a questão de gênero. Incluir dados estatísticos nessa análise também pode ajudar a subsidiar a leitura da realidade e a formulação da problemática.

#### Educação e comunicação

Analisar, coletivamente, quais são as lacunas que existem sobre a questão de gênero dentro de uma organização, também é vital. Cabe ressaltar, também, a importância do trabalho educativo para dentro e para fora neste momento de planejamento, sem esquecer que este trabalho também envolve ações na área da comunicação. A comunicação interna tem um papel estratégico nas organizações, inclusive como instrumento de democratização da gestão, de visibilização das ações que estão sendo realizadas, no entanto, ela é pouco valorizada quando comparada às ações de comunicação externa. A comunicação interna pode ajudar a socializar estas problematizações, o debate acerca delas e as decisões que serão tomadas a partir disso. Pode ajudar também na construção de uma cultura que colabore para um entendimento coletivo sobre qual a importância do que está sendo pautado internamente. Vale ainda destacar que, muitas vezes, essa comunicação interna veicula com frequência as decisões tomadas "lá em cima" e os/as integrantes da organização continuam sabendo pouco sobre o que cada equipe de programa ou projeto está fazendo, o que cada coletivo está fazendo na ponta. Divulgar como a organização se posiciona sobre determinadas questões públicas ou como ela está se posicionando nos espaços dos conselhos, das redes e articulações também ajuda a criar uma outra visão sobre o problema.

Há o entendimento de que quando uma organização cria uma política de gênero é possível escolher entre tornar-se, ou não, sujeito dessa luta. Afinal, é possível definir se a organização está a fim de tornar essa

luta prioritária ou não, a partir do seu próprio lugar, trajetória e ação política. Às vezes, tal decisão coloca a organização frente à necessidade de rever sua missão. Outras vezes não. Em algumas situações, talvez seja preciso perceber como esta decisão se desdobra em objetivos ou linhas de ação específicas. Enfim, o novo planejamento irá incor-

a comunicação interna tem um papel estratégico nas organizações, inclusive como instrumento de democratização da gestão, de visibilização das ações que estão sendo realizadas, no entanto ela é pouco valorizada quando comparada às ações de comunicação externa

porar essa perspectiva de gênero e, provavelmente, ele tenderá a alterar a cultura organizacional e a fortalecer um posicionamento público que ajude no avanço da transformação social. O acompanhamento permanente desse planejamento também será necessário. Como as ações que têm a proposta de pautar esta questão de gênero estão se desenvolvendo? Qual tipo de repercussão estas ações estão tendo? Como isso está impactando ou criando reações? Muitas vezes, as próprias agências e as organizações que desenvolvem ações de gênero não conseguem ver seus resultados. Quais são os elementos importantes para avaliar o resultado destas ações? Os dados quantitativos nem sempre possibilitam uma análise crítica sobre essa atuação. Por exemplo, por mais que se afirme que aumentou o número de mulheres em um determinado espaço, isso não qualifica, necessariamente, a atuação da organização. Qual ou quais as perguntas que precisam ser feitas para além do número? Em quais elementos é preciso atenção para ultrapassar a analise quantitativa? Entre as inúmeras perguntas que podem ser feitas, é possível citar: como este trabalho está sendo feito para que as mulheres se sintam empoderadas? Qual é o investimento que existe, ou que não existe, na formação política dessas mulheres? Elas têm a mesma oportunidade dos homens de participar dos espaços políticos? Como isso é feito? Como se está criando condições para que elas se sintam mais à vontade, inclusive, para disputar espaços de poder dentro desses lugares e se impor ali dentro?

Por fim, tudo isso está no horizonte das organizações que se dispuserem a tomar o desafio de atuar sobre as relações de gênero, tendo como perspectiva a igualdade de direitos entre homens e mulheres - uma dimensão da luta pela transformação social.

As idéias deste texto estão detalhadas no livro "Idéias e dinâmicas. Gênero e desenvolvimento institucional", publicado pelo SOS Corpo em 2007, com textos de Taciana Gouveia, Carmen Silva e Márcia Larangeira Jácome. Este texto, originalmente, foi uma fala apresentada em outubro de 2006 no âmbito da assessoria de gênero ao Programa de Mobilização de Recursos da OXFAM.



Publicada em julho de 1981, depois de um ano de trabalho com auto-exame, a cartilha Corpo de Mulher nos remete ao início do projeto institucional coletivo do SOS Corpo.

## **SOS Corpo**

## Instituto Feminista para a Democracia

Projeto Institucional 2007-2010

#### Missão

Contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social.

#### **Objetivos Institucionais**

Lutar pela superação da pobreza e na defesa do acesso aos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e civis das mulheres.

Defender o direito das mulheres ao corpo, a participação e a uma vida sem violência como dimensões da sua constituição como sujeito e como uma dimensão constitutiva dos direitos humanos.

Fortalecer o movimento feminista na perspectiva de um movimento de mulheres popular democrático, anti-racista e anti-homofóbico.

Contribuir para o fortalecimento da ação da sociedade civil organizada nos planos local, nacional e internacional.

Fortalecer a luta e a perspectiva crítica contra projetos de desenvolvimento que promovam a mercantilização da vida e dos bens comuns da humanidade.

Fortalecer a ação sobre políticas públicas que garantam às mulheres condições de vida sustentáveis e saudáveis.

#### Apresentação Geral do Instituto

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma e sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil.

Seus 26 anos de fundação, completados neste ano de 2007, ganham sentido quando pensados a partir do processo mais geral de democratização da sociedade brasileira. O SOS Corpo, como outras organizações feministas, se formam dentro desse mesmo processo, ao mesmo tempo em que, numa relação dialética, a existência das organizações feministas alargam e reestruturam o sentido da democracia e da cidadania. Assim sendo, a democracia pretendida pelo feminismo busca a democratização da própria esfera política e de toda organização da vida social.

Sua localização no Nordeste brasileiro faz com que a ação do SOS Corpo seja estratégica no enfrentamento da pobreza e desigualdade de gênero no país, uma vez que nessa região se concentram os maiores índices de pobreza, ausência de direitos, e forte dominação patriarcal. Sua ação repercute e alimenta a ação do movimento feminista e das organizações de mulheres em geral em todo país. De maneira que hoje, o SOS Corpo está consolidado como uma das principais organizações, dentro do Brasil e da América Latina, em defesa da cidadania das mulheres e democracia.

O SOS Corpo acredita que é muito importante reafirmar sua identidade feminista em uma conjuntura marcada por forças políticas e ideológicas e intelectuais, globais e nacionais, que propagam um mundo regulado pela economia de mercado como uma única via, deslegitimam as propostas alternativas, negam os sujeitos da transformação social e reforçam as doutrinas fundamentalistas. Por outro lado, a sociedade civil organizada busca novas formas de fortalecer as resistências e lutas internacionais, nacionais e locais, sendo o Fórum Social Mundial uma forte expressão.

A ação do SOS Corpo tem como fundamento a idéia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres, em geral. Por isso, o seu trabalho prioriza o fortalecimento destes movimentos, a atuação de forma articulada na esfera pública e a produção de conhecimentos vinculados as suas causas.

A grande estratégia do SOS Corpo é fortalecer o feminismo popular, isto é, construir o feminismo como um movimento social popular. Esta estratégia parte de quatro premissas que a fundamentam:

- 1. As dimensões de gênero, raça e classe são estruturantes da realidade social.
- 2. Os explorados e exploradas e oprimidos e oprimidas são os sujeitos da transformação.
- 3. A luta pela transformação social se dá, tanto no campo material, como no campo simbólico.
- 4. A conquista e a vivência de direitos são uma estratégia de transformação social.

Para o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.

#### Metodologia geral de trabalho do SOS Corpo

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia compreende metodologia de trabalho como a articulação entre concepção e processo, isto é, a organização do encontro entre as definições teórico-políticas e a dinâmica de trabalho cotidiano. Isso significa que as estratégias formuladas para ordenar o trabalho devem ser uma expressão do projeto político que funda e dá sentido à Instituição, que se consubstancia no feminismo da transformação social.

O trabalho do SOS Corpo se organiza a partir da análise da realidade social, relacionando o contexto nacional com o contexto global, com ênfase na formação social brasileira e na seleção de problemas prioritários desta realidade, tomando por base a perspectiva de enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres. A partir do adensamento destes problemas, o SOS Corpo formula estratégias de ação que buscam enfrentá-los, dentro de suas possibilidades e compromissos estabelecidos, e com isso galgar mudanças nas condições de vida das mulheres e na realidade social. Mesmo quando estas mudanças estão em processo considera-se que é um passo importante quando consegue-se, em conjunto com o movimento social, fazer com que as questões priorizadas se tornem problemas públicos a serem assumidos pelo Estado e pela sociedade como tais. Nesta perspectiva, o SOS Corpo trabalha com várias formas de mobilização social para ampliação e efetivação de direitos das mulheres.

O SOS Corpo desenvolve várias práticas de trabalho que conformam a sua metodologia geral - ação política, ação educativa e pesquisa – e, juntas, conformam a base da intervenção social. A produção de conhecimento no Instituto pode ser resultante de qualquer uma de suas práticas de trabalho com destaque para as de pesquisa e educação. As práticas de comunicação, documentação e ações administrativas e financeiras dão sustentação e criam condições para o bom desempenho das outras práticas. A prática de assessoria ao desenvolvimento institucional volta-se, especialmente, para o trabalho com outras Instituições e Movimentos, mas também deverá subsidiar a reflexão interna sobre o desenvolvimento institucional do SOS Corpo.

A metodologia de trabalho social busca aliar produção de conhecimento, organização popular, educação e incidência nas políticas públicas. Durante os processos de mobilização e articulação para consecução de direitos, atua-se no fortalecimento dos movimentos sociais, com ênfase nos movimentos de mulheres, no apoio às suas demandas, na produção de

subsídios, auxiliando nas reflexões e aprendizagens a partir da prática. Além disso, busca-se assessorar os grupos populares em possíveis negociações com os órgãos do poder público aos quais dirigem suas reivindicações, assim como na sua participação nos espaços de diálogo entre sociedade civil e poder público existentes, ou seja, os espaços da democracia participativa.

A incidência nas políticas públicas se dará em duas frentes: de um lado, através do espaço de diálogo entre redes e organizações feministas e do movimento de mulheres e entre estas e demais movimentos sociais. Do outro, através da ação direta na assessoria técnica para formulação e qualificação dos programas sociais, sendo esta feita de modo articulado com a primeira frente.

No SOS Corpo chama-se de 'ação política' àquelas que conformam articulações de vários sujeitos sociais para enfrentamento de problemas que são de caráter público e visam galgar maior força política para o campo do Movimento Feminista. A participação política é uma prerrogativa do trabalho institucional e a equipe de trabalhadoras está comprometida com isso.

A participação política do SOS Corpo em articulações do movimento feminista e em outros movimentos sociais - compostos por homens e mulheres - se dá a partir do vínculo com suas causas prioritárias e desenvolve-se a partir de uma concepção de alianças para o fortalecimento da sociedade civil organizada.

#### Forma de organização da práxis

No Instituto as estruturas de organização do trabalho são: programas de ação, núcleos e setor, a partir dos quais se organizam as ações e as equipes de trabalho. Os **Programas de ação** são estruturas diretamente vinculadas ao plano de ação, através dos quais se organizam os objetivos e estratégias de ação com duração de 04 anos. O Programa agrega o trabalho

do SOS Corpo voltado para o enfrentamento de uma problemática e cada Programa tem uma equipe que deve desenvolver todas as ações planejadas para o enfrentamento da problemática que lhe concerne, sejam elas ações de educação, pesquisa, comunicação ou desenvolvimento institucional.

#### Programas de ação

- **I DIREITO À PARTICIPAÇÃO** Fortalecer o direito à participação das mulheres, através do avanço da organização e da incidência política.
- II DIREITO AO TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA SUSTENTÁVEIS Avançar no acesso das mulheres aos direitos, formalmente, conquistados e na conquista de novos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e civis, como estratégia de combate à pobreza e à desigualdade.
- III DIREITO À VIDA SEM VIOLÊNCIA Avançar nos processos de mobilização social e implementação de políticas públicas que visem o fim da violência contra as mulheres.
- IV CORPO, SEXUALIDADE E CIDADANIA Contribuir para o avanço da organização feminista na reflexão crítica e na incidência política sobre o direito ao corpo das mulheres.
- Os **Núcleos** são formados por equipes que desenvolvem uma área de trabalho específica: Educação; Pesquisa; Assessoria ao Desenvolvimento Institucional; Comunicação e Documentação elaborando as metodologias e insumos que serão utilizados pelos Programas, além de realizarem atividades próprias no intuito de favorecer as condições de sustentabilidade do Instituto. As pessoas que os compõem são àquelas que constituem também as equipes de programa.
- O **Setor Financeiro e Administrativo** é a estrutura que sustenta e potencializa a organização do trabalho no Instituto.

#### Sistema de decisão política e coordenação

Trata-se, aqui, da distribuição de responsabilidades, composição e atribuições da coordenação colegiada e das dinâmicas de gestão instituídas no SOS Corpo. São elas:

#### Assembléia de Sócias e Sócios e Conselho Diretor

 – espaço de definição das linhas estratégicas, apoio e legitimação da ação institucional.

Coordenação Colegiada - formada por: Coordenadora Geral, Coordenadora do Plano de Ação, Coordenadora de Pesquisa, Coordenadora de Educação e Coordenadora de Administração Geral. A coordenação colegiada coordena o Plano de Ação e todo o trabalho do SOS Corpo, a ação dos núcleos e o desenvolvimento das atividades dos setores. Além disso, ela é responsável pelas relações políticas gerais voltadas para consolidação das relações institucionais e do campo das organizações não governamentais e também pela relação com os/as sócias/os e diretores/as. A ela compete orientar o sentido da ação institucional de acordo com os objetivos e compromissos assumidos, as iniciativas no campo da sustentabilidade política e financeira do Instituto e o desenvolvimento das suas estruturas permanentes. Cada coordenadora responde por uma atribuição específica ligada ao Desenvolvimento Institucional, mas todas são responsáveis pelo conjunto das atribuições da Coordenação Colegiada.

Assembléia de Trabalhadoras - a ela compete, a partir das definições das linhas estratégicas, as decisões sobre as ações programáticas de projeto institucional; a revisão e proposição de normas internas de funcionamento; gestão das relações políticas externas; escolha de coordenadoras e definição das necessidades de qualificação profissional interna.

É também o espaço do debate sobre a conjuntura e seu impacto para o trabalho. No plano anual são fixadas as datas das Assembléias, de acordo com a conjuntura interna, mas elas podem ser convocadas, extraordinariamente, pela coordenação colegiada e/ou pela metade de seus membros.

#### Redes e articulações

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Articulación Feminista Marcosur (AFM)

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong)

Fórum de Mulheres de Pernambuco

Articulação de Entidades da Zona da Mata de Pernambuco (AEZM)

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU)

Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo

Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)

### Sobre as autoras

Todas elas são integrantes da equipe do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

#### Ana Paula Portella

psicóloga, coordenadora de pesquisa

#### Carla Batista

educadora, supervisora do programa direito à participação e secretária executiva colegiada da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

#### Carmen Silva

educadora, coordenadora de educação

#### Joana Santos Pereira

pedagoga, supervisora do programa direito à vida sem violência e coordenadora colegiada do FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco

#### Márcia Larangeira Jácome

jornalista, supervisora do núcleo de assessoria ao desenvolvimento institucional

### Maria Betânia Ávila

socióloga, coordenadora geral

#### Paula de Andrade

jornalista, supervisora do núcleo de comunicação e documentação

#### Silvia Camurça

socióloga, supervisora do núcleo de educação e secretária executiva colegiada da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

#### Simone Ferreira

socióloga, supervisora do programa corpo, sexualidade e cidadania

#### Taciana Gouveia

psicóloga, coordenadora do plano de ação e diretora executiva da ABONG – Associação Brasileira de ONGs

#### Vera Guedes

pedadoga, supervisora do programa direito ao trabalho e condições de vida sustentáveis

#### Verônica Ferreira

assistente social, supervisora do núcleo de pesquisa

